



Relatório de Pesquisa

Dinâmica Migratória do Nordeste

Coordenação

Wilson Fusco

Equipe de Pesquisa

Renato Duarte

Darcilene C. Gomes

Maria das Neves Medeiros de Melo

Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais

Outubro de 2011

Apresentação	3
1. Aspectos sócio-demográficos dos imigrantes no Nordeste	9
1.1 Introdução	9
1.2 Quesitos censitários sobre migração	10
1.3 Antecedentes	12
1.4 Trocas migratórias	15
1.5 Características dos imigrantes	18
1.6 Considerações Finais	26
1.7 Referências Bibliográficas	28
2. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes	29
2.1 Introdução	29
2.2 O crescimento das regiões metropolitanas	31
2.3 A relação metrópole-interior	32
2.4 A inserção ocupacional dos migrantes	36
2.5 Migrantes interestaduais e migrantes de retorno	38
2.6 Considerações Finais	41
2.7 Referências Bibliográficas	43
2.8 Anexo	44
3. Migrantes nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo	45
3.1 Introdução	45
3.2 Perfil básico dos migrantes nordestinos residentes na RMSP	46
3.3 Grupos por Unidade da Federação de nascimento	50
3.4 Setor de atividade econômica dos migrantes	59
3.5 Nível de instrução	64
3.6 Idade e tempo de residência	66
3.7 Redes sociais e migração	74
3.8 Considerações finais	75
3.9 Referências bibliográficas	77
3.10 Anexo	78
4. Estrutura Ocupacional e Migração na Região Nordeste	79
4.1 Introdução	79
4.2 Desempenho da ocupação industrial no Brasil: dos anos 1990 à década de 2000	80
4.3 Desconcentração da Ocupação industrial	86
4.4. Trocas migratórias interestaduais	93
4.5 Considerações Finais	95
4.6 Referências Bibliográficas	96
4.7 Anexo	99

Apresentação

Wilson Fusco

Renato Duarte

Darcilene Gomes

A intensa migração intra e inter-regional tem sido característica da Região Nordeste do Brasil. Os dados dos primeiros Censos Demográficos mostram que, ainda na segunda metade do século XIX, o Nordeste era a região mais povoada do Brasil e sua população representava a metade dos habitantes do país. Mais especificamente, conforme dados do censo de 1872, a população do Nordeste correspondia a 46,7% do total nacional naquele ano. A partir de então, os registros mostram um constante declínio nessa participação. Os recenseamentos conduzidos pelo IBGE apontam que a população nordestina representava 41,7% da população brasileira em 1890, 35,0% em 1940, 30,2% em 1970, e continuou a cair sistematicamente até registrar 28,1% da população brasileira em 2000. Essas participações relativas estão relacionadas diretamente à ocorrência de um processo emigratório continuado, não obstante a permanência de altas taxas de crescimento natural da população, as quais se atenuaram somente a partir da década de 1980, concomitante a igual tendência verificada em âmbito nacional. Conseqüentemente, as taxas anuais de crescimento demográfico do Nordeste têm sido sempre inferiores às nacionais.

Em meados do século XIX a Amazônia experimentou crescimento econômico em função da extração da borracha, tendo como consequência da característica de uso extensivo de mão de obra a atração de numerosos migrantes para a região. No decorrer do período de 1839 (quando da descoberta da vulcanização da borracha) a 1932 (final da grande depressão), a Amazônia recebeu uma grande quantidade de imigrantes nordestinos, procedentes, em sua maioria, das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e de outros estados nordestinos. Às vezes expulsos de sua terra natal por causa das secas, fenômeno climático

que atinge grande parte do Nordeste de forma crônica, outras vezes atraídos pelas oportunidades resultantes da atividade econômica em expansão, os migrantes do Nordeste chegaram em grande quantidade. Com o colapso da produção da borracha, muitos voltaram para o Nordeste, enquanto outros se fixaram nos seringais, mantendo uma agricultura de sobrevivência.

O intenso crescimento da população brasileira levaria a outros importantes movimentos internos. Num primeiro momento, os colonos europeus instalados no estado de São Paulo, na condição de pequenos proprietários, arrendatários, colonos parceiros ou empregados das fazendas de café, migraram para o Paraná com o fim de aumentar a superfície de suas explorações ou, simplesmente, para aceder à propriedade. A onda de colonização na região Sul aumentou efetivamente com a chegada de uma segunda população de migrantes, composta de brasileiros nativos, principalmente do estado de São Paulo, aos quais se juntaram os migrantes vindos de Minas Gerais. Paralelamente, verificou-se o rápido aumento da migração a partir de estados do Nordeste, com expressivos incrementos nos fluxos de saída a partir da grande seca da segunda metade da década de 1930 em direção ao Sudeste brasileiro. Durante a década de 1930, o Nordeste perdeu algo em torno de 643 mil pessoas para outras áreas do país e, no decorrer da década seguinte, o número de emigrantes chegou a mais de 900 mil. A década de 1950 foi também um período de intensa emigração inter-regional, de modo que a taxa média de crescimento anual da população nordestina ao longo do decênio foi de 2,1%, enquanto a taxa média do Brasil foi de 3,4%. Desta forma, durante quase meio século, por ondas sucessivas e com origens geográficas distintas (subconjuntos regionais), os nordestinos alimentaram o dinamismo das regiões do Brasil inteiro, incluindo as áreas pioneiras, desde o Paraná (no sul) à Amazônia meridional e oriental (no norte), passando pela Região Centro-Oeste e, claro, pela Região Sudeste, principalmente pela metrópole paulista. A emigração de Nordestinos para outras regiões diminuiu de forma notável a partir da década de 1980, influenciada mais pelo arrefecimento de fatores de atração nas regiões receptoras do que da redução das forças de expulsão, que ainda permaneciam no Nordeste. Além disso, as estatísticas mostram que, a partir da década de 1980, teve início um processo mais intenso de migração de

retorno de nordestinos para a região de origem. Ainda assim, a presença de naturais do Nordeste é significativa em vários pontos do país, e a situação de São Paulo é exemplar. Em 2000 a metrópole paulista tinha aproximadamente 18 milhões de habitantes, e os nordestinos participavam de forma expressiva na população: 3,6 milhões, ou 21% dos residentes na Região Metropolitana de São Paulo eram nascidos num dos estados nordestinos.

A partir do registro desse impressionante histórico do processo migratório do Nordeste, as seguintes questões são colocadas: quais os resultados da dinâmica migratória recente para os estados nordestinos, e para a Região Nordeste como um todo, em termos de saldos das trocas migratórias? Quais as características socioeconômicas dos migrantes? Como se deu sua inserção ocupacional? Qual o papel das Regiões Metropolitanas do Nordeste na retenção dos potenciais migrantes para outras regiões do país? Por outro lado, importa, também, conhecer mais sobre os emigrantes nordestinos que decidiram viver na Região Metropolitana de São Paulo, o principal destino desses migrantes. Como é composto o contingente desses emigrantes em termos de estado de origem, perfil socioeconômico, demográfico e ocupacional? Como se dá a distribuição espacial dessa população? O aprofundamento em estudos dessas questões é necessário para a composição de um quadro mais atual da dinâmica migratória do Nordeste brasileiro. O conteúdo deste relatório está distribuído em capítulos que trazem à tona essas questões e buscam respondê-las por meio de descrições e análises formuladas a partir de informações obtidas do IBGE, principalmente aquelas derivadas de censos demográficos e outras pesquisas amostrais.

No Capítulo 1 deste relatório encontra-se uma caracterização dos indivíduos que chegaram aos estados nordestinos, elaborada a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000. Inicialmente foi evidenciado o aumento da emigração no Nordeste, em oposição à diminuição do fluxo de mesmo sentido verificada na década anterior. Este fato, mais uma vez, serve como indicador das poucas condições para retenção da população na própria região de nascimento. Apesar da forte perda populacional, contudo, o Nordeste recebeu muitos imigrantes no período, constituindo-se no segundo maior fluxo imigratório do Brasil em termos absolutos. Este grupo de imigrantes, por sua

vez, teve suas características socioeconômicas e demográficas ponderadas em termos do status migratório, ou seja, foram realizadas comparações entre os atributos dos imigrantes (em função de sua região de nascimento) e dos não-migrantes. Os resultados indicam clara seletividade correlacionada à origem do migrante, dentre outros fatores.

O capítulo 2 focalizou particularmente o desempenho das três maiores regiões metropolitanas do Nordeste – Fortaleza, Recife e Salvador – no processo de absorção, retenção e emissão de migrantes no período 1990-2000, com o mesmo recorte temporal do capítulo anterior, mesma base de dados (censos demográficos do IBGE), mas com recorte geográfico mais específico. A comparação dos dados dos últimos três censos mostra que a tendência de incremento dos fluxos migratórios de e para as três regiões metropolitanas nordestinas sofreu um arrefecimento na década de 1990, em contraste ao que vinha se verificando ao longo das décadas de 1970 e 1980. Buscou-se identificar as causas do fenômeno de reversão dessa tendência, a partir da avaliação de fatores que influenciaram o desempenho da economia nacional e os complexos econômicos regionais relacionados aos movimentos migratórios do Nordeste. Inicialmente foram estudados os perfis dos emigrantes e dos imigrantes nas três RMs, levando em consideração o sexo e o setor de atividade dos envolvidos nos processos migratórios. Além disso, foi dada ênfase à observação da migração de retorno para as três RMs, identificando a última etapa dos imigrantes e o destino dos emigrantes, detalhando o perfil segundo as características mencionadas. Como resultado, constatou-se que, ainda que o poder de atração ou retenção de migrantes tenha diminuído durante a década de 1990 nas Regiões Metropolitanas analisadas, suas populações continuaram a crescer em ritmo superior ao dos respectivos estados, com a conseqüente ampliação de sua participação no contingente populacional das UFs. Isso se deveu à migração originária no interior, de estados vizinhos e à migração de retorno partindo de outras regiões. Outros detalhes importantes da questão *Metrópole vs Interior* estão neste capítulo.

O capítulo 3 focaliza a população emigrante do Nordeste que fixou residência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Em mais de 60 anos de migração, milhares de nordestinos passaram a residir na RMSP e, apesar de se verificarem movimentos substanciais de retorno ao Nordeste, os números

desse processo confirmam a importância da Região Metropolitana como lugar de destino, bem marcada pela existência de diversas comunidades que se articulam internamente por meio de redes sociais de apoio, que são bastante utilizadas pelos migrantes. Das quase 9,5 milhões de pessoas nascidas no Nordeste e residentes fora de sua região de nascimento em 2000, 38% foram contabilizadas dentro dos limites da RMSP, ou seja, quase 40% dos nordestinos que viviam fora do Nordeste estavam na RMSP. A partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, este grande contingente populacional foi estudado em termos de caracterização socioeconômica e demográfica, distribuição espacial, inserção ocupacional e influência de redes sociais. A utilização de mapas tornou evidente a existência de agrupamentos de emigrantes em função, principalmente, de origem comum, tempo de residência e nível de instrução.

Dentre os fatores determinantes da atual dinâmica migratória, tanto nacional quanto do Nordeste, as transformações no cenário econômico são consideradas protagonistas. A década de 90 representou um momento de inflexão na trajetória da economia brasileira, especialmente no que diz respeito ao papel do Estado. De uma economia fechada com forte presença estatal, rapidamente se transitou para um modelo econômico aberto com menor participação do Estado. O capítulo 4 deste relatório traz luzes sobre as mudanças na estrutura econômica e a respectiva repercussão em termos de deslocamentos populacionais. Dada a importância da indústria na estrutura produtiva e ocupacional da economia nacional, este texto buscou relacionar as transformações em tais estruturas e as mudanças observadas na dinâmica migratória regional, principalmente nos saldos de trocas migratórias interestaduais. A partir dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), de 2001 a 2008, atestou-se que a região Nordeste parece apresentar novo padrão migratório, reduzindo seus saldos negativos em relação a outras UFs e, em alguns casos, apresentando saldos positivos. Tal padrão, no entanto, parece estar mais relacionado a uma menor atratividade das regiões tradicionalmente receptoras. Assim, é possível que as mudanças observadas no sentido da migração para a Região Nordeste espelhem, em primeiro lugar, uma menor atratividade das regiões receptoras.

Secundariamente, o crescimento de algumas atividades econômicas também pode ter contribuído para a reversão parcial dos fluxos migratórios.

1. Aspectos sócio-demográficos dos imigrantes no Nordeste

Wilson Fusco

1.1 Introdução

A dinâmica demográfica, assim como outros elementos da sociedade brasileira, passou por profundas transformações durante as últimas décadas do século XX. A expressiva queda da fecundidade, com a conseqüente diminuição no número de nascimentos, por um lado, e as mudanças nas características dos fluxos migratórios - em termos de direção e volumes -, por outro, alteraram bastante a distribuição da população no Brasil.

Uma das novas facetas da migração é o fato de que a Região Nordeste do Brasil, tradicional fornecedora de mão-de-obra para as demais regiões, teve diminuído de forma importante o número de emigrantes durante a década de 1980. Nesse mesmo período, verificou-se considerável aumento em volume nos fluxos migratórios de retorno (CUNHA, 2003). Esse fenômeno esteve diretamente associado a questões macroeconômicas, segundo estudos que identificaram principalmente na reestruturação produtiva a resposta para as mudanças verificadas.

Ainda que a década de 1990 tenha sido caracterizada pela retomada da emigração em patamares elevados a partir do Nordeste, a imigração – de nordestinos e não-nordestinos - para esta região continuou a ocorrer de forma expressiva, revelando-se como indicador de intensa circulação populacional na região. Assim, este capítulo buscará explorar e analisar as características sociodemográficas dos imigrantes na região Nordeste durante a década de 1990, a partir dos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000.

1.2 Quesitos censitários sobre migração

O Censo Demográfico realizado pelo IBGE, com periodicidade decenal desde 1940 (com exceção para o censo realizado em 1991), é a mais importante fonte de dados secundários para os estudiosos da migração, a partir de informações quantitativas, no Brasil. A cobertura (todos os municípios do país são investigados), a regularidade e a confiabilidade das informações são fatores decisivos para que essa fonte de dados tenha adquirido tal importância. Com o desenvolvimento na área da informática dos últimos anos, que tem proporcionado a disponibilidade de diversos programas computacionais para manipulação de dados estatísticos, a tabulação dos microdados dos Censos Demográficos tornou-se tarefa “descomplicada” e possível de ser realizada com um mínimo de recursos financeiros e conhecimentos técnicos. Por isso, é cada vez maior o número de pessoas a utilizarem as informações censitárias e, conseqüentemente, a ampliar e aprofundar os estudos sobre população. O mesmo ocorre com relação aos temas ligados à migração.

A facilidade com que os dados são obtidos e sistematizados, no entanto, não tira do pesquisador a obrigação de se aprofundar nos conceitos teóricos, por um lado, e de se familiarizar com os quesitos censitários sobre migração, por outro. Tendo em vista o objetivo deste estudo, cabe destacar aqui algumas características desses quesitos.

A parte relativa à migração do questionário da amostra do IBGE, aplicado em 2000, inicia com uma pergunta que divide a população recenseada entre migrantes e não migrantes: mora neste município desde que nasceu? Entende-se, desta forma, que uma das possíveis definições para migrante, relativamente aos usuários dos dados censitários do IBGE, segue o critério de mudança de município de residência entre momentos diferentes na vida do investigado, seja qual for a data dessa mudança. Caso tal pessoa tenha vivido no município em que foi recenseada desde o nascimento (portanto, não-migrante), ela deixa de responder as demais questões sobre mudança de residência e responde uma questão sobre município e Unidade da Federação (UF) ou país estrangeiro em que trabalha/estuda, antes de passar a responder questões do módulo sobre escolaridade.

Uma vez constatado que o indivíduo residiu em algum outro município (e não naquele em que está sendo recenseado) durante sua vida, ele é considerado, para os propósitos deste trabalho, como migrante. As perguntas seguintes permitem saber se a pessoa nasceu no município em que está sendo recenseada, qual a UF (ou país estrangeiro) de nascimento, a nacionalidade (brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro), e qual o tempo (em anos) de residência no município e na UF atuais. Este tempo de residência pode ser diferente entre município e UF, caso a pessoa tenha realizado uma migração intra-estadual. Na eventualidade de o migrante residir na UF de residência atual há menos de 10 anos, a ele é perguntado qual a UF ou país estrangeiro de residência anterior, e a esta localidade é atribuída a categoria de “última etapa” no percurso espacial e temporal do migrante. Este estudo utilizará as respostas desta questão para medir os fluxos migratórios, tanto entre estados como entre regiões, no Brasil.

As últimas três questões sobre lugar de residência fazem referência a uma data específica: exatamente 5 anos anteriores à data de referência do censo, ou seja, para o censo de 2000, perguntou-se “onde residia em 31 de julho de 1995?”. A resposta para essa questão permite conhecer o município brasileiro (além do município, se na zona rural ou urbana) e a UF ou o país estrangeiro de residência há exatos 5 anos do censo. Dessa forma, é possível distinguir, em determinados casos, um lugar adicional no percurso espacial do migrante, pois ele pode ter tido uma “última etapa” em lugar diferente daquele há 5 anos do censo. Além disso, essa é a única questão do censo de 2000 que permite reconhecer um município de residência anterior do migrante, já que a pergunta sobre a última etapa migratória capta somente a UF ou país estrangeiro.

Essa breve descrição dos quesitos sobre migração não oferece todos os detalhes e critérios necessários para esgotar o potencial analítico do módulo em questão, mas serve ao propósito deste trabalho, que é o de selecionar uma parcela da população – os migrantes -, apresentar algumas características sociodemográficas dos imigrantes no Nordeste. Essa população imigrante foi definida considerando-se somente as pessoas que haviam cruzado fronteiras estaduais durante os nove anos anteriores ao censo de 2000 (migrantes de última etapa), ou seja, não foram computadas as pessoas que realizaram somente migrações intra-estaduais. Essas pessoas poderiam ter se deslocado

entre estados do Nordeste (migração intra-regional) ou vindo de outra região (migração inter-regional). Além disso, foi considerado o local de nascimento dessas pessoas, de maneira que elas foram classificadas como nordestinas e não-nordestinas.

Também foram trabalhadas as variáveis a respeito de: setor de atividade econômica das pessoas que declararam ter ocupação remunerada na data de realização do censo, rendimento total médio (em salários mínimos) e média de anos de estudo dessas pessoas. Essas mesmas variáveis foram tabuladas para a população não-migrante, para que as características dos imigrantes pudessem ser comparadas com as da população em geral.

1.3 Antecedentes

No Brasil, o impacto da transformação demográfica durante a década de 1980 foi tão expressivo quanto surpreendente. Isso pode ser comprovado ao confrontarem-se as preocupações predominantes no início daquela década com o conteúdo dos principais resultados disponibilizados pelo Censo Demográfico realizado em 1991. Naquele momento, os estudiosos questionavam até quando a queda da taxa de fecundidade iria durar. Hoje se sabe que, além de ter mantido a tendência de queda, a fecundidade se reduziu em ritmo nunca antes verificado em países de dimensões continentais. Além disso, o crescimento populacional intenso observado nas fronteiras agrícolas já é evento histórico, que não cria grandes expectativas como costumava acontecer. Por fim, a acelerada concentração em torno de áreas metropolitanas e os processos de conurbação ao redor das grandes cidades foram atenuados, favorecendo o crescimento das cidades médias ou pequenas (MARTINE, 1994).

Em termos demográficos, todas as alterações que ocorreram na distribuição espacial da população podem ser atribuídas a combinações de crescimento vegetativo e migração. Não é objetivo deste trabalho sintetizar a história demográfica do país, mas cabe destacar que a redução generalizada no ritmo de crescimento populacional observada na década de 1980 reflete a força da

queda da fecundidade. Esta foi iniciada no final da década de 1960, generalizada para todas as regiões e classes sociais no decênio seguinte, e acentuada no seu ritmo durante a década de 1980 (MARTINE, 1994). Por outro lado, cabe também destacar que a inversão da tendência de área de emigração que tradicionalmente caracterizou a região Nordeste é extremamente significativa, não só pela forte redução do crescimento populacional verificada para o Sudeste, mas também pela maior estabilidade do crescimento nordestino. Foi possível, a partir desses efeitos, associarem-se os padrões emergentes ao resultado de uma redução expressiva na migração do Nordeste para o Sudeste.

O surgimento de algumas "ilhas de produtividade" (PACHECO, 1998) - referentes ao Pólo Petroquímico de Camaçari (Bahia), à implantação de novas plantas industriais em estados nordestinos (Ceará, Pernambuco e Bahia), às atividades turísticas, à agricultura irrigada e produção de vinhos na região do rio São Francisco, além de outros empreendimentos semelhantes - ampliou e diversificou a estrutura econômica na região Nordeste. Este fenômeno possibilitou, por um lado, a retenção de um segmento populacional com potencial para emigrar, e por outro, o estímulo a movimentos migratórios de retorno, principalmente a partir do Sudeste (CUNHA & BAENINGER, 2000; CANO, 1998). Foi verificado, apesar disso, que a década iniciada em 1990 testemunhou, no que se refere ao crescimento demográfico nordestino, uma das reduções mais pronunciadas do país, fato que coincide com um renovado incremento da emigração no Nordeste. Tal fenômeno havia sido prenunciado por Wilson Cano (1998), que analisou a redução dos impactos dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), além das conseqüências da crise na produção industrial durante aquele período.

Os números absolutos da população residente no Brasil e no Nordeste, assim como a participação relativa da população do Nordeste no total do Brasil, podem ser vistos na Tabela 1.3.1, em função do ano de recenseamento realizado. Em três décadas, a população nacional passou de pouco mais de 93 milhões de pessoas, registradas em 1970, para quase 170 milhões no ano 2000, um aumento de 82%; no mesmo período, os residentes do Nordeste passaram de 28 milhões a quase 48 milhões, o que equivale a um aumento de aproximadamente 70%. Ao verificar-se a proporção da população do Nordeste

frente ao total dos residentes no Brasil, percebe-se que a mesma apresenta queda contínua em cada ano de realização do Censo Demográfico: de 30,2% em 1970, cai para 28,1% em 2000.

Tabela 1.3.1 - População segundo local de residência e ano de referência, e participação do NE no total do Brasil – 1970-2000

Região	População (em milhões)			
	1970	1980	1991	2000
Brasil	93,1	119,0	146,8	169,8
Nordeste	28,1	34,8	42,5	47,7
NE/BR	30,2%	29,3%	28,9%	28,1%

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulação própria.

Embora a participação relativa dos residentes do Nordeste tenha diminuído sempre, é possível perceber que a alteração observada entre os censos de 1980 e 1991, ou seja, praticamente durante a década de 1980, foi a menor no decorrer do período considerado (de apenas 0,4%). Esse mesmo fato pode ser constatado pelos números da Tabela 1.3.2, que mostra as taxas anuais de crescimento das populações do Brasil e do Nordeste, relativo aos mesmos períodos. Por meio dessa tabela, pode-se verificar que o ritmo de crescimento populacional tem diminuído, tanto no Brasil como no Nordeste, com índices de crescimento relativamente menores para esta região. Especificamente para a década iniciada em 1980, é possível observar, ainda, a menor diferença entre as taxas de crescimento do país e da região (1,93% e 1,83% ao ano, respectivamente), o que concorda com a interpretação dos dados da Tabela 1.3.1 e com as referências feitas anteriormente.

De acordo com alguns estudos (MARTINE, 1994; CAMARANO & BELTRÃO, 2000), a década de 1980 foi bastante marcada por alterações importantes na dinâmica migratória nacional, como mencionado antes. A diminuição em volume dos fluxos de saída do Nordeste e o aumento dos fluxos de retorno estão entre os destaques que aqui interessam reter. Ainda que o crescimento populacional, em determinado período, seja o resultado do crescimento vegetativo (nascimentos menos óbitos) em combinação com o saldo migratório (imigração menos emigração), foi em consequência deste último que o crescimento verificado na região Nordeste, para o período 1980-1991, refletiu

menor perda de participação da região em relação à população total do Brasil. Durante a década seguinte, o crescimento populacional do Nordeste correspondeu, uma vez mais, ao aumento do saldo migratório negativo.

Tabela 1.3.2 -Taxa média de crescimento anual, segundo região e período de referência – 1970/1980-1991/2000

Região	Taxa de crescimento		
	70/80	80/91	91/00
Brasil	2,48	1,93	1,63
Nordeste	2,16	1,83	1,30

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulação própria.

1.4 Trocas migratórias

A Tabela 1.4.1 mostra as trocas migratórias somente entre as regiões brasileiras, ou seja, não foram computados na coluna de imigrantes os indivíduos que declararam um país estrangeiro como local de residência anterior. Este é um elemento importante, em particular para a região Sul, que teria saldo positivo caso fossem incluídas as pessoas, nascidas no Brasil, que retornaram do exterior (especialmente do Paraguai) durante os 10 anos anteriores ao censo de 2000.

Tabela 1.4.1 - Volumes e saldos migratórios (última etapa) segundo grandes regiões de residência em 2000.

Grande Região	Volumes		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Norte	768.522	576.708	191.814
Nordeste	1.356.741	3.164.773	-1.808.032
Sudeste	3.163.478	1.910.324	1.253.154
Sul	667.377	759.754	-92.377
Centro-Oeste	1.223.562	768.121	455.441

Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

Também é possível avaliar, por meio da Tabela 1.4.1, o volume expressivo de emigrantes do Nordeste, com mais de três milhões de pessoas, número quase idêntico aos imigrantes no Sudeste. Além disso, deve-se considerar que mais de 70% dos imigrantes no Sudeste provêm exatamente da região que mais perdeu população. Por outro lado, mais de 70% dos imigrantes no Nordeste declararam um estado da região Sudeste como local de residência anterior, evidenciando a importância dos estados sudestinos (especialmente São Paulo) como origem na migração de retorno para a região Nordeste.

O saldo migratório negativo do Nordeste em 2000 é o reflexo do desempenho de cada Unidade da Federação em termos de atração ou expulsão. Conforme mostra a Tabela 1.4.2, a UF que mais registrou emigrantes foi a Bahia, com mais de 1,1 milhão de pessoas deixando seu território; em segundo lugar, mas com quase metade desse número, aparece Pernambuco, com mais de 650 mil emigrantes; em seguida, com números próximos de Pernambuco, vê-se Maranhão e Ceará, com quase 580 mil e 440 mil, respectivamente. Por outro lado, se o Maranhão estava em terceiro lugar em termos de emigrantes, esta UF passa à segunda colocação quando levamos em conta os maiores saldos migratórios negativos; ainda nessa linha, o Ceará, que tinha o quarto maior contingente de emigrantes, passa a ter somente o sétimo pior saldo migratório, resultado do grande número de imigrantes que esta UF atraiu para seus limites.

Tabela 1.4.2 - Volumes e saldos migratórios (última etapa) segundo UF de residência em 2000.

Unidade da Federação	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Maranhão	228006	577239	-349.233
Piauí	182872	322249	-139.377
Ceará	343605	438152	-94.547
Rio Grande do Norte	157366	154695	2.671
Paraíba	222545	365861	-143.316
Pernambuco	358192	657811	-299.619
Alagoas	128268	283828	-155.560
Sergipe	112419	118011	-5.592
Bahia	529196	1152657	-623.461

Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

Em oposição aos estados que perderam muita população, observa-se que Rio Grande do Norte teve saldo positivo de 2.671 pessoas; Sergipe apresentou um pequeno saldo negativo, mas, caso fossem contabilizados os imigrantes que não souberam declarar a UF de residência anterior, talvez tivesse um pequeno saldo positivo.

Uma vez mais, as diferentes perspectivas com que se analisam os dados permitem diferentes conclusões. A Tabela 1.4.3 evidencia o impacto que o saldo migratório exerce na população total de cada estado. Esse modo de ver a migração é relevante, pois um pequeno saldo pode representar uma parcela importante de uma população também pequena, e vice-versa. Assim, percebe-se que o fluxo de emigrantes do Maranhão, que é o terceiro maior do Nordeste, tem o maior impacto na população desse estado; Alagoas, com o sétimo maior contingente de emigrantes, apresenta o segundo maior impacto em termos relativos de perda de população; da mesma forma, o Piauí, com o sexto maior número de emigrantes, fica em terceiro lugar quando se considera a proporção de pessoas que deixou a UF em relação à população registrada em 2000.

Tabela 1.4.3 - População (A), saldo migratório (B) e participação de (B) em (A), segundo UF de referência em 2000.

Unidade da Federação	População (A) (em Milhões)	Saldo migratório (B)	(B)/(A) (%)
Maranhão	5,7	-349233	-6,2
Piauí	2,8	-139377	-4,9
Ceará	7,4	-94547	-1,3
Rio Grande do Norte	2,8	2671	0,1
Paraíba	3,4	-143316	-4,2
Pernambuco	7,9	-299619	-3,8
Alagoas	2,8	-155560	-5,5
Sergipe	1,8	-5592	-0,3
Bahia	13,1	-623461	-4,8

Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

1.5 Características dos imigrantes

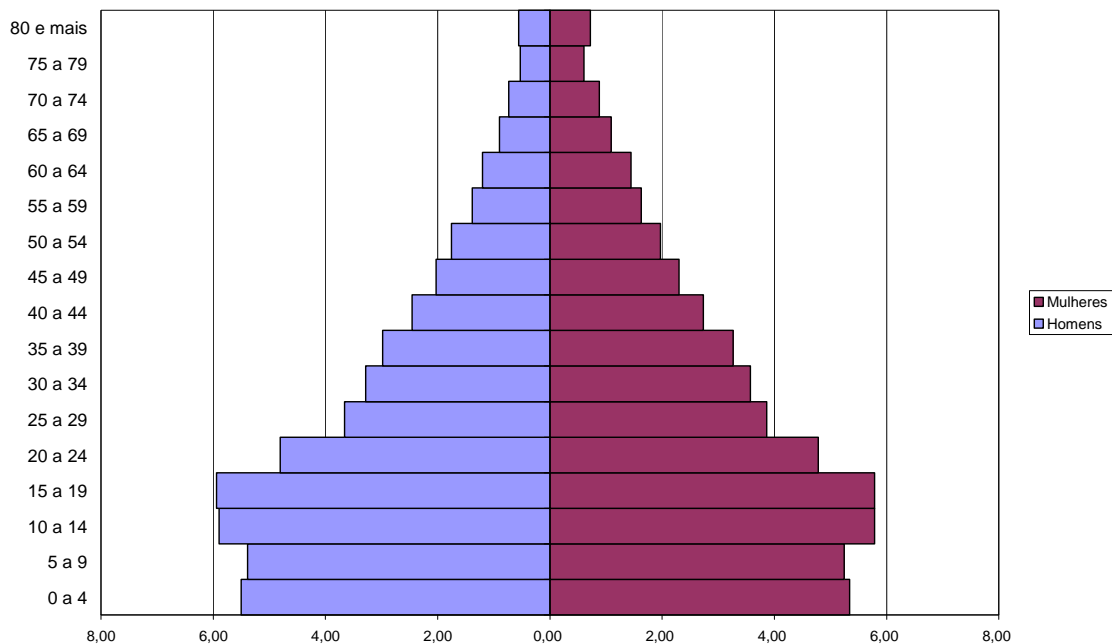
Existem diversos estudos que destacam o perfil típico de migrantes, com especificidades para distância (longa, curta), modalidade (rural-urbano, retorno, laboral), qualificação (trabalhadores com baixa qualificação, *brain-drain*). No caso do Nordeste, o mais comum é serem analisadas as características dos *emigrantes*, em virtude da característica da região como espaço tradicional de expulsão de pessoas. Neste estudo, ao contrário, interessa conhecer os *imigrantes* no Nordeste, sejam eles naturais da própria região ou de outras regiões do Brasil. Os atributos a serem analisados aqui são: sexo, idade, anos de estudo, renda, ramo de atividade econômica e naturalidade (região e unidade da federação).

Segundo Elizaga (1970), o caráter de seletividade quanto ao sexo e idade dos migrantes é universalmente aceito. A composição do segmento migrante por sexo se mostra desequilibrada em favor de homens ou mulheres, de acordo com a distância do movimento. Outro fator que influi na decisão do indivíduo de migrar, ou não, é a idade. As pessoas mais jovens tendem a ser mais móveis do que o restante da população. Segundo trabalho realizado por Golgher (2004), os dados correspondentes aos migrantes em Minas Gerais revelam resultados similares a muitos outros países e regiões, e permitem que se reconheça um padrão: a maior parte dos migrantes se concentra nas faixas etárias entre 20 e 40 anos.

Os Gráficos 1.5.1 e 1.5.2 correspondem às pirâmides populacionais de não-migrantes e migrantes, respectivamente, e exibem a estrutura por sexo e idade desses contingentes. Destaca-se, inicialmente, a base mais estreita da pirâmide dos migrantes, refletindo a menor proporção de crianças e adolescentes, uma vez que as faixas que agrupam as pessoas de 0 a 19 anos concentram, relativamente, mais indivíduos não-migrantes. Da mesma forma, o topo das pirâmides mostra diferença, com um desenho mais estreito para os migrantes, resultado do menor número de indivíduos nas faixas acima dos 50 anos, quando comparados aos não-migrantes. Assim, os migrantes diferenciam-se por apresentarem maior concentração de indivíduos em faixas de idade reconhecidamente associadas ao período do ciclo vital de maior produtividade, fato que comprova que a idade é um fator de seletividade no

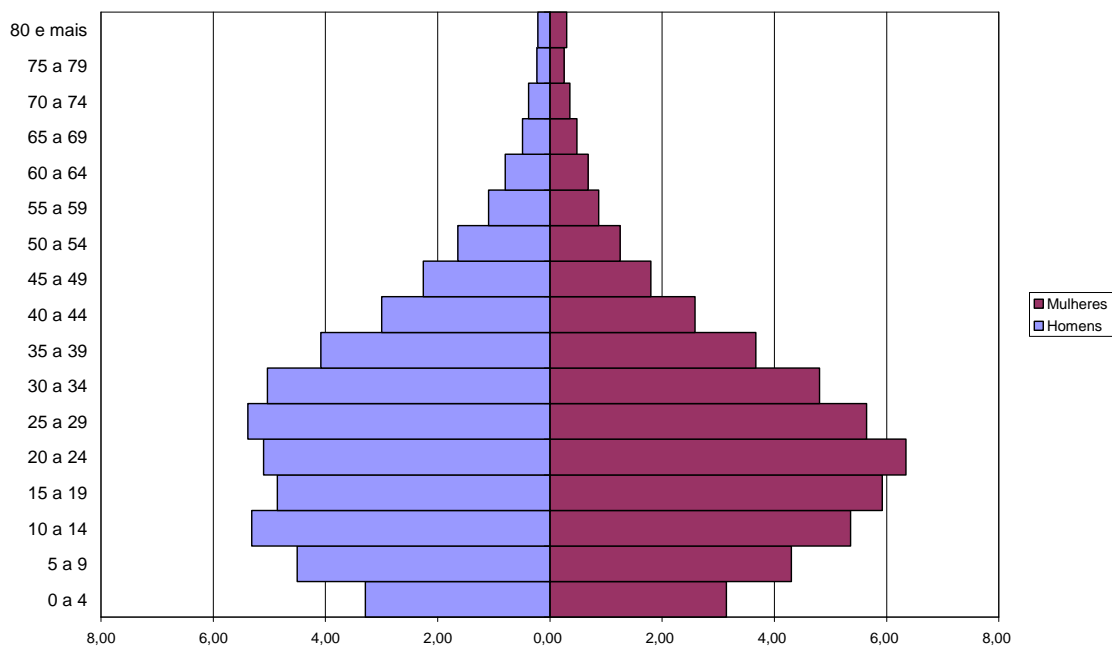
processo migratório analisado. Com relação ao sexo, os números absolutos se equivalem, tanto para migrantes quanto para não-migrantes, o que não deixa margem para considerações a respeito.

Gráfico 1.5.1
Pirâmide populacional de não-migrantes residentes no Nordeste em 2000.



Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

Gráfico 1.5.2
Pirâmide populacional de imigrantes residentes no Nordeste em 2000.



Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

É possível perceber, pelas informações da Tabela 1.5.1, outras características pelas quais migrantes e não-migrantes se diferenciam. Nesta tabela são mostradas as pessoas que exerciam alguma ocupação remunerada à época do censo de 2000, segundo o ramo da atividade econômica vinculada à ocupação declarada. De imediato, nota-se a maior proporção de não migrantes nas atividades de Agropecuária e Educação. Por outro lado, os migrantes exibem concentração importante de indivíduos nos setores de Construção, Comércio e Serviços Domésticos. Uma hipótese que pode ser encontrada na literatura sobre migração (CHRISWICK, 1999), é de que os migrantes têm maior probabilidade a serem selecionados positivamente para o mercado de trabalho.

Tabela 1.5.1 - Distribuição percentual da população ocupada, residente no Nordeste, segundo setor de atividade e status migratório em 2000.

Setor de Atividade	Status Migratório	
	Não Migrantes	Migrantes
	(%)	
Agropecuária	32,0	20,6
Indústrias de Transformação	8,5	9,8
Construção	5,8	7,3
Comércio e Reparação	14,8	18,8
Alojam. e Alimentação	4,4	6,4
Transp. Armaz. Comum.	4,1	5,1
Atividades Imobiliárias	3,7	4,2
Educação	6,5	5,0
Serviços Domésticos	6,6	8,3
Outros	13,6	14,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

Existe, na comparação apresentada pela Tabela 1.5.1, certa dificuldade em atribuir características de seletividade positiva em função de atividades que exigem mais ou menos qualificação das pessoas ocupadas, pelo fato de não haver uma divisão muito nítida nessas categorias. Para ilustrar melhor, considere-se que a população não-migrante apresenta maior concentração de pessoas no setor de Agropecuária e Educação do que os migrantes. A maior

parte das pessoas que trabalham no setor Agropecuário, em geral, apresenta baixa qualificação, enquanto que os ocupados em atividades da Educação normalmente são mais bem qualificados. Essa dificuldade em diferenciar a qualificação entre migrantes e não-migrantes, no entanto, deve ser atenuada mais adiante, quando a categoria de migrante aparecerá desagregada em subcategorias.

Ao se levar em conta outros fatores que podem estar associados à maior ou menor probabilidade de migrar, dois deles são sempre considerados importantes: a renda e a escolaridade. Indivíduos com maior renda e escolaridade tendem a migrar mais que os demais, segundo Chriswick (1999). A razão normalmente citada para justificar essa afirmação é que pessoas com renda maior sofrem menor impacto com os custos da migração e participam de um mercado de trabalho mais amplo do que as demais pessoas. Quando são analisados os fluxos migratórios no Brasil, pensa-se, geralmente, em pessoas de baixa renda fugindo de condições difíceis e buscando sobreviver. Nem sempre é o que ocorre, conforme veremos mais adiante.

A literatura brasileira que foca a seletividade na migração, considerando renda e escolaridade, não é extensa. Um dos trabalhos que toca a questão foi realizado por Santos, Menezes e Cavalcanti (2003). Utilizando os dados da PNAD de 1999, eles mostraram que os migrantes têm, em média, rendimento superior aos não-migrantes. A partir desse resultado, a conclusão apresentada é que os migrantes, no Brasil, constituem um grupo positivamente selecionado, segundo as variáveis selecionadas.

Tabela 1.5.2 oferece as informações sobre renda (para pessoas com ocupação remunerada na data do censo) e anos de estudo (*idem*), as quais ajudam a compor o perfil das populações analisadas. As duas variáveis mostram diferenças que indicam melhor situação para os migrantes, que têm renda média de 4,2 salários mínimos e 6,6 anos de estudo, frente aos 2,8 salários mínimos e 5,9 anos de estudo dos não-migrantes. Estes resultados estão de acordo com a literatura que destaca a seletividade positiva para as pessoas que se deslocam em busca de melhores condições de vida (GOLGHER, 2004). Por outro lado, as diferenças verificadas não são expressivas e, em associação com os resultados da Tabela 1.5.1 (atividade econômica), contribuem pouco para uma distinção clara entre os segmentos populacionais em questão. Essa

análise pode ser enriquecida se os migrantes forem reclassificados em subcategorias, em função de seu local de nascimento e de algumas características do deslocamento realizado.

Tabela 1.5.2 - Média de rendimento (em salário mínimo) e média de anos de estudo, segundo status migratório da população residente no Nordeste em 2000.

Status Migratório	Média	
	Renda (SM)	Anos de Estudo
Migrante	4,2	6,6
Não-migrante	2,8	5,9

Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

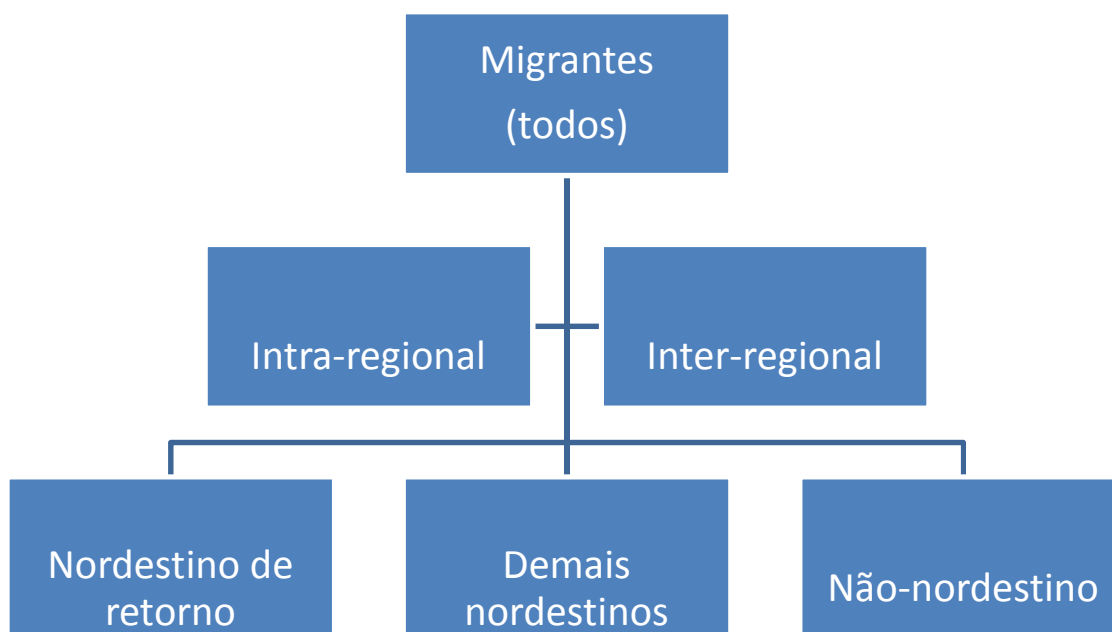
Diversas são as possibilidades de se considerar analiticamente os indivíduos migrantes e os fluxos migratórios. Conforme explica Carvalho (1999), o entendimento da migração como conceito pode envolver muitas definições, as quais variam em função do objetivo, interesse e abordagem teórica de quem a estuda. Indica-se que um estudo sobre migração deva, *a priori*, considerar a necessidade de se especificar as dimensões espaciais e temporais do fenômeno.

A partir desse entendimento, a escolha do conceito de migração para o presente estudo partiu, inicialmente, das possibilidades analíticas oferecidas pelo Censo Demográfico brasileiro, no que respeita aos aspectos espaciais e temporais, associadas a algumas questões específicas. Tais questões selecionam os migrantes aos nascidos no Brasil e que se deslocaram internamente, cruzando fronteiras estaduais, há menos de 10 anos da realização do censo. Dessa forma, ficam excluídos das tabulações os migrantes internacionais de retorno, pessoas nascidas no exterior, indivíduos que migraram entre municípios de um mesmo estado e aqueles que se deslocaram há 10 anos ou mais.

Ainda que se tenha delimitado alguns aspectos acerca dos fluxos a serem analisados, podem-se observar várias subcategorias de migrantes, em função da dimensão espacial considerada, conforme classificação ilustrada no Organograma 1.5.1. Inicialmente, pode-se categorizar o migrante em intra-regional e inter-regional. Nesse caso, o critério a ser observado é se a UF de

origem localiza-se na mesma região da UF de destino (no caso deste trabalho, trata-se da região Nordeste) ou não. Em segundo lugar, observa-se o lugar de nascimento do migrante: se na região analisada (Nordeste) ou fora dela. Ademais, se o indivíduo é natural de uma UF do Nordeste, pode-se acrescentar a categoria de migrante de retorno à UF de nascimento. Essas subdivisões são apenas alguns exemplos de possibilidades de análise, mas já bastam para o que se pretende. Na verdade, serão apresentados resultados somente para as categorias de migrante nordestino (sem distinguir o retornado) e não-nordestino, as quais são suficientes para o objetivo deste trabalho.

Organograma 1.5.1
Tipos de migrantes em função das regiões de origem e destino
e da região de nascimento.



Uma vez escolhidas duas subcategorias para diferenciar os migrantes – ou seja, nordestinos e não-nordestinos - pode-se recuperar os cruzamentos apresentados em tabelas anteriores para nova avaliação. A separação dos migrantes em função do local de nascimento é suficiente para que os resultados da Tabela 1.5.3, que mostra o setor de atividade econômica do pessoal com ocupação remunerada, evidenciem a diferença entre os dois tipos de migrantes e, mais uma vez, compará-los aos não-migrantes. Destaca-se,

por exemplo, que a proporção de migrantes nordestinos (22,4%) ocupados nas atividades de Agropecuária equivale ao dobro dos não-nordestinos (10,9%), os quais, por sua vez, apresentam um índice que corresponde a um terço dos não-migrantes (32,0%). Com relação às pessoas que declararam trabalhar no setor de Construção, os imigrantes naturais do Nordeste têm índice superior até aos não-migrantes – 7,7% e 5,8%, respectivamente -, enquanto que os migrantes não-nordestinos exibem a menor concentração nesta categoria (4,7%). Esse mesmo tipo de resultado é observado no setor de Serviços Domésticos, no qual se vê que os migrantes não-nordestinos exibem menor concentração (4,2%) que os naturais do Nordeste (9,1%), enquanto que os não migrantes ficam em situação intermediária (6,5%). Pode-se dizer que, de forma geral, essas três categorias não exigem alta qualificação da mão-de-obra normalmente empregada, o que não se encaixa com a literatura sobre seletividade anteriormente citada.

Tabela 1.5.3 - Distribuição percentual da população ocupada, residente no Nordeste, segundo setor de atividade, por status migratório, em 2000.

Setor de Atividade	Status migratório		
	Não-migrantes	Migrantes nordestinos	Migrantes não-nordestinos
	(%)		
Agropecuária	32,0	22,4	10,9
Indústrias de Transformação	8,5	9,6	10,4
Construção	5,8	7,7	4,7
Comércio e Reparação	14,8	18,3	21,7
Alojam. e Alimentação	4,4	6,2	7,5
Transp. Armaz. Comum.	4,1	5,0	6,1
Atividades Imobiliárias	3,7	3,7	6,4
Educação	6,5	4,6	7,1
Serviços Domésticos	6,6	9,1	4,2
Outros	13,6	13,3	21,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

A mesma Tabela 1.5.3 também evidencia que os migrantes nascidos fora do Nordeste registram concentração destacada no setor de Atividades Imobiliárias (7,5%) quando comparados aos nordestinos e os não-migrantes (3,7% para ambos). Ainda que não tão expressiva, é possível considerar, ainda, a diferença de pessoas empregadas no setor de Educação dentre os migrantes nordestinos (4,6%), os não-migrantes (6,5%) e os migrantes não-nordestinos (7,1). Nesses casos, ao contrário das atividades consideradas no parágrafo anterior, observa-se a relação direta entre os setores e a melhor qualificação das pessoas neles tradicionalmente empregadas. Dessa forma, fica clara a seletividade positiva para os migrantes nascidos fora da região Nordeste.

A Tabela 1.5.4 exibe os valores médios de rendimentos e anos de estudo, da mesma forma que a Tabela 1.5.2, mas, neste caso, com os migrantes desagregados em função da região de nascimento. Por meio desses resultados fica mais evidente a diferença entre os migrantes nascidos fora do Nordeste e os demais indivíduos, tanto em termos de rendimento quanto de escolaridade. Em termos de anos de estudo, os não-migrantes aparecem em último lugar, com 5,9 anos, enquanto que os migrantes nordestinos têm 6,1 e os migrantes não-nordestinos exibem 9,4 anos, em média. Com relação ao rendimento, os números são ainda mais expressivos: 2,8 salários mínimos para os não migrantes, 3,5 para os migrantes nordestinos e 7,6 para os não-nordestinos. Mais uma vez, fica clara a melhor situação dos migrantes nascidos fora do Nordeste quando comparados aos outros migrantes e aos não-migrantes.

Tabela 1.5.4 - Média de rendimento (em salário mínimo) e média de anos de estudo, segundo status migratório da população residente no Nordeste em 2000.

Status Migratório	Média	
	Renda (SM)	Anos de Estudo
Migrante não-nordestino	7,6	9,4
Migrante nordestino	3,5	6,1
Não-migrante	2,8	5,9

Fonte: Microdados do Censo Demográfico IBGE 2000. Tabulação própria.

1.6 Considerações Finais

A partir da década de 1980 o Brasil presenciou intensas alterações em sua dinâmica demográfica, as quais tiveram forte impacto na distribuição de sua população. Neste trabalho, tratou-se de focalizar um elemento específico dessa questão, ou seja, os fluxos migratórios interestaduais e algumas características sociodemográficas da população migrante que, em 2000, residia na região Nordeste.

Como foi anteriormente destacado, a década de 1980 representou um momento de inflexão nos movimentos de saída do Nordeste, que tradicionalmente têm diminuído o contingente populacional na região. Além disso, verificou-se nesse período o aumento em volume dos fluxos de retorno dos nordestinos. A década seguinte, por outro lado, representou uma volta aos padrões anteriores, com redução do retorno e ampliação da emigração. A literatura especializada associou tais processos à dinâmica econômica pela qual passou recentemente o Brasil, em busca de ajuste à reestruturação econômica mundial. Nos dias de hoje, os dados mais recentes do IBGE apontam para uma nova realidade em termos de movimentos migratórios, com saldo positivo para a região Nordeste. Mas esse assunto é tema para outro trabalho.

De modo geral, os estudiosos da migração no Brasil, quando se ocupam da região Nordeste, tratam dos emigrantes, principalmente pela sua relevância numérica e seu impacto nas regiões de destino. Neste trabalho, por sua vez, buscou-se uma caracterização dos indivíduos que chegam aos estados nordestinos, a partir dos dados do Censo Demográfico mais recente. Como parâmetro para comparação, foram apresentadas informações sobre migrantes e não-migrantes, todos residentes na região Nordeste no ano 2000.

A partir da literatura especializada no tema, elaborou-se um conjunto de elementos que pudesse retratar os atributos mais comuns da população migrante. Dito de outra forma, procurou-se definir os critérios de seletividade normalmente associados aos indivíduos que, por meio da migração, buscam melhores condições de vida para si e para sua família. O resultado foi parcialmente refletido nesse conjunto de elementos.

Quando realizada a comparação entre todos os migrantes e a população não-migrante, verificaram-se diferenças nítidas em termos da estrutura de sexo e idade (ou pirâmides populacionais) entre os grupos. Nesse caso, a caracterização dos migrantes como uma população jovem, concentrada nas faixas de 20 a 40 anos (mas, ainda, com importante proporção de pessoas com até 50 anos), se encaixa nos padrões tradicionalmente apresentados em estudos semelhantes.

Por outro lado, nas comparações entre os setores de atividade econômica, rendimento e escolaridade, pôde ser observada a distinção para migrantes e não-migrantes, mas de forma menos expressiva e, no caso das atividades econômicas, difícil de ser interpretada. As diferenças, no entanto, foram mais pronunciadas e mais fáceis de serem analisadas quando a população migrante foi desagregada em relação à região de nascimento.

Ao mostrar as mesmas variáveis, mas em função da região de nascimento do migrante, ficou nítida a seletividade positiva para as pessoas nascidas fora do Nordeste. No quesito “Atividade Econômica”, os migrantes não nordestinos se destacaram pela maior concentração em categorias normalmente associadas à qualificação mais elevada, tais como Atividades Imobiliárias e Educação. Além disso, esses migrantes exibiram as mais altas médias de rendimento e de anos de estudo, muito acima dos demais. Os migrantes nascidos no Nordeste, por sua vez, mostraram rendimento e escolaridade um pouco acima dos não-migrantes, ao tempo em que sua inserção ocupacional com alta concentração relativa em algumas atividades, como em Serviços Domésticos, não permitiu que se considerasse tal seguimento como positivamente selecionado em todos os aspectos. Provavelmente, outros parâmetros e filtros possam ser aplicados para que a associação entre migração e seletividade comporte maior correlação. A consideração para a UF e o município de residência anterior, a zona rural ou urbana, a distância percorrida durante o deslocamento e o local de residência atual, por exemplo, devem provocar a necessidade de novas interpretações e conclusões a esse respeito. Fica, assim, a idéia lançada para o aprofundamento de uma análise exploratória sobre os imigrantes no Nordeste.

1.7 Referências Bibliográficas

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 30p. (Texto para Discussão, n.766).

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. (30 Anos de Economia – Unicamp). 2a. ed. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.

CUNHA, J.M.P. **Redistribuição Espacial da População: tendências e trajetória**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 218-233, 2003.

CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R.A. Migração nos Estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: Nepo-Unicamp/Pronex, 2000.

ELIZAGA, J. C. Migraciones interiores, evolución reciente y estado actual miro. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980.

Golgher, A. B. **Fundamentos da migração**. -Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 49p. (Texto para discussão ; 231)

MARTINE, G. **Redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994 (Texto para Discussão, 329).

PACHECO, C.A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Ence, Rio de Janeiro, Textos Para Discussão v. 7, p. 1-55, 2003.

SANTOS, E. da R.; MENEZES FILHO, N.; FERREIRA, P. C. **Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. (Texto para discussão).

2. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes

Wilson Fusco

Renato Duarte

2.1 Introdução

A análise dos fluxos migratórios registrados nos períodos intercensitários entre 1980 e 2000 no Brasil mostra a ocorrência de mudanças nos padrões dos movimentos que estão a requerer explicação dos fatores determinantes dessas novas realidades. De modo especial, no decorrer da década de 1990, houve intensificação dos deslocamentos no sentido urbano-urbano e também nos fluxos interestaduais. Nos dois casos, ocorreu uma reversão da tendência à redução dos volumes de migrantes observada nas duas décadas anteriores. Em relação ao Nordeste, no período 1990-2000, ocorreu um recrudescimento da emigração para outras regiões, especialmente para o Sudeste. O panorama geral do País no tocante a essas mudanças ocasionou o surgimento da hipótese que se convencionou chamar de “defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória” (CUNHA e BAENINGER, 2005, p. 92). No caso do Nordeste, não há evidências desse fenômeno, visto que, historicamente, o que se observa relativamente aos fluxos migratórios é uma espécie de efeito bumerangue, que produz constantes vaivens de pessoas que se deslocam entre as regiões brasileiras impulsionadas por fenômenos ora de caráter nacional, ora de natureza regional.

A diminuição do poder de retenção populacional das regiões metropolitanas do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador) tem sido relacionada a um suposto fim da maturação dos investimentos realizados na Região nas décadas de 1970 e 1980 e dos efeitos desses investimentos sobre o desempenho econômico da região (CANO, 1998). Convém lembrar que, no decorrer da década de 1990, ocorreu, com intensidade, o fenômeno historicamente relacionado ao aumento dos fluxos emigratórios do Nordeste: as secas. Ao longo da década, a zona

semi-árida da Região foi assolada por secas de grandes proporções em 1990-1993 e em 1998-1999. Os efeitos econômicos e sociais dessas secas podem ser avaliados por meio da queda no valor da produção agropecuária do Nordeste: -11,7% em 1990; -9,2% em 1992; -29,7% em 1993; e -23,0% em 1998 (SUDENE, 2000, p. 315). Esses dados por si já dão uma idéia dos volumes de desemprego provocados por aquele fenômeno climático.

No Nordeste, as três RMs, embora não tenham apresentado desempenho econômico expressivo no decorrer da década de 1990, contribuíram para reter muitos migrantes que, do contrário, teriam seguido a tradição de se deslocar para os centros mais dinâmicos da economia nacional. No caso específico da Região Metropolitana do Recife (RMR), verificou-se uma considerável transferência populacional para o interior, invertendo a tendência observada na década anterior, que pode ser explicada pela consolidação de dois pólos econômicos existentes no interior do estado: de fruticultura irrigada e produção vinícola na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, em torno do município de Petrolina, e de confecções na Mesorregião do Agreste Pernambucano, que abriga os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Vale considerar que, já a partir da década de 1950, a Região Metropolitana do Recife começava a perder as indústrias tradicionais – têxtil, metal-mecânica, metalurgia – em decorrência do processo de integração comercial inter-regional que teve início naquela década (GUIMARÃES NETO, 1989). Esse processo de interiorização da população não foi um fenômeno generalizado, mas se deu em algumas situações isoladas. De modo geral, predominaram os fenômenos em que as áreas interioranas do Nordeste continuaram a liberar migrantes e as três regiões metropolitanas perderam capacidade de reter população. O Nordeste como um todo, por sua vez, seguiu seu histórico de região emissora de migrantes.

A análise do desempenho das três RMs do Nordeste sugere que se dê atenção às migrações de retorno dos nordestinos para essas três áreas. Os estudos mostram que, no caso dos nordestinos retornados, tem havido um intenso vaivém que, em parte, se explica pela instabilidade verificada na economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, a qual, ao atingir negativamente o mercado de trabalho do centro dinâmico da economia nacional, afetou igualmente o resto do país. As áreas de origem – e mesmo os municípios de

nascimento – são, para os emigrantes nordestinos, um porto sempre seguro, se não para um novo emprego, pelo menos para encontrar acolhimento no meio familiar. É o que mostra Lyra em seu estudo sobre migrações de retorno em Pernambuco. O surgimento e a expansão dos pólos de confecções do Agreste e de fruticultura e de produção vinícola no São Francisco Pernambucano reforçam o que se sabe acerca da opção dos migrantes pelo retorno ao município de nascimento (LYRA, 2003).

2.2 O crescimento das regiões metropolitanas

Os dados apresentados na Tabela 2.2.1 mostram que no período 1980 - 2000, a população da RMR permaneceu maior que a de Salvador (RMS) e a de Fortaleza (RMF). Por outro lado, a taxa de crescimento médio anual da RMR, durante as duas décadas, foi inferior às taxas correspondentes da RMF e da RMS. A taxa de crescimento populacional do estado da Bahia foi maior que as respectivas taxas do Ceará e de Pernambuco no período 1980 – 1991; essa situação mudou na década seguinte, sendo que o crescimento populacional do Ceará suplantou o da Bahia - que havia declinado consideravelmente -, tendo permanecido maior que o de Pernambuco.

A Tabela 2.2.1 também mostra que a participação da RMF na população do Ceará chegou a 40% no ano 2000. A participação relativa da RMR, que era historicamente expressiva, alcançou os 42% da população estadual naquele ano, mantendo a maior participação relativa dentre as RMs estudadas. A participação da RMS - relativamente menor do que as outras duas RMs - aumentou, mas situou-se nos 23% da população baiana no ano 2000.

Uma visão geral da Tabela 2.2.1 evidencia que, sendo a participação populacional da RMR historicamente elevada, no que se refere ao estado de Pernambuco, talvez tenha chegado a uma situação de saturação quanto à absorção de migrantes, o que explicaria as menores taxas de crescimento médio anual entre os anos de 1980 e 2000. Provavelmente, a maturação dos investimentos industriais do sistema de incentivos fiscais do Finor/Sudene tenha explicado o maior crescimento da RMF (principalmente das indústrias têxtil/confecção e de calçados) e da RMS (criação dos pólos de Camaçari e

Aratu). Pode ser, também, que as secas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 tenham influenciado a migração do interior do estado do Ceará para a RMF, visto que os grandes fluxos migratórios a partir do Ceará estão historicamente relacionados às secas, pois aquele estado é o único que se encontra inteiramente dentro do chamado “Polígono das Secas” e, portanto, integralmente afetados por aquele fenômeno climático.

Tabela 2.2.1 - População residente, taxa de crescimento médio anual e participação na população da UF, segundo Regiões Metropolitanas de residência. Fortaleza, Recife e Salvador - 1980-2000

RM	População			Taxa de crescimento médio anual				Participação na população da UF		
				80/91		91/00		1980	1991	2000
	1980	1991	2000	RM	UF	RM	UF			
Fortaleza (CE)	1.651.744	2.401.537	2.984.689	3,46	1,70	2,44	1,73	31,23	37,72	40,17
Recife (PE)	2.386.453	2.919.979	3.337.565	1,85	1,36	1,50	1,18	38,85	40,97	42,15
Salvador (BA)	1.766.724	2.496.521	3.021.572	3,19	2,09	2,14	1,08	18,68	21,04	23,12

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais CGEP/Fundaj.

2.3 A relação metrópole-interior

Para as análises da migração nas RMs serão utilizados as informações de última etapa e de data fixa presentes no questionário da amostra do Censo Demográfico do IBGE. O quesito data fixa do Censo Demográfico realizado em 2000 pedia às pessoas de 5 anos ou mais de idade que declarassem o nome do município e UF, ou país estrangeiro, em que residiam há exatos 5 anos do censo; o quesito última etapa pedia que o indivíduo com menos de 10 anos de residência na UF atual (no momento do censo) declarasse a UF de residência anterior. A principal vantagem do quesito data fixa, para este trabalho, é a possibilidade de identificar o município de residência há 5 anos, enquanto que a pergunta sobre a última etapa migratória somente fornece a UF de residência anterior. Por outro lado, este quesito alcança 10 anos anteriores ao censo, o

que confere uma qualidade diferente de informação comparativamente ao quesito data fixa. Para os objetivos deste trabalho, optou-se por utilizar os dois tipos de informação.

Segundo a Tabela 2.3.1, construída a partir das informações de migração em data fixa, identifica-se o maior volume de migrantes do interior do Ceará para a RMF no período 1986-1991, o que deve ser explicado pela ocorrência de grandes secas no final dos anos 1980 (queda de -18,8% no PIB agropecuário do Ceará em 1987, de -18,6% em 1989, -13,0% em 1990, -21,4% em 1992, -54,0% em 1993, -4,2% em 1995, -21,4% em 1997 e -27,1% em 1998, conforme dados contidos nos Agregados Econômicos Regionais, editados pela Sudene em 1999. Como apontado anteriormente, a zona semi-árida do Nordeste foi fortemente castigada por grandes secas, provocando quedas acentuadas no PIB agropecuário da região, na década de 1990. Devido à importância que as atividades agropecuárias têm na Região, as reduções drásticas na produção desse setor têm reflexos sobre os PIBs da indústria e do setor de terciário, a ponto de provocar quedas no PIB total do Nordeste. De acordo com a mencionada publicação da Sudene, as taxas de crescimento do PIB do Nordeste em anos de seca nas décadas de 1980 e 1990 foram: -1,0% em 1987; -5,9% em 1990; -1,5% em 1992; -1,8% em 1993; e 1,5% em 1998. As contrações bruscas na produção agropecuária provocadas pelas secas forçam as pessoas atingidas a buscarem alternativas de sobrevivência em locais não afetados por esse fenômeno climático ou onde existam outras atividades, além de políticas públicas mitigadoras dos efeitos das estiagens. A Tabela 2.3.1 mostra ainda que, no período 1986 - 1991, os volumes de imigrantes nas três RMs em análise foram maiores que nos cinco anos entre 1995-2000, ocorrendo o inverso quanto ao número de emigrantes. Uma possível explicação para este fenômeno deve estar no fato de no primeiro quinquênio (1986-1991) ter havido três secas (1987, 1989 e 1990) e no período 1995-2000 ter ocorrido somente uma seca (1998). O aumento do número de emigrantes das três RMs na comparação dos quinquênios deve encontrar explicação na volta à normalidade da produção agropecuária no período 1995-2000, com exceção, como já foi mencionado, da seca de 1998. O resultado é o saldo migratório consideravelmente menor, nas três RMs, em relação ao interior dos respectivos

estados, no último período, especialmente na RMF, onde a redução do número de imigrantes foi mais intensa.

Tabela 2.3.1 - Trocas migratórias entre Regiões Metropolitanas e o interior das respectivas UFs, segundo RMs selecionadas - 1986-1991 e 1995-2000

Região Metropolitana	1986-1991			1995-2000		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Fortaleza	118.584	40.548	78.036	84.200	54.255	29.945
Recife	68.919	29.877	39.042	58.204	33.774	24.430
Salvador	108.459	47.143	61.316	103.370	65.682	37.688

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações especiais CGEP/Fundaj.

A Tabela 2.3.2 mostra o papel destacado da RMF na recepção de imigrantes de última etapa, comparativamente com a RMR e a RMS. No caso da Bahia - e de Pernambuco, guardadas as proporções - é expressivo o percentual de imigrantes de última etapa que se fixaram no interior do estado. Como a RMS tem pouco mais de 23% da população do estado e atrai menos de 19% dos migrantes de última etapa, constata-se que o interior da Bahia atrai mais esse tipo de migrante que a Região Metropolitana, fato que também ocorre em Pernambuco. Essa maior proporção de migrantes de última etapa no interior pode representar a força da migração entre estados vizinhos: a simples passagem de um município a outro, cruzando a fronteira estadual, provoca esse efeito. A propósito da migração de retorno de última etapa, é interessante considerar que, como muitos nordestinos retornam em família, os filhos e netos, embora sendo naturais de estados de outras regiões, têm laços de parentesco com nordestinos. Assim, torna-se intelectualmente instigante a observação do movimento de volta às UFs - de nascimento, para uns, de origem familiar, para outros - de parte considerável desses migrantes.

Tabela 2.3.2 - Volume e proporção de migrantes (última etapa), segundo lugar de residência (RM/Interior). Ceará, Pernambuco e Bahia - 2000

Unidade da Federação	RM/Interior	Imigrantes (todos)		Imigrantes Retornados	
		N	%	N	Retornados/Total Imigrantes na UF (%)
Ceará	RM	160.177	41,60	68.970	17,91
	Interior	224.841	58,40	139.275	36,17
	Total	385.018	100,00	208.245	54,09
Pernambuco	RM	145.609	35,89	64.868	15,99
	Interior	260.062	64,11	134.158	33,07
	Total	405.671	100,00	199.026	49,06
Bahia	RM	114.249	18,64	49.178	8,02
	Interior	498.632	81,36	249.472	40,70
	Total	612.881	100,00	298.650	48,73

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais CGEP/Fundaj.

Os dados da Tabela 2.3.2 mostram que os números de imigrantes retornados são expressivos quando comparados aos totais de imigrantes de última etapa. Além disso, constata-se que o interior de cada uma das três UFs recebe proporcionalmente mais migrante retornado de última etapa do que as respectivas RMs, fenômeno também observado para o migrante de última etapa em geral.

Outra forma de observar esses dados é a partir da perspectiva do peso da migração de retorno no total dos migrantes de última etapa para cada UF (também na Tabela 2.3.2). Por esse ângulo, a migração de retorno para a Região Metropolitana de Fortaleza é o movimento de maior impacto no fluxo total de imigrantes para a UF (17,91%, frente aos 15,99% na RMR e 8,02% na RMS), assim como a proporção de retornados para o Ceará como um todo (54,1%, em comparação aos 49,06% em PE e 48,73% na BA). Esse retorno mais importante para a RMF e para o estado provavelmente se deve ao expressivo número de cearenses que haviam sido expulsos de suas terras durante os períodos de seca, como mencionado anteriormente, e que decidiram voltar após a diminuição dos efeitos desse fenômeno climático.

2.4 A inserção ocupacional dos migrantes

A inserção dos migrantes de última etapa no mercado de trabalho das três RMs apresenta algumas similaridades, coerentemente com o panorama econômico das cidades de Fortaleza, Recife e Salvador, as quais apresentam semelhanças e diferenças em diversos aspectos. Abrindo um parêntese aqui, parece interessante observar os dados contidos no Anexo 2.8, onde se vê que as capitais concentram a maior parte da população das RMs, mas com uma diferença importante: enquanto que Fortaleza registra 72% da população da RMF e Salvador detém 81% da RMS, Recife contabiliza somente 43% da RMR, exibindo uma concentração bastante inferior relativamente às outras duas RMs. Ademais, as áreas ocupadas pela RMR e pela RMS são semelhantes, mas ambas são muito diferentes da área ocupada pela RMF, que corresponde quase ao dobro da área das outras duas RMs.

Em relação às atividades econômicas nas quais os migrantes se inserem nessas RMs, os dados da Tabela 2.4.1 permitem concluir que o subsetor que mais absorveu imigrantes de última etapa do sexo masculino foi o de comércio e reparação de objetos. As atividades de comércio ambulante e de conserto de equipamentos e acessórios (bicicletas, pneus, eletrodomésticos, calçados etc.) incluem-se entre as predominantes no setor informal urbano. Esse setor tem como principal característica a facilidade de acesso de novos trabalhadores nos segmentos menos estruturados do mercado de trabalho, o que acarreta a informalização. Ou seja, são atividades mais facilmente absorvedoras de imigrantes com baixa escolaridade, menos qualificados profissionalmente e carentes de recursos financeiros (ARAÚJO *et al*, 2007). Com relação às mulheres migrantes de última etapa, os serviços domésticos foram os que absorveram maiores contingentes, como ocorre tradicionalmente.

Indústria de transformação e construção civil foram os setores que vieram a seguir, nas três RMs, como os que absorveram imigrantes de última etapa do sexo masculino. Neste caso, cabe também um destaque para a proporção de mulheres na RMF que trabalham na indústria de transformação, principalmente em função das ocupações na indústria de confecções. Como mencionado anteriormente, a RMF recebeu parcela considerável de investimentos do Finor/Sudene para as indústrias têxtil, de confecção e de calçados. Nesses

casos existem atividades que podem apresentar características do setor formal. As atividades de comércio e reparação de objetos foram as que, depois dos serviços domésticos, mais empregaram mulheres imigrantes nas três RMs. Esses três tipos de ocupação são classificados, para efeito de análise, como característicos do setor informal.

Tabela 2.4.1 - Migrantes interestaduais segundo participação em setores de atividade selecionados, por sexo do migrante e Região Metropolitana de residência em 2000

Setor de Atividade	Região Metropolitana					
	Fortaleza		Recife		Salvador	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agropecuária e pesca	1,3	0,1	1,2	0,1	0,7	0,4
Indústria extrativa	0,2	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1
Indústrias de transformação	8,7	5,4	7,3	3,0	7,1	2,5
Construção	6,0	0,3	5,4	0,3	8,2	0,5
Comercio e reparação	14,5	7,0	13,6	7,2	13,1	7,4
Alojamento e alimentação	4,6	3,4	4,1	3,7	4,2	3,4
Transporte armaz. e comum.	5,3	0,9	5,3	1,0	4,1	1,2
Intermediação financeira	1,2	0,7	1,9	1,3	1,5	1,1
Atividades imobiliárias	5,1	2,0	6,0	2,6	6,4	2,3
Educação	2,0	3,5	2,1	3,8	2,3	4,3
Saúde e serviços sociais	1,1	2,2	1,6	3,2	1,4	2,9
Outros serviços sociais	2,5	2,3	2,7	2,7	2,9	3,3
Serviços domésticos	0,8	11,1	0,8	8,2	1,1	9,1
Outros	5,5	2,3	8,6	2,5	5,9	2,0
Total (%)	58,8	41,2	60,5	39,5	59,5	40,5
Total (N)	66.745		52.942		48.487	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais CGEP/Fundaj.

As atividades educacionais (professoras, merendeiras, faxineiras etc.) tiveram desempenho expressivo na absorção de mulheres imigrantes de última etapa nas três RMs. As atividades docentes requerem alguma capacitação, provavelmente adquiridas pelas mulheres migrantes na última etapa de seu histórico migratório. No entanto, deve-se registrar que no setor de atividade “educação” estão incluídas ocupações que não requerem níveis elevados de especialização, como as de merendeira e faxineira. De modo geral, os migrantes de última etapa ocupam postos de trabalho que encontram

correspondência na distribuição para o restante da população, não se configurando como um nicho específico de imigrantes. Por outro lado, podemos observar que existe certa seletividade para a população migrante, pois, ainda que trabalhe nos mesmos setores de atividades que o restante da população, os imigrantes apresentam média e mediana de salários e de anos de estudo superiores aos não migrantes.

2.5 Migrantes interestaduais e migrantes de retorno

A análise da origem dos imigrantes de última etapa que residiam nas três RMs do Nordeste no ano 2000 revela alguns aspectos do processo migratório da região na última década do século passado. A Tabela 2.5.1 mostra que foram mais importantes os percentuais de imigrantes provenientes do estado de São Paulo. Os percentuais superiores a 20% do total de imigrantes em cada uma das RMs (quase 30% na RMR) sugerem uma forte incidência de migração de retorno a partir daquele estado. Analisando a última etapa dos imigrantes nas três RMs, observa-se, ainda, o destaque do Rio de Janeiro como emissor de migrantes para a RMS (explicado, talvez, pela relativa proximidade comparativamente com a RMF e a RMR, situação essa que pode ter facilitado a vinda e, também, a ida nos casos de migrantes de retorno). No tocante à RMF, os percentuais expressivos de imigrantes provenientes do Piauí e do Maranhão encontram explicação na atração que a capital do Ceará exerce sobre as pessoas que buscam oportunidades de trabalho em um meio econômico relativamente dinâmico e de grande dimensão demográfica. No caso da RMR, além da imigração de última etapa do Rio de Janeiro – que também deve sofrer o peso da migração de retorno -, destacam-se, como estados de origem, os estados vizinhos da Paraíba e Alagoas. Nesse caso, a proximidade de uma região metropolitana com maiores oportunidades potenciais de trabalho explica, em grande parte, a escolha do destino dos migrantes. Situação semelhante é observada na RMS, onde, depois de São Paulo e Rio de Janeiro, os estados de Sergipe e Pernambuco, vizinhos, enviaram maiores percentuais de migrantes de última etapa.

Tabela 2.5.1 - Proporção de migrantes segundo Unidade da Federação de residência anterior, por Região Metropolitana de residência em 2000

Residência Anterior	Residência atual		
	Região Metropolitana		
	Fortaleza	Recife	Salvador
Distrito Federal	4,8	2,1	3,1
Pará	6,8	2,3	2,1
Maranhão	9,4	1,4	1,0
Piauí	10,3	1,9	1,5
Ceará	0,0	5,4	4,0
Rio Grande do Norte	5,9	5,0	1,4
Paraíba	3,3	12,8	1,8
Pernambuco	6,1	0,0	10,5
Alagoas	1,1	9,8	5,5
Sergipe	0,5	1,2	11,1
Bahia	3,8	6,0	0,0
Rio de Janeiro	9,4	12,5	14,9
São Paulo	21,7	29,3	26,5
Demais	16,9	10,3	16,6
Total %	100,0	100,0	100,0
Total N	142.320	129.658	95.145

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais CGEP/Fundaj.

Os dados contidos nessa Tabela 2.5.1 colocam em relevo, em primeiro lugar, a proeminência do estado de São Paulo (secundado, a certa distância, pelo Rio de Janeiro) como destino de migrantes nordestinos e, no decorrer do tempo - e dependendo das conjunturas econômicas - como origem de migrantes de retorno. Em segundo lugar, mostram a atração que as RMs e as aglomerações urbanas de maior porte exercem sobre as populações dos estados vizinhos (além, é claro, dos habitantes do interior dos respectivos estados) sobre as pessoas que decidem migrar.

Com relação ao destino dos emigrantes que deixaram as três RMs, as informações do Censo 2000 sobre o quesito data fixa da Tabela 2.5.2 confirmam as escolhas que tradicionalmente fazem as pessoas que decidem deixar a RMF, a RMR e a RMS em busca de oportunidades de trabalho e de sobrevivência em outras partes do Brasil.

Tabela 2.5.2 - Proporção de emigrantes das RMs segundo UF de residência atual, por RM de residência em 31/07/1995

Residência atual	Residência em 31/07/1995		
	Região Metropolitana		
	Fortaleza	Recife	Salvador
Distrito Federal	3,4	2,3	2,1
Pará	2,7	0,9	0,7
Maranhão	2,7	1,0	0,2
Piauí	3,2	0,8	0,3
Ceará	52,3	1,1	0,8
Rio Grande do Norte	3,2	4,3	1,0
Paraíba	1,6	8,1	1,0
Pernambuco	0,7	30,6	1,0
Alagoas	0,3	3,2	0,8
Sergipe	0,4	1,2	4,4
Bahia	1,0	2,2	52,7
Rio de Janeiro	5,9	8,8	7,1
São Paulo	12,3	26,8	19,7
Demais	10,2	8,8	8,1
Total %	100,0	100,0	100,0
Total N	162.887	127.603	157.234

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais CGEP/Fundaj.

Os emigrantes da RMF dirigiram-se predominantemente para o próprio Ceará (52%) e, em seguida, para São Paulo (12%). Os emigrantes da RMS tiveram um comportamento parecido com os da RMF, visto que 53% deslocaram-se para outras áreas da Bahia e 20% para São Paulo. Entre os emigrantes da RMR, a preferência se distribuiu entre o próprio estado (31%) e São Paulo (27%), observando-se, no entanto, uma maior diversidade no tocante aos locais de destino desses emigrantes. Esses dados corroboram as evidências conhecidas acerca dos dois grandes fluxos das RMs nordestinas: para os

interiores dos respectivos estados e para o estado de São Paulo, respectivamente.

2.6 Considerações Finais

Ao se estudarem os fluxos migratórios de nordestinos, há que considerar dois fenômenos que têm singularizado o Nordeste no contexto nacional: de um lado, a ocorrência de secas episódicas na zona semi-árida; de outro, a maturação de investimentos resultantes dos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criados em 1961 com o objetivo de financiar projetos industriais e agropecuários (estendidos posteriormente a projetos de pesca, turismo e reflorestamento). São de interesse para este trabalho as informações coletadas através de pesquisa realizada pela Sudene e pelo Banco do Nordeste (BNB) reveladores da seguinte situação: em dezembro de 1986, a RMR havia recebido 17,4% das indústrias financiadas com recursos dos incentivos fiscais; a RMF havia abrigado 15,9% das indústrias e a RMS 13,7%. Juntas, as três RMs haviam recebido 47,0% do número total de projetos industriais aprovados pela Sudene (SUDENE/BNB, 1992). Enquanto as secas constituem motivo potencial para a emigração, a implementação de projetos favorecidos por incentivos fiscais podem atuar, se não como atração para imigrantes, pelo menos como fator de retenção de potenciais emigrantes.

Com o fim do processo de maturação dos investimentos realizados há mais tempo e com as secas que atingiram fortemente a economia agropecuária no Nordeste, um grande contingente de pessoas ficou potencialmente propenso à emigração - como tem ocorrido há décadas - em busca de melhores oportunidades de emprego e de qualidade de vida. O que se verificou é que os fluxos entre as Regiões Metropolitanas em questão e o estado de São Paulo, principalmente sua capital, continuaram a predominar no cenário da década de 1990. Dada a antiguidade do movimento migratório entre o Nordeste e o Sudeste, pode-se considerar que as redes sociais formadas ao longo do tempo constituem um fator importante de direcionamento para os grupos que, desenraizados, decidem por destinos onde podem encontrar preciosos

recursos que lhes facilitem a inserção social e econômica: um local de acolhimento temporário, informações sobre emprego e habitação, por exemplo, são alguns dos benefícios que um indivíduo considera no momento em que decide migrar.

A existência de redes sociais, tanto na origem como nos lugares de destino de migrantes, é uma questão que deve ser considerada na sua verdadeira dimensão. Não fossem essas redes, provavelmente o vaivém de nordestinos constatado por algumas pesquisas de campo (LYRA, 2003) seria menor. O papel desempenhado pelas redes sociais no acolhimento e no apoio à procura de emprego deve ter tido grande importância para que os deslocamentos tenham ocorrido de forma contínua, inclusive simultaneamente às crises econômicas, e não posteriormente, como sugere a hipótese da defasagem.

De forma geral, ainda que o poder de atração ou retenção de migrantes tenha diminuído durante a década de 1990 nas Regiões Metropolitanas analisadas, suas populações continuaram a crescer em ritmo superior ao dos respectivos estados, com a conseqüente ampliação de sua participação no contingente populacional das UFs. Isso se deveu à migração originária no interior, de estados vizinhos e à migração de retorno partindo de outras regiões. Por outro lado, o surgimento de pólos econômicos no interior dos estados revela a existência de potencialidades de algumas microrregiões, principalmente em Pernambuco e na Bahia. Dessa forma, é possível esperar que os municípios do interior tenham continuado a receber mais migrantes, intra e interestaduais. Os resultados do Censo Demográfico de 2010, cuja divulgação está bastante próxima, poderão dar resposta a essa questão.

2.7 Referências Bibliográficas

ARAUJO, Tarcisio et al. (coord) **Trabalho precário no meio urbano: semáforos do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995**. 2ª Ed. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998 (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2).

CUNHA, José M. P. e BAENINGER, R. A. **Cenários da migração no Brasil dos anos 90**. Caderno CRH, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Editora Massangana, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Microdados dos Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000**.

LYRA, Maria Rejane S. B. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo - Pernambuco. Campinas (SP), 2003**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

SUDENE; BNB. **Relatório de pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste – 1988**. Recife: Sudene, 1992.

SUDENE. **Agregados Econômicos Regionais: Nordeste do Brasil – 1965 – 1998**. Recife, 1999.

_____. **Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil**. n. 7, agosto 2000.

2.8 Anexo

População, proporção da população, área e proporção da área dos municípios integrantes das Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

RM	Municípios da RM	População		Área	
		N	%	Km2	%
Fortaleza	Aquiraz	60.469	2,0	480,976	9,9
	Caucaia	250.479	8,4	1227,895	25,2
	Chorozinho	18.707	0,6	278,400	5,7
	Eusébio	31.500	1,1	76,583	1,6
	Fortaleza	2.141.402	71,7	313,140	6,4
	Guaiuba	19.884	0,7	267,203	5,5
	Horizonte	33.790	1,1	159,972	3,3
	Itaitinga	29.217	1,0	150,788	3,1
	Maracanaú	179.732	6,0	105,696	2,2
	Maranguape	88.135	3,0	590,824	12,1
	Pacajus	44.070	1,5	254,435	5,2
	Pacatuba	51.696	1,7	132,427	2,7
	São Gonçalo do Amarante	35.608	1,2	834,394	17,1
Total		2.984.689	100,0	4872,733	100,0
Recife	Abreu e Lima	89.039	2,7	125,991	4,6
	Araçoiaba	15.108	0,5	96,381	3,5
	Cabo de Santo Agostinho	152.977	4,6	447,875	16,2
	Camaragibe	128.702	3,9	55,083	2,0
	Igarassu	82.277	2,5	305,565	11,0
	Ipojuca	59.281	1,8	527,317	19,0
	Itamaracá	15.858	0,5	65,411	2,4
	Itapissuma	20.116	0,6	74,249	2,7
	Jaboatão dos Guararapes	581.556	17,4	256,073	9,2
	Moreno	49.205	1,5	195,603	7,1
	Olinda	367.902	11,0	43,548	1,6
	Paulista	262.237	7,9	93,518	3,4
	Recife	1.422.905	42,6	217,494	7,9
São Lourenço da Mata	90.402	2,7	264,346	9,5	
Total		3.337.565	100,0	2768,454	100,0
Salvador	Camaçari	161.727	5,4	759,802	26,8
	Candeias	76.783	2,5	264,487	9,3
	Dias D'Ávila	45.333	1,5	207,504	7,3
	Itaparica	18.945	0,6	115,922	4,1
	Lauro de Freitas	113.543	3,8	59,905	2,1
	Madre de Deus	12.036	0,4	11,141	0,4
	Salvador	2.443.107	80,9	706,799	24,9
	São Francisco do Conde	26.282	0,9	266,631	9,4
	Simões Filho	94.066	3,1	192,163	6,8
Vera Cruz	29.750	1,0	252,759	8,9	
Total		3.021.572	100,0	2837,113	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais CGEP/Fundaj.

3. Migrantes nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo

Maria das Neves Medeiros de Melo

3.1 Introdução

Desde o início de sua industrialização e conseqüente urbanização, o estado de São Paulo vem sendo o principal pólo de atração de diversos fluxos migratórios compostos por uma população vinda de estados menos favorecidos economicamente. Dentre os grupos de migrantes que se deslocaram em direção, primeiramente, à capital São Paulo e, posteriormente, aos demais municípios da sua Região Metropolitana e interior do estado, se encontram em evidência aqueles oriundos da Região Nordeste do Brasil. Com base nos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000, este estudo busca ampliar o conhecimento sobre o processo migratório entre o Nordeste e a Região Metropolitana de São Paulo.

Em mais de 60 anos de migração, milhares de nordestinos se fixaram na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e, apesar de se verificarem movimentos substanciais de retorno ao Nordeste, os números desse processo confirmam a importância da Região Metropolitana como lugar de destino, bem marcada pela existência de diversas comunidades constituindo redes sociais de apoio que são bastante utilizadas pelos migrantes.

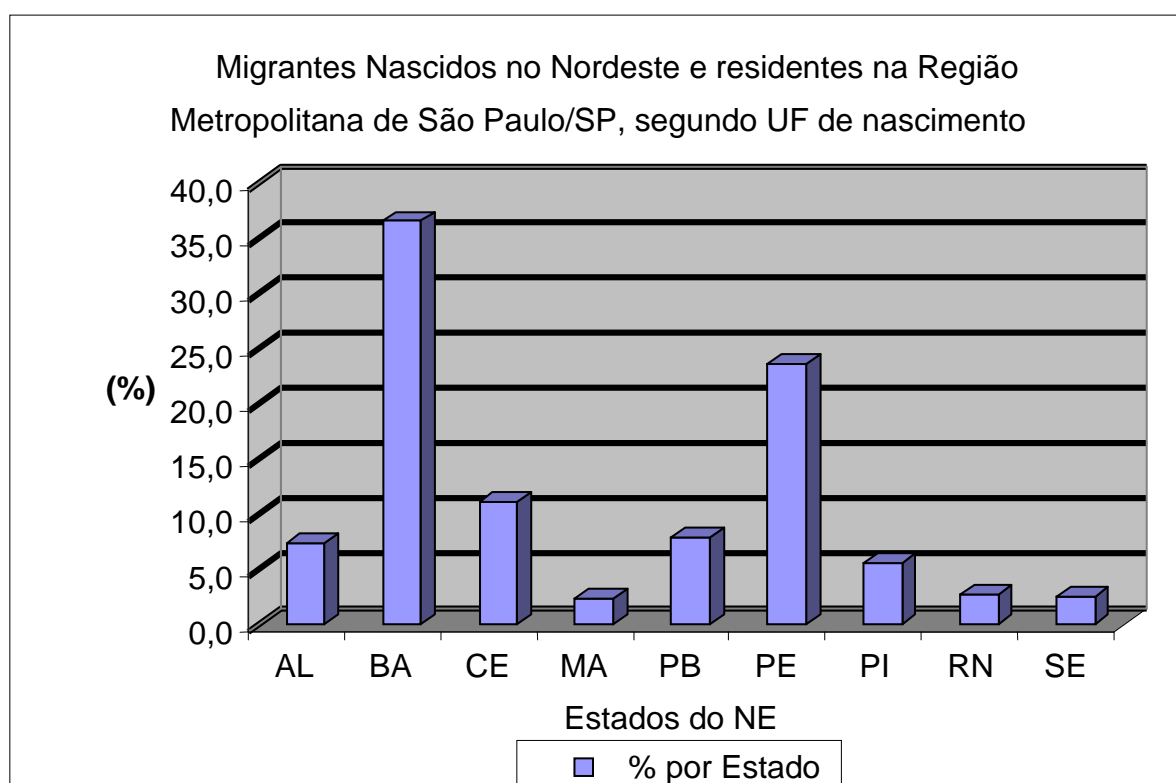
Assim, justifica-se a importância de se analisar este grupo de migrantes que se direcionaram à RMSP para conhecer mais detalhadamente alguns aspectos do mesmo, fundamentalmente aqueles que envolvem a caracterização socioeconômica e demográfica das pessoas que o compõem, e alguns dos impactos causados na sociedade de destino em que então se encontravam.

3.2 Perfil básico dos migrantes nordestinos residentes na RMSP

Foram elaborados quatro gráficos a partir do banco de dados do Censo Demográfico de 2000. Esses gráficos expressam os números das variáveis de sexo e idade, expostos na forma de uma pirâmide etária, bem como variáveis de estado civil, estado de origem dos migrantes e tempo de residência.

O Gráfico 3.2.1 representa os migrantes nordestinos que residiam na RMSP na data do Censo 2000, de acordo com os seus estados de nascimento. Observe-se que o grupo dos nascidos na Bahia é maioria, com cerca de 36%, o que pode ser explicado pelo fato de ser o estado com a maior população entre os estados do Nordeste, além do fato de estar mais próximo da região de destino. Seguem-se-lhe, em ordem de importância o grupo dos que nasceram em Pernambuco, com cerca de 27%, e Ceará, 12%. Considerando as dimensões absolutas das populações estaduais é digno de nota a participação dos estados da Paraíba, Alagoas e Piauí no total dos migrantes nascidos no Nordeste residindo na RMSP.

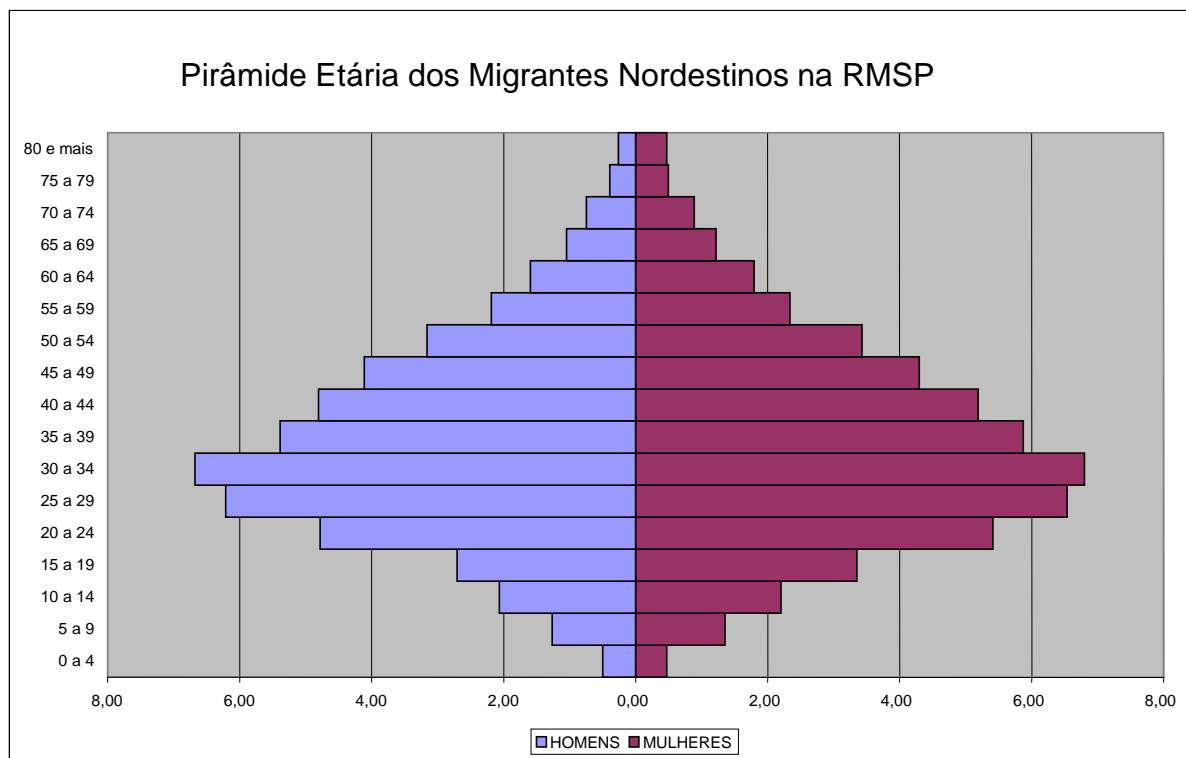
Gráfico 3.2.1



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

O Gráfico 3.2.2 apresenta a pirâmide etária dos nordestinos que residiam na Região Metropolitana de São Paulo na data do Censo de 2000.

Gráfico 3.2.2



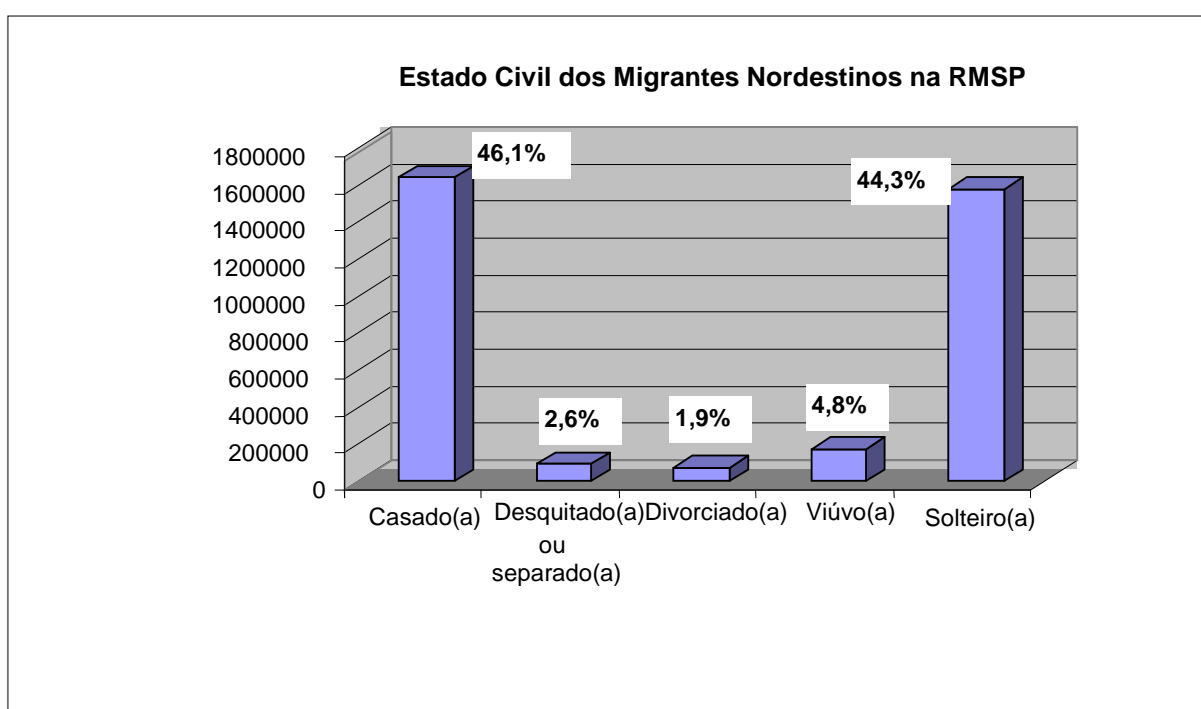
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

A pirâmide apresenta uma base estreita, o que pode ser explicado pelo fato de que as pessoas representadas nas faixas de idade menores seriam os filhos de migrantes nordestinos e, portanto, aqueles que teriam nascidos na RMSP não seriam computados nas estatísticas do grupo como migrantes. Aquelas poucas crianças representadas no gráfico, por sua vez, percorreram o trajeto Nordeste - São Paulo, quase certamente em companhia de seus pais. O topo da pirâmide é também estreito, representado pelos migrantes de períodos anteriores que já envelheceram na região ou, em menor intensidade, por migrantes que se deslocaram para RMSP em busca de tratamento médico ou para acompanhar a família. Nota-se certa predominância no grupo das mulheres, o que é condizente com o fato de que as mulheres representam a maioria no contexto nacional em relação às faixas de idade mais elevadas. Por fim, tem-se no meio da pirâmide um grande contingente de pessoas,

reafirmando a tendência de que os grupos de idade produtiva são os que predominam entre migrantes em geral.

O Gráfico 3.2.3 ilustra o estado civil dos migrantes nordestinos que moravam na Região Metropolitana de São Paulo. A análise dessa variável se faz bastante importante tendo em vista as suas implicações em possíveis motivações para migração, como no caso do grupo dos que se declaram casados (46,1%), já que grande parte das pessoas que migram o fazem para acompanhar o cônjuge ou parentes.

Gráfico 3.2.3

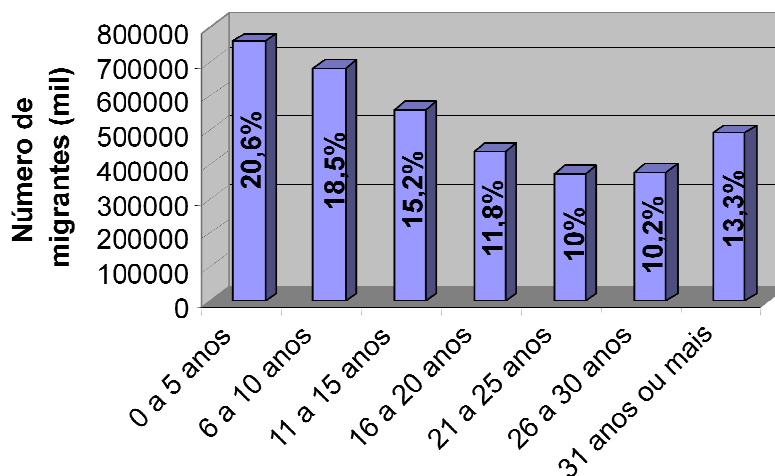


Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Por fim, o Gráfico 3.2.4 mostra o tempo de residência dos migrantes nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo. Verifica-se que o grupo de 0 a 5 anos de residência é o que aparece como de maior proporção, o que pode indicar uma tendência pela ampliação do número de pessoas que chegava à Região Metropolitana de São Paulo nos últimos anos da década, ainda que a migração de retorno estivesse em ritmo de crescimento.

Gráfico 3.2.4

Tempo de Moradia dos Migrantes Nordestinos na RMSP

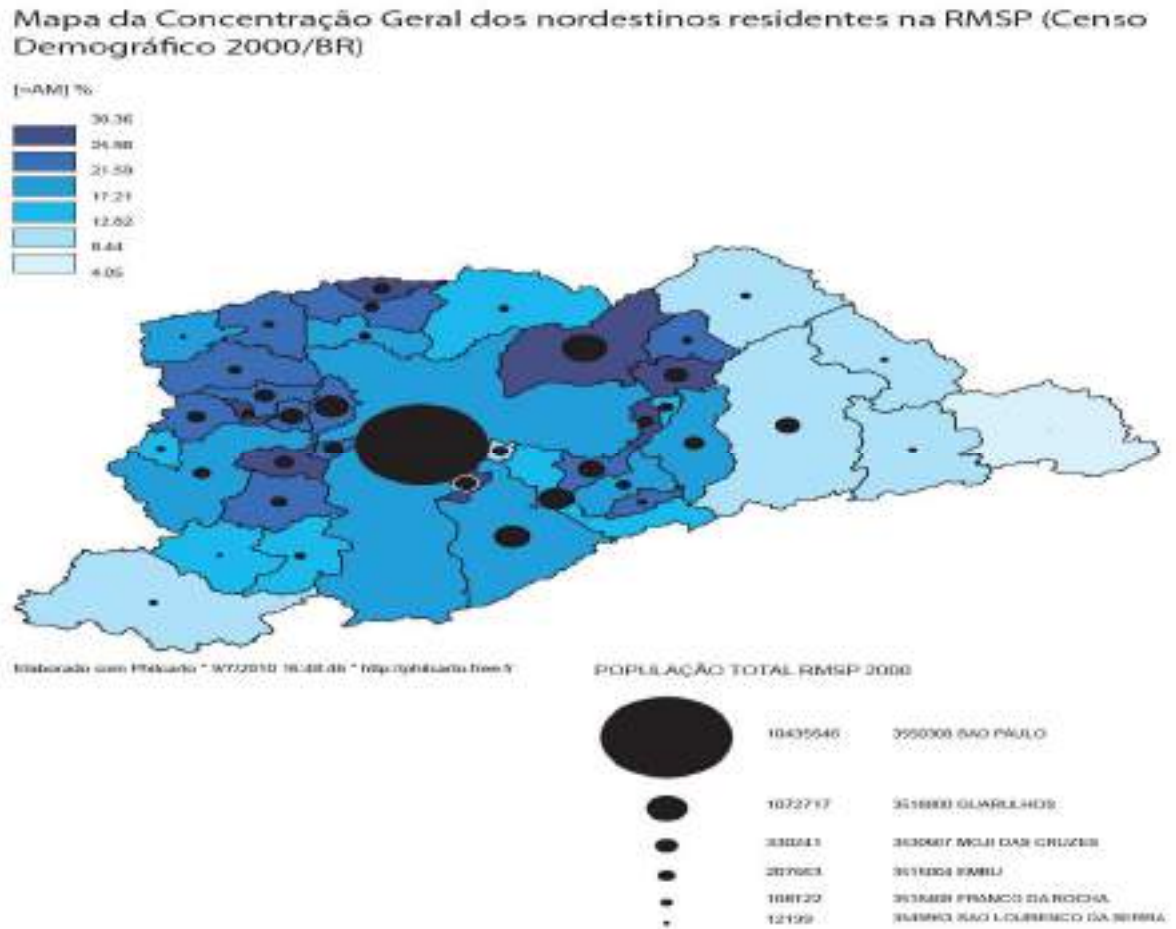


Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

O fato de que a Região Metropolitana de São Paulo continua sendo o foco de destino de amplos fluxos migratórios e de que o grupo dos nordestinos ainda representa, mesmo com a intensificação da migração de retorno, a maioria dos migrantes, se faz relevante uma análise mais aprofundada em relação às redes sociais.

Observa-se a concentração geral do grupo dos nordestinos frente à população total da RMSP no Mapa 3.2.1. No município de São Paulo é onde se encontra o maior número absolutos de migrantes nordestinos, mas também é observada uma forte concentração deste grupo no município de Guarulhos, à nordeste da RMSP. Este fato pode ser explicado pela proximidade deste município com a capital São Paulo e também por ser este município o segundo maior em população. Observa-se também a presença numerosa dos migrantes nos municípios mais próximos de São Paulo, como Itaquaquetuba, Diadema, Embu, assim como nos municípios de maior expressão econômica, como São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Osasco.

Mapa 3.2.1



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

3.3 Grupos por Unidade da Federação de nascimento

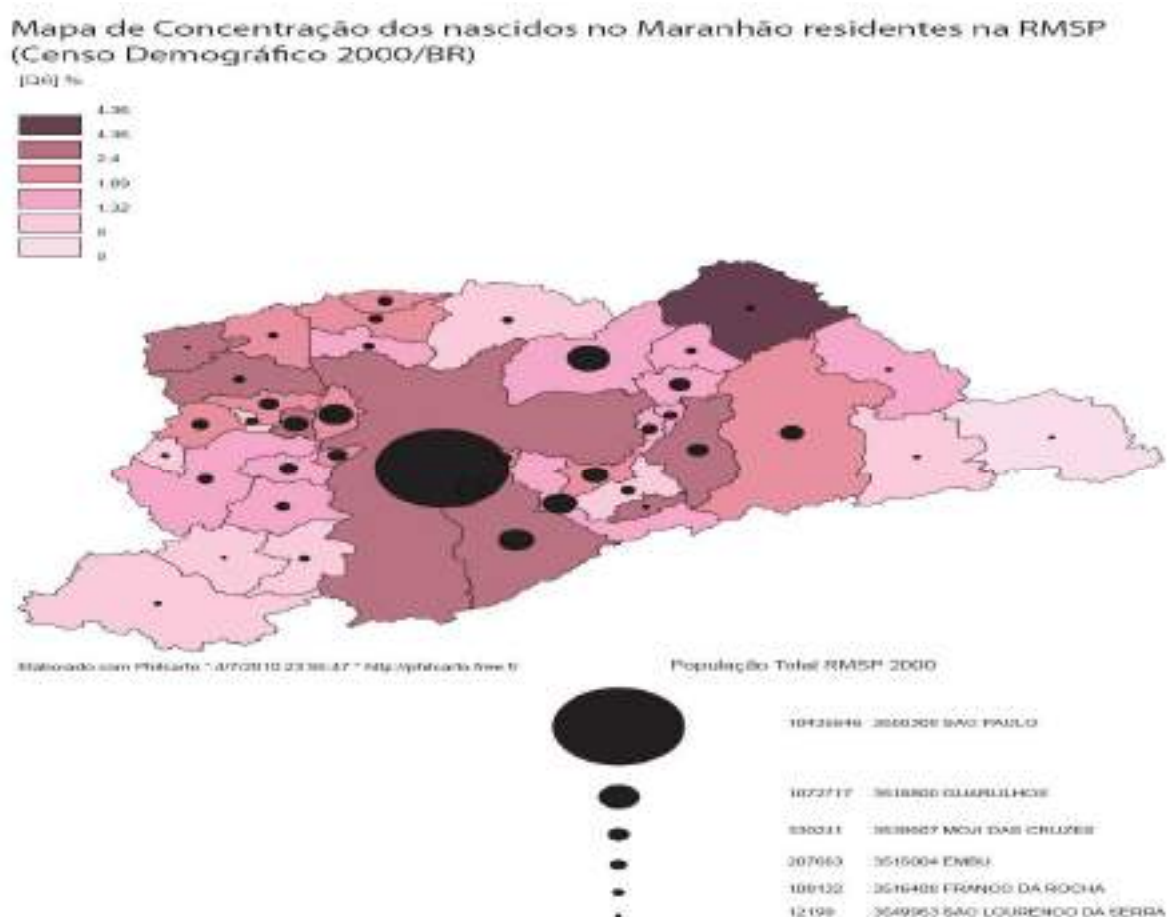
A análise da distribuição dos migrantes por estado de origem é um ponto de extrema importância no estudo das redes sociais. Isto quando se tem em vista a dinâmica da localização espacial, ou seja, quando se considera a hipótese de que as pessoas migram de seus locais de origem em direção a outros locais em que existam pessoas que já faziam parte da sua rede social e que serviriam de apoio para uma nova vida em um lugar ainda desconhecido.

Segundo Massey (1987), as redes sociais dividem-se em três tipos: rede social por parentesco, por amizade, e por conterraneidade. Este estudo reforça a hipótese de que as concentrações que foram observadas ilustram a presença

dessas redes dentro do grupo de migrantes, seja por parentesco, por amizade ou, pelas indicações deste trabalho, por conterraneidade.

O primeiro estado analisado foi o Maranhão, e conforme pode ser observado no Mapa 3.3.1, a maior concentração de maranhenses ocorre no município de Santa Isabel a nordeste da capital. No entanto, nota-se que o número de habitantes do local é bastante reduzido. Outros municípios, como São Bernardo do Campo, Suzano, Santana de Parnaíba e Diadema, também possuem altas concentrações de maranhenses, mas também apresentam concentrações de vários outros estados de origem nordestina.

Mapa 3.3.1.



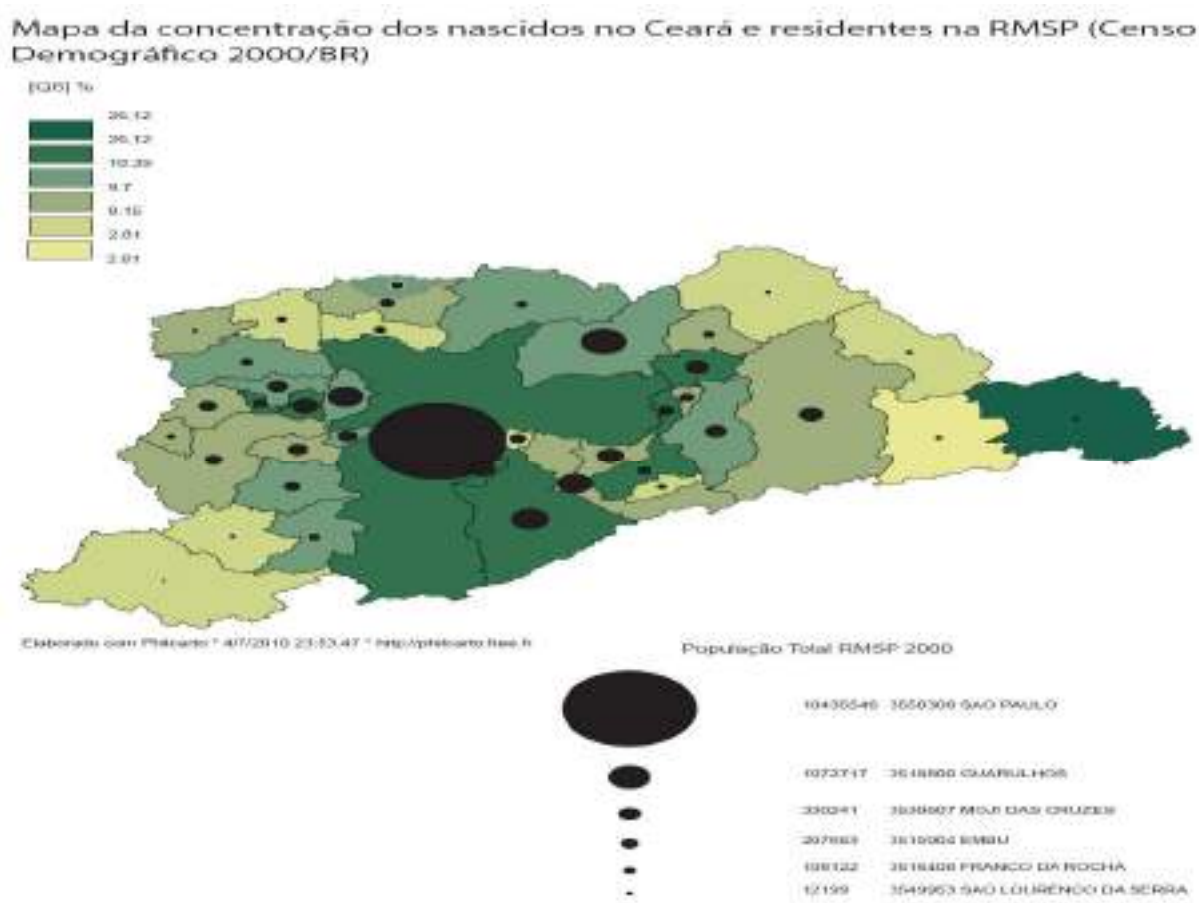
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Municípios como São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Guarulhos, Osasco, Itaquaquecetuba, Ribeirão Pires, Santana do Parnaíba, Guararema e Itapevi são sempre pontos frequentes de residência para migrantes nordestinos. Estes municípios são importantes, tanto

economicamente quanto pela sua proximidade com a capital, o que justificaria a maior procura dos migrantes por estes locais, bem como a possível existência de redes sociais.

O segundo grupo analisado foi o dos migrantes originários do Ceará, o qual está registrado no Mapa 3.3.2. O município que concentra o maior número de cearenses é Salesópolis, no extremo leste da cidade de São Paulo, município esse que se caracteriza por uma área rural bastante extensa.

Mapa 3.3.2



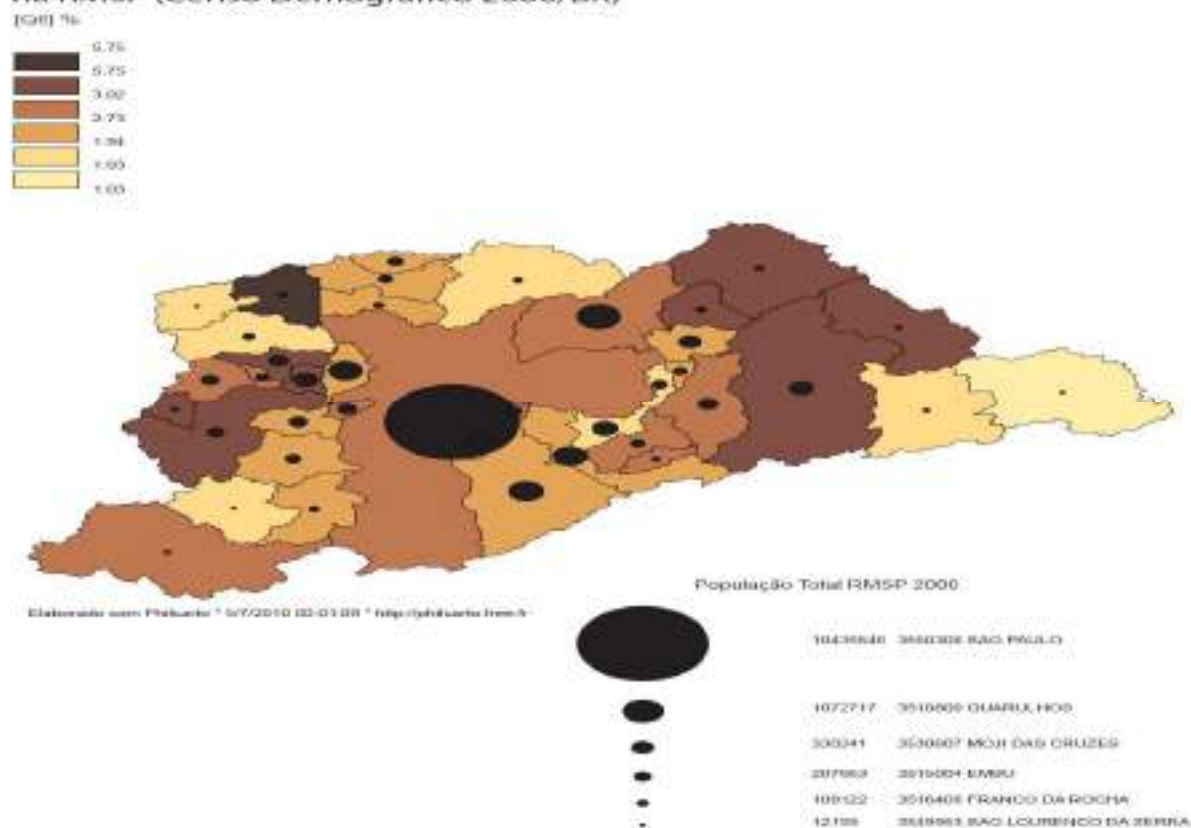
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Deve ser destacado que o processo emigratório dos cearenses é um dos mais antigos entre os estados no Nordeste. Por este mesmo fato, observa-se que a maior parte dos demais cearenses pode ser encontrada nos municípios do entorno, bem próximos à capital e até mesmo dentro da própria cidade de São Paulo, sugerindo assim que o início da migração ocorreu há bastante tempo.

A distribuição dos migrantes nascidos no Rio Grande do Norte é apresentada no Mapa 3.3.3. Nota-se uma concentração importante no município de Cajamar, no noroeste da RMSP. Esse local se caracteriza por possuir um parque industrial importante, informação que como se verá mais adiante se confirma com os mapas de concentração de acordo com atividade declarada pelo migrante.

Mapa 3.3.3

Mapa da Concentração dos nascidos no Rio Grande do Norte e residentes na RMSP (Censo Demográfico 2000/BR)

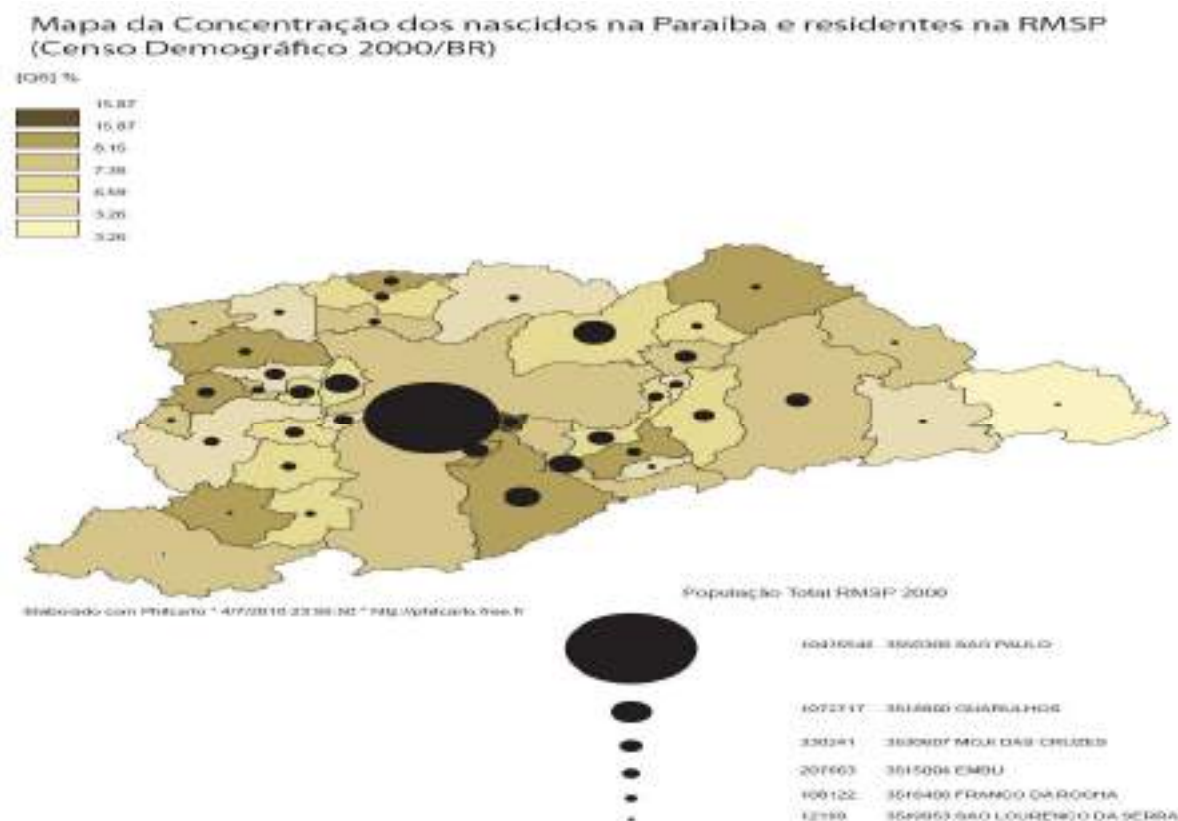


Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Observam-se, ainda, concentrações relevantes de potiguares na zona nordeste da RMSP em municípios como Santa Isabel, Guararema e Mogi das Cruzes. Notam-se, também, concentrações do lado oeste em municípios como Cotia e Barueri, confirmando as tendências de haver concentrações de nordestinos de origem comum em certos municípios.

Analisando-se a concentração dos nascidos na Paraíba, vê-se que o município que mais incorpora migrantes deste grupo é São Caetano do Sul que faz fronteira a leste com a capital, São Paulo, conforme indicado no Mapa 3.3.4.

Mapa 3.3.4



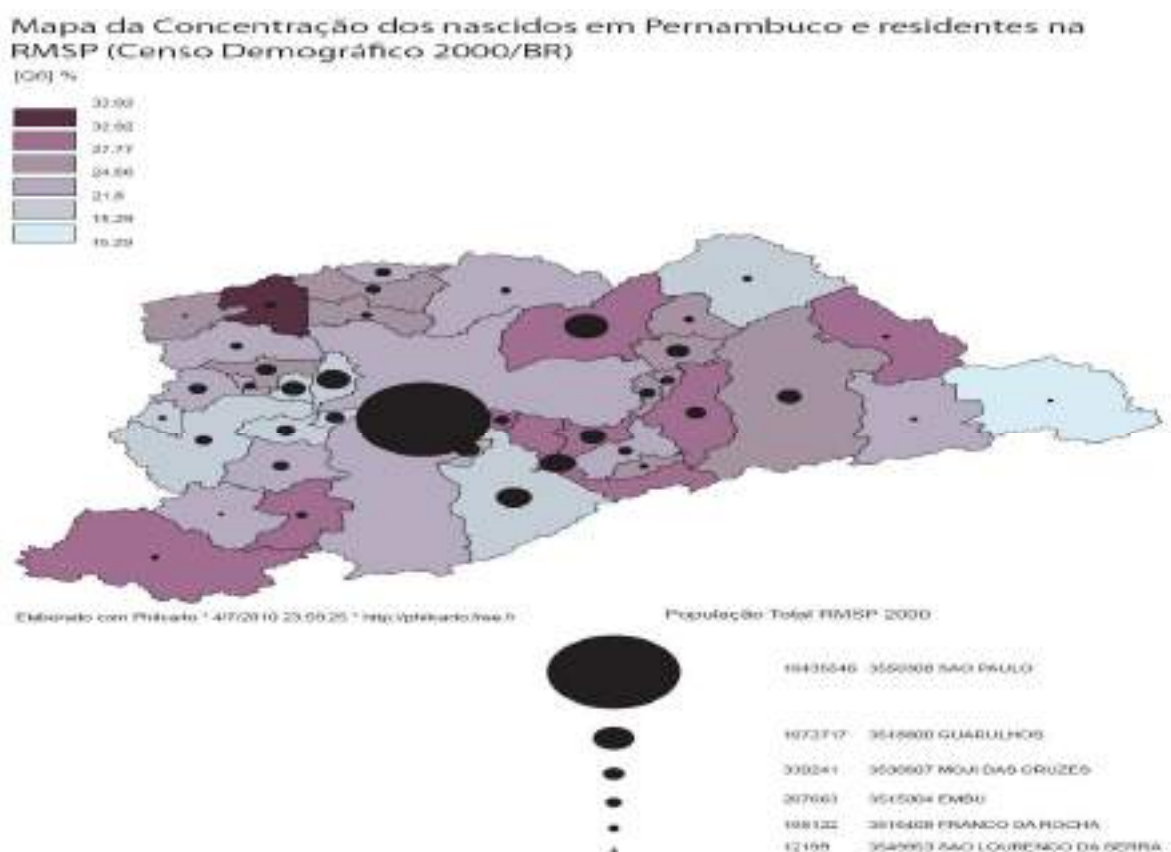
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

São Caetano é um município que faz parte das cidades que possuem um forte parque industrial, e grande parte do seu PIB é gerada neste setor. Juntamente com Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema formam o chamado ABCD paulista, ou seja, os municípios que se localizam no entorno da cidade de São Paulo e que comportam o parque industrial da RMSP, que foi aos poucos transferido da capital para as cidades periféricas. A presença do setor industrial parece mostrar correlação com a concentração de grupos nordestinos neste local.

A concentração de migrantes nascidos em Pernambuco podem ser vista no Mapa 3.3.5. Este grupo representa o segundo maior em volume populacional e se concentra, assim como o grupo do Rio Grande do Norte, no município de

Cajamar. Este lugar em comum pode encontrar explicação pela existência de um parque industrial, que criou oportunidades específicas de ocupação, e pela influência de uma rede social que torna possível a alimentação de um fluxo migratório pelas facilidades advindas da conterraneidade.

Mapa 3.3.5



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

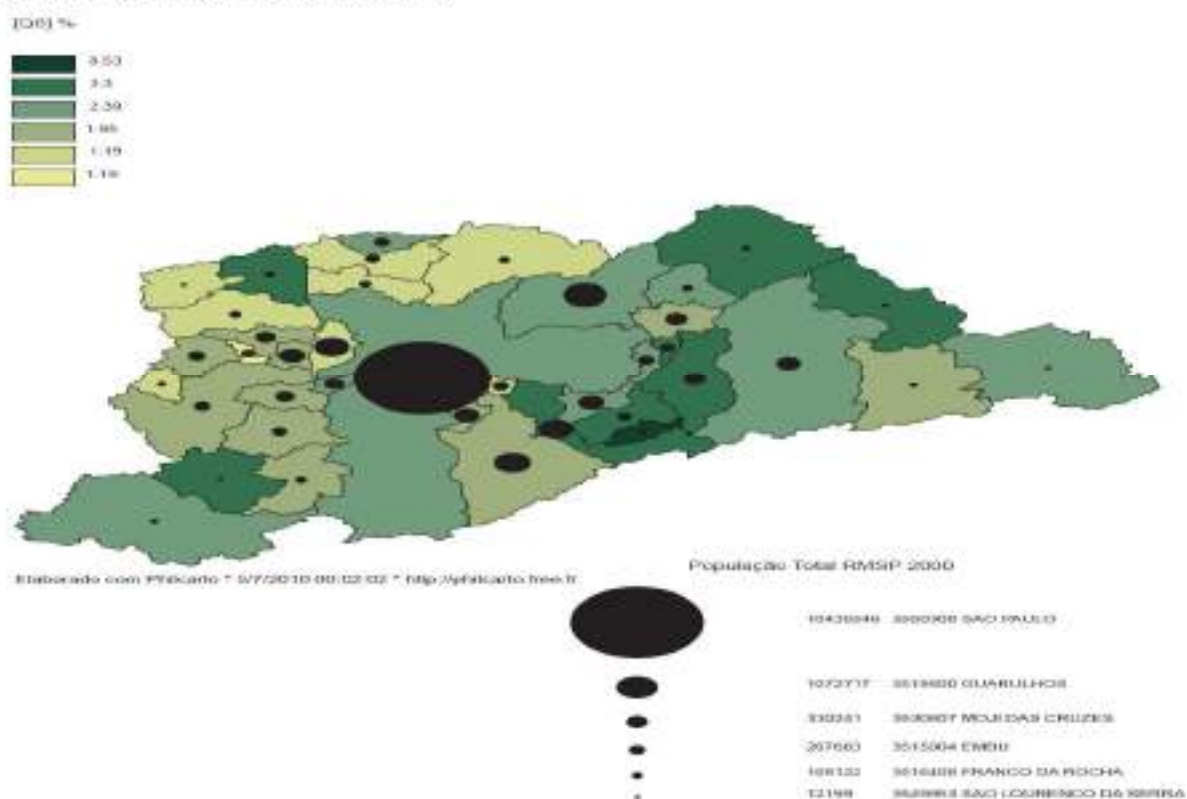
É perceptível também uma concentração desses migrantes pernambucanos no município de Guarulhos. Este município tem sido o lugar de preferência de muitos nordestinos pela pujança de sua economia, que há muito tempo atrai pessoas em busca de trabalho.

No Mapa 3.3.6, no qual se registra a distribuição espacial dos migrantes nascidos no estado de Sergipe, observa-se a grande proporção de pessoas localizada na região sudeste da RMSP, mais especificamente no município de Rio Grande da Serra. Este município possui uma economia voltada para o setor de serviços, além de possuir forte concentração de serviços de comércio e de construção civil, dois setores que atraem bastante este grupo de

migrantes. Ainda existem concentrações nos municípios vizinhos como Suzano, Santo André e Ribeirão Pires, todos os municípios com fortes concentrações de grupos de migrantes nordestinos.

Mapa 3.3.6

Mapa da Concentração dos nascidos em Sergipe residentes na RMSP (Censo Demográfico 2000/BR)

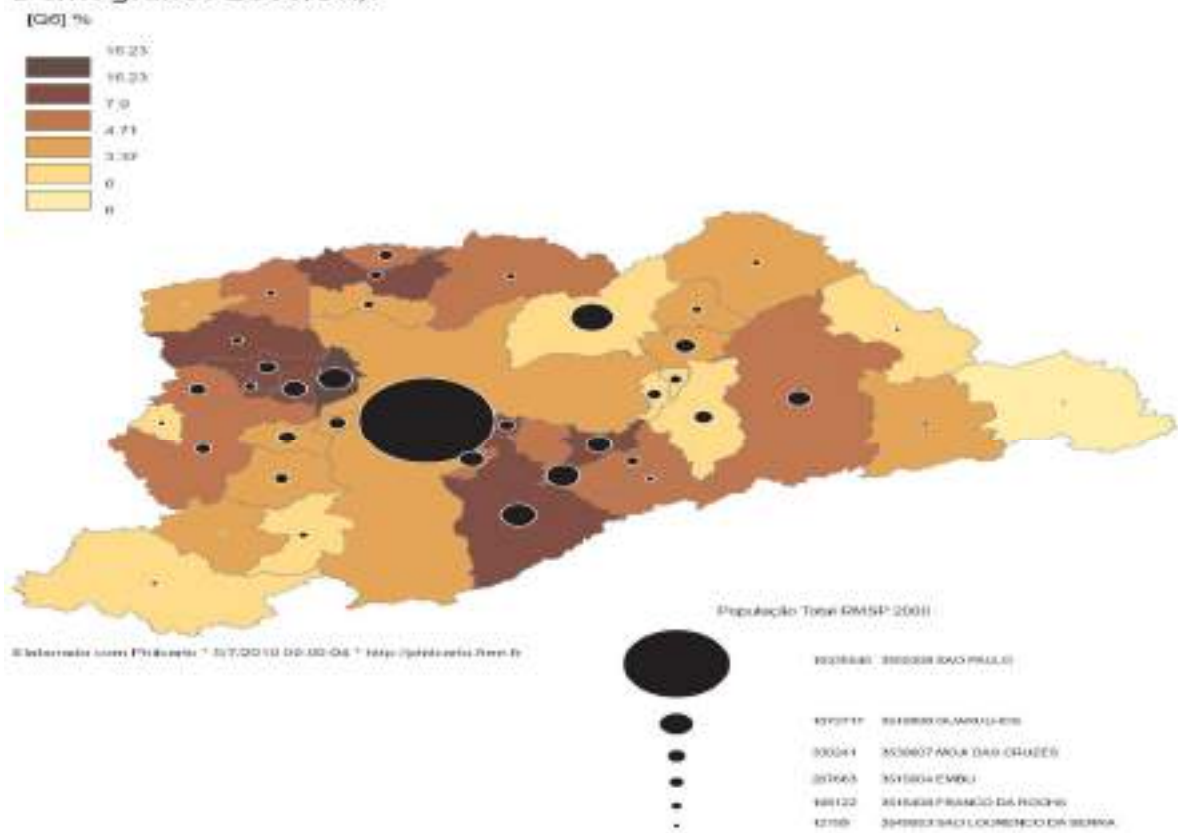


Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Os próximos mapas são os que expõem as concentrações de nordestinos vindos do Piauí e Alagoas, quais sejam Mapas 3.3.7 e 3.3.8, respectivamente. Em ambos os casos existem concentrações bem características em alguns municípios da RMSP, como é o caso da concentração de migrantes vindos do Piauí em Osasco e dos alagoanos em Biritiba-Mirim. No entanto, observa-se uma concentração semelhante em Osasco dos oriundos de ambos estados, e em municípios nos extremos da capital, como no ABCD paulista. Essa espacialização pode ser justificada pelo contexto econômico do passado, em que a industrialização estava em alta e, conseqüentemente, representarem migrações mais antigas.

Mapa 3.3.7

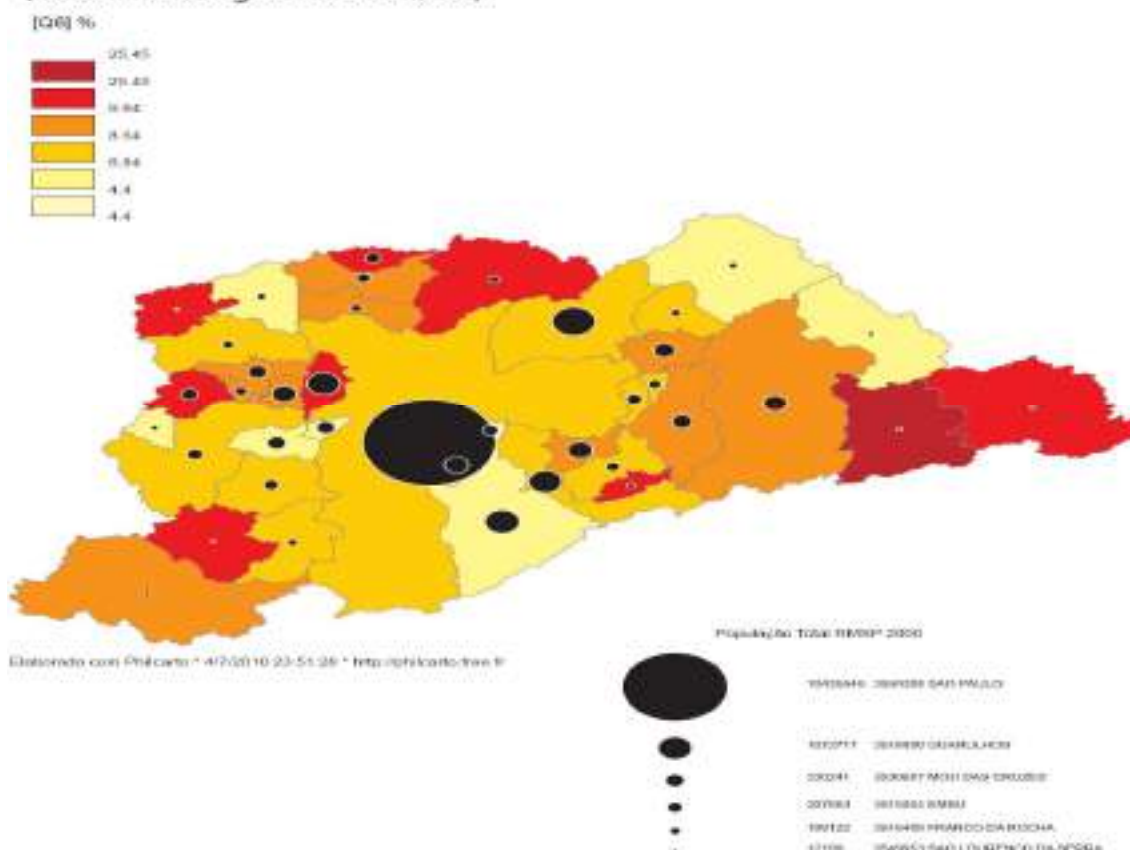
Mapa da Concentração dos nascidos no Piauí e residentes na RMSP (Censo Demográfico 2000/BR).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Mapa 3.3.8

Mapa da Concentração dos nascidos em Alagoas e residentes na RMSP (Censo Demográfico 2000/BR)



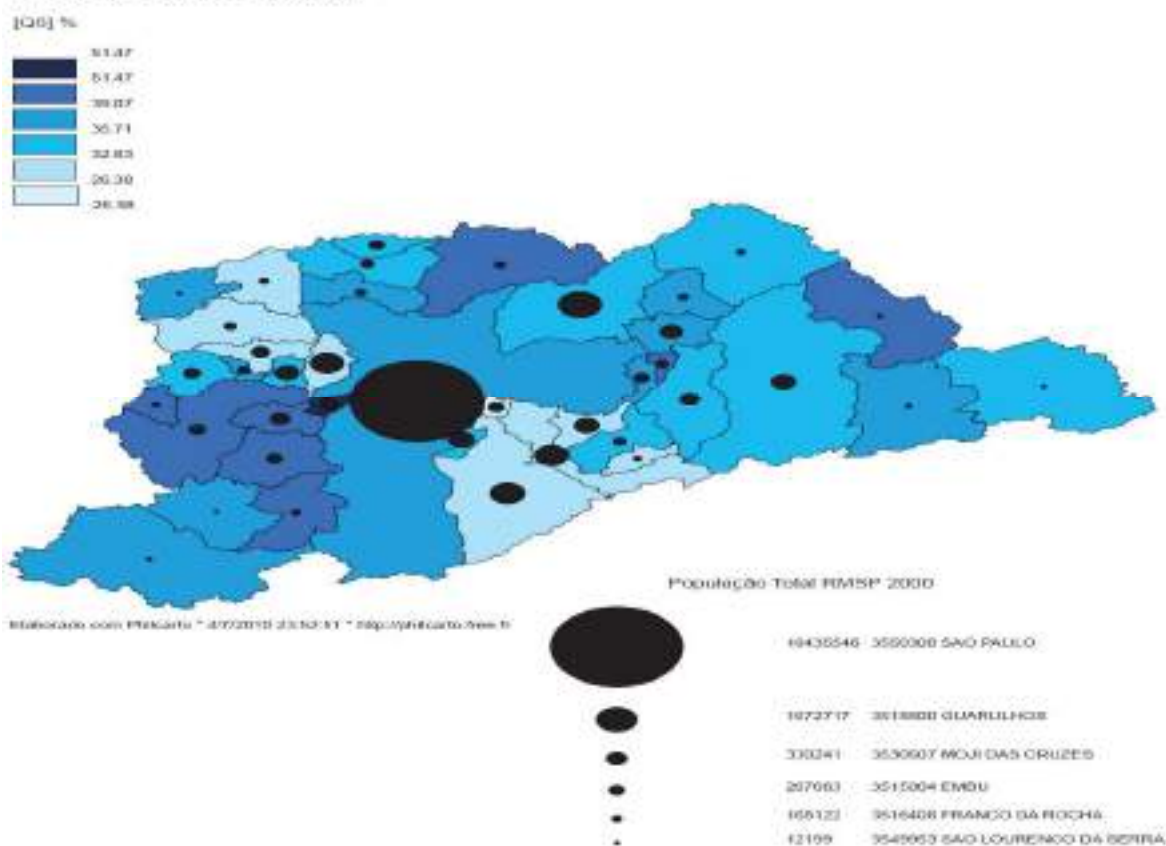
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

O Mapa 3.3.9 deste segmento ilustra a concentração dos nascidos na Bahia. Os baianos representam o maior grupo em termos absolutos dentro do grupo dos migrantes vindos do nordeste.

Como visto anteriormente, os baianos compõem cerca de 37% do grupo dos nordestinos, fator que se deve primeiramente ao número de habitantes que o estado da Bahia tem, o qual é o mais elevado do Nordeste. Um segundo motivo pode estar associado às menores distâncias geográficas entre o estado da Bahia e a região Sudeste do país, onde se localiza o estado de São Paulo. O município que mais concentra a população de baianos é Taboão da Serra que faz fronteira com a cidade de São Paulo a oeste e possui uma área bastante pequena com um número de habitantes também pequeno.

Mapa 3.3.9

Mapa da Concentração dos nascidos na Bahia e residentes na RMSP (Censo Demográfico 2000/BR)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Situado muito próximo a capital, Taboão da Serra é um município basicamente voltado para o setor de comércio e serviços, abarcando parte dos nordestinos que se declaram trabalhadores deste setor. Outros municípios próximos a Taboão da Serra, todos basicamente do lado oeste da RMSP, concentram também uma proporção expressiva de baianos, como Cotia, Embu, Vargem Grande Paulista e Itapeverica da Serra, bem como alguns municípios mais afastados, como Mairiporã e Guararema.

3.4 Setor de atividade econômica dos migrantes

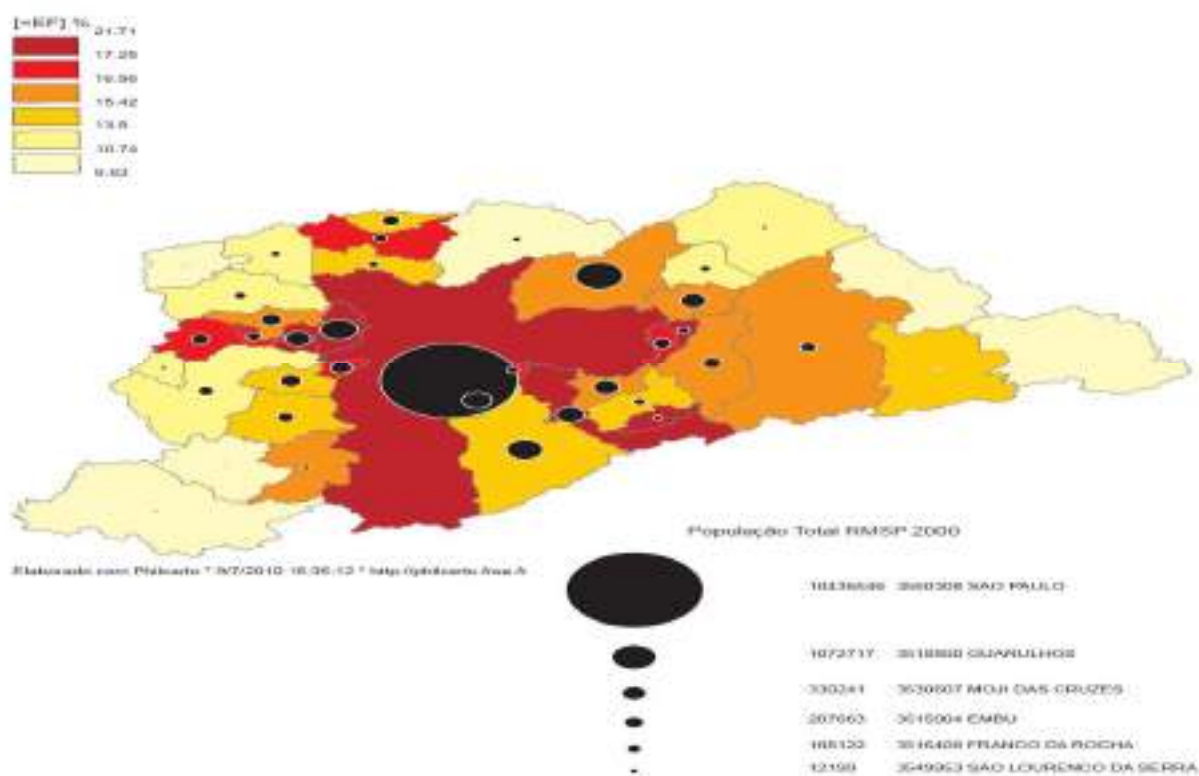
Os resultados apresentados até agora sugerem uma clara relevância para a relação entre a atividade declarada pelos migrantes e os municípios em que residem os nordestinos que trabalhavam no mesmo setor de atividade

econômica. Por essa razão, optou-se pelo agrupamento em quatro setores de atividades mais expressivos em termos de número absoluto de migrantes, quais sejam: construção, indústrias de transformação, serviços domésticos e comércio.

O primeiro setor observado foi o de comércio, como apresentado no Mapa 3.4.1. Nota-se a existência de uma concentração típica no centro da RMSP, mais precisamente na capital, que representa o centro econômico e comercial da Região Metropolitana. Grandes concentrações desta atividade também podem ser encontradas nos municípios que possuem proporcionalmente maiores populações de nordestinos, como Osasco e Santo André.

Mapa 3.4.1

Mapa de Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à atividade de Comércio (Censo Demográfico 2000/BR)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

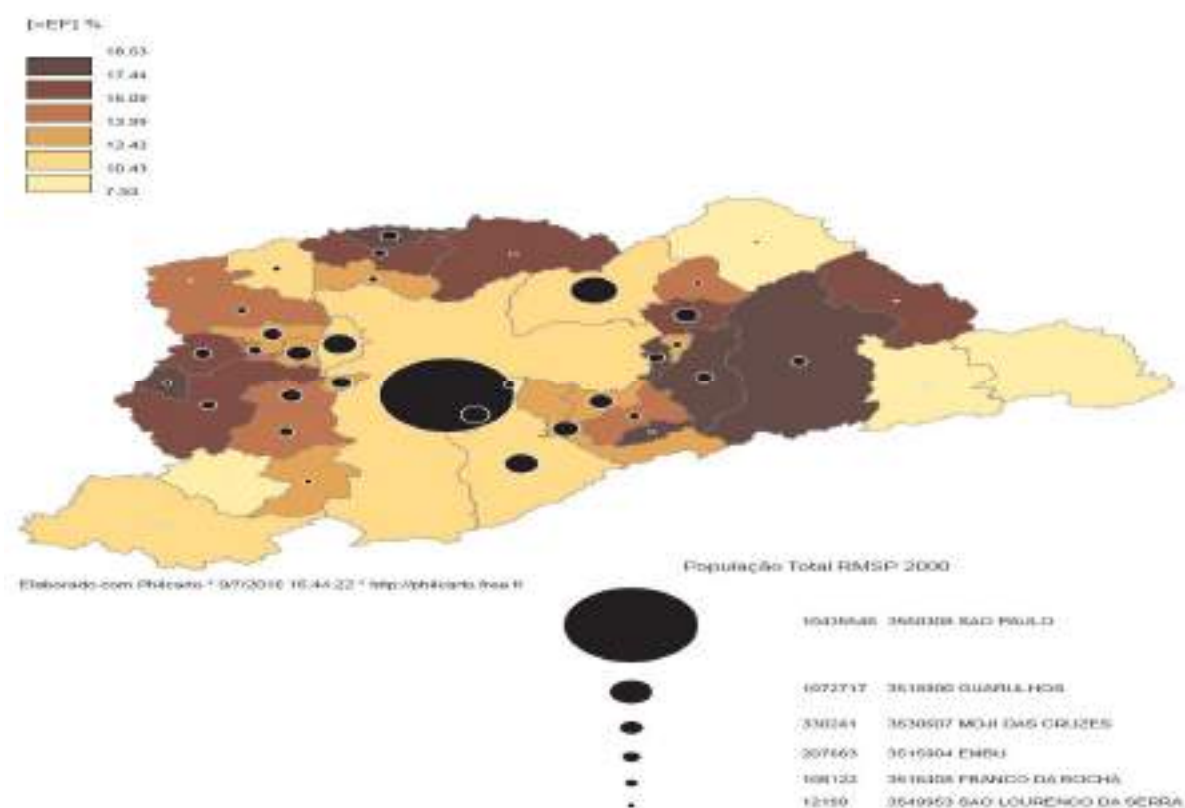
A forte centralização verificada para este setor é justificada tendo em vista a dinâmica de comércio global que tende a agrupar as atividades comerciais em

centralidades nas maiores cidades ou metrópoles, como é o caso de São Paulo.

Outro setor escolhido para neste estudo foi o da atividade de construção, cujos resultados podem ser observados no Mapa 3.4.2. Existe uma concentração forte nos municípios do leste da Região Metropolitana, mais especificamente em Mogi das Cruzes, Suzano, Guararema e Itaquaquecetuba, bem como em alguns municípios com grande concentração de nordestinos, como Cotia, Mairiporã, Vargem Grande Paulista e Francisco Morato.

Mapa 3.4.2

Mapa de Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação ao setor de Construção (Censo Demográfico 2000/BR)

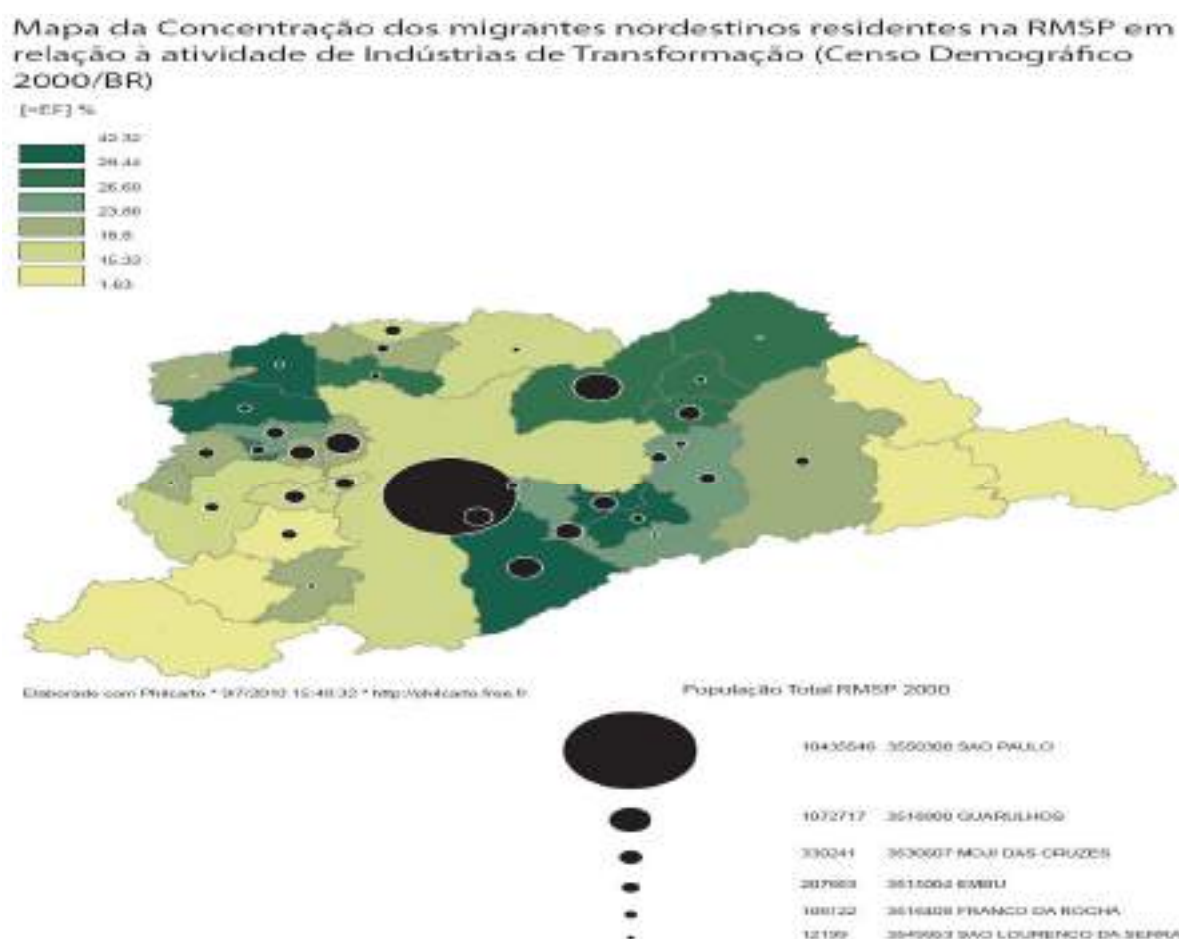


Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Já no centro da Região Metropolitana a concentração de residentes nordestinos que trabalham nesse setor diminui bastante, pois tal população não tem condições para arcar com as despesas habitacionais da região central e busca as cidades da periferia da RMSP para residir.

A distribuição do lugar de residência dos nordestinos que trabalhavam no setor de Indústrias de Transformação está ilustrada no Mapa 3.4.3. Verifica-se que os nordestinos que trabalhavam nesta atividade residiam próximo ou nas mesmas cidades onde se encontram os parques industriais, como é o caso de Cajamar, no noroeste da RMSP. Este município, como visto anteriormente, possui uma grande quantidade de nordestinos, principalmente os oriundos de Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte. Neste caso, a existência de comunidades de migrantes ilustra a função de realimentação dos fluxos imigratórios exercida pelas redes sociais de origem comum, as quais proporcionam o precioso acesso a informações sobre moradia e emprego aos que nelas se apóiam.

Mapa 3.4.3



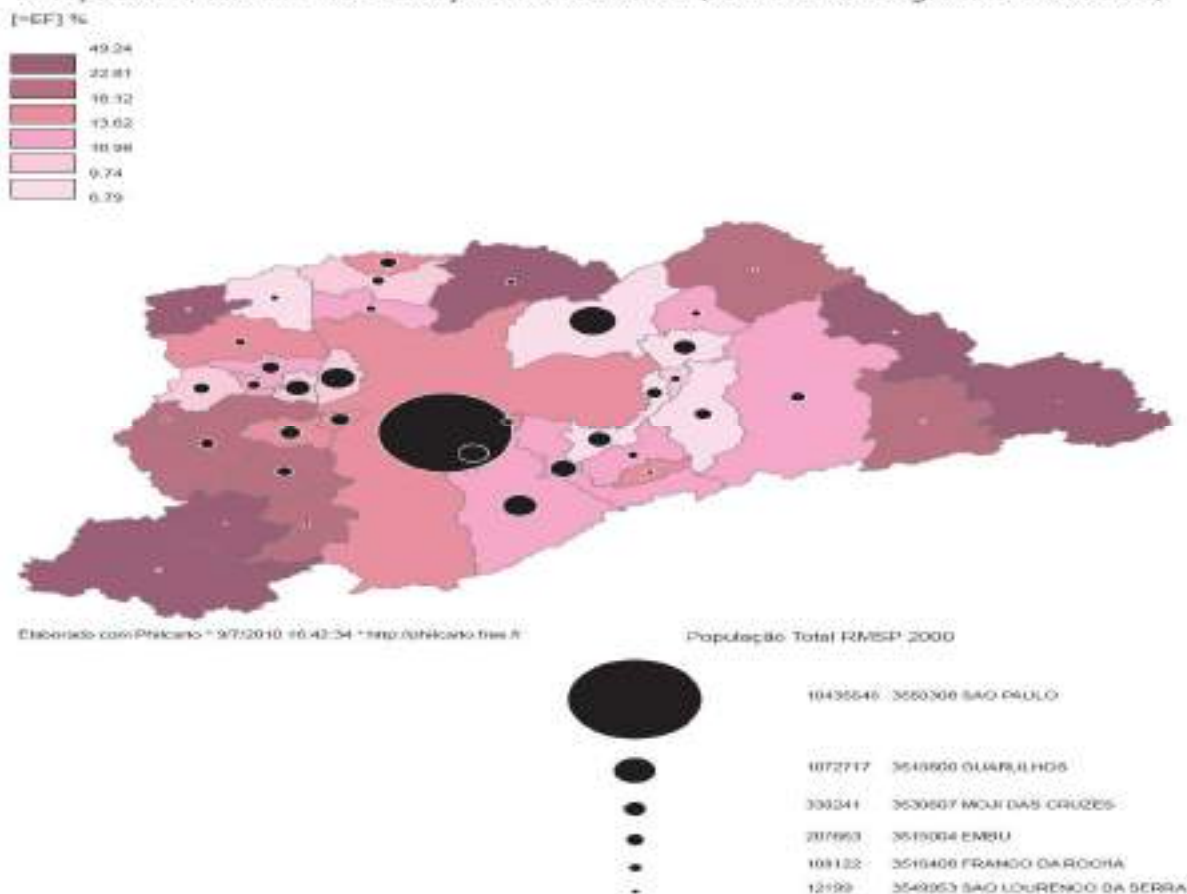
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Além de Cajamar, municípios do ABCD paulista evidenciam-se pelo forte crescimento industrial e econômico. Destes municípios, destacam-se no setor industrial São Bernardo do Campo e Diadema.

Por fim, considera-se a atividade de Serviços Domésticos, cuja distribuição da residência dos trabalhadores está apresentada no Mapa 3.4.4. Serviços Domésticos é a mais expressiva das atividades em termos de quantidade de nordestinos ocupados, e a grande maioria representada por migrantes do sexo feminino, característica comum nesse tipo de atividade.

Mapa 3.4.4

Mapa de Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à atividade de Serviços Domésticos (Censo Demográfico 2000/BR)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Os municípios com maior concentração dos trabalhadores em serviço doméstico estão na periferia da RMSP, fato que indica a baixa capacidade desse segmento populacional em alcançar moradia na área central e nos municípios melhores situados em termos econômicos. A urbanização das

idades do entorno da capital traz consigo o aumento no poder aquisitivo da população e também nos custos de vida da cidade, fazendo assim com que as pessoas que prestem serviços domésticos se desloquem para áreas ainda mais periféricas, onde os custos são mais baixos e compatíveis com seus baixos rendimentos.

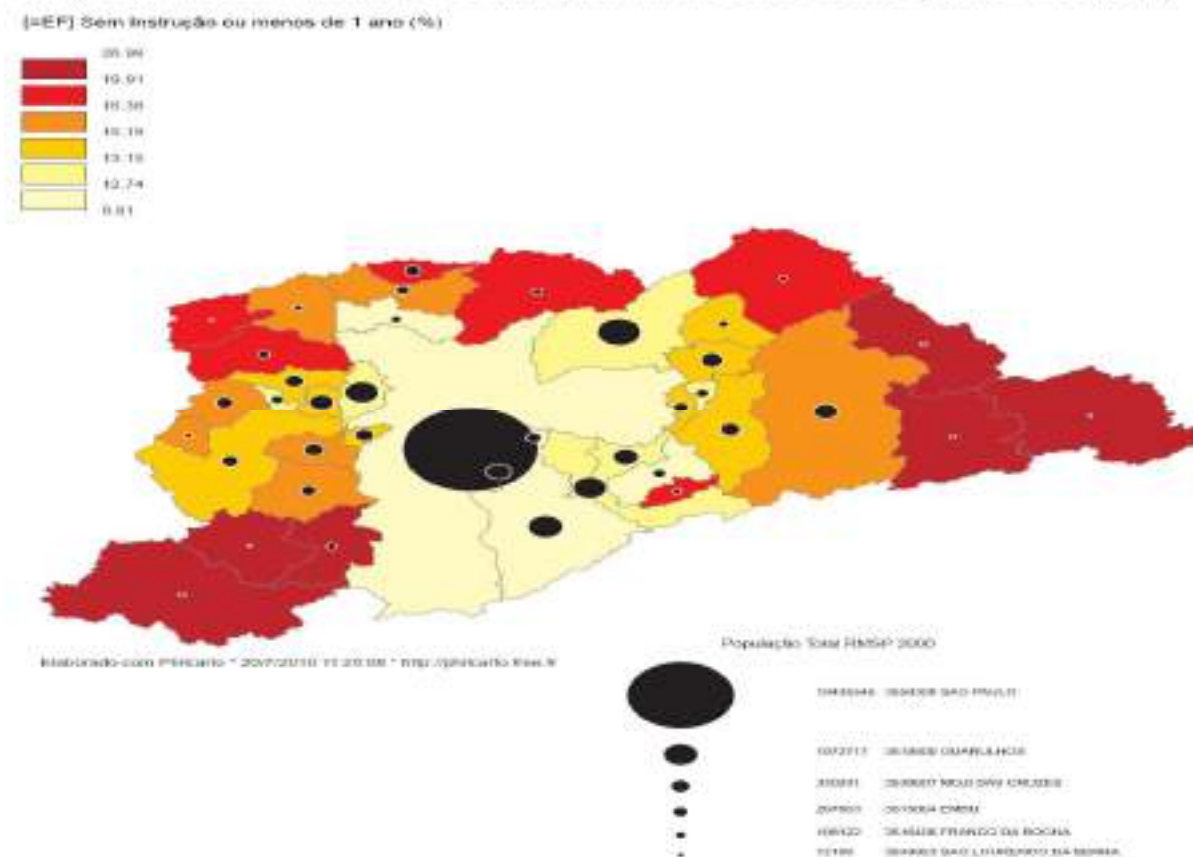
3.5 Nível de instrução

A análise da população nordestina residente na RMSP em termos de nível de instrução fez-se a partir da seguinte convenção de agrupamento: sem instrução ou menos de um ano de estudo, por um lado, e ensino superior, por outro. O interesse em se analisar essas informações a partir da confrontação de resultados extremos deriva do princípio de que níveis distintos de instrução caracterizam indivíduos diferentes, de níveis desiguais de renda e, conseqüentemente, de diversos locais de moradia.

Inicialmente foi elaborado o Mapa 3.5.1, com a distribuição espacial dos migrantes nordestinos sem instrução ou com menos de um ano de estudo na RMSP. Nota-se que existem concentrações de pessoas com esse desempenho educacional em dois extremos da RMSP, leste e sudoeste, com destaque para os municípios de Guararema, Salesópolis, Biritiba Mirim, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Embu-Guaçu, todos municípios com grandes contingentes de nordestinos.

Mapa 3.5.1

Mapa de Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à nível de instrução: Sem Instrução. (Censo Demográfico 2000/BR)



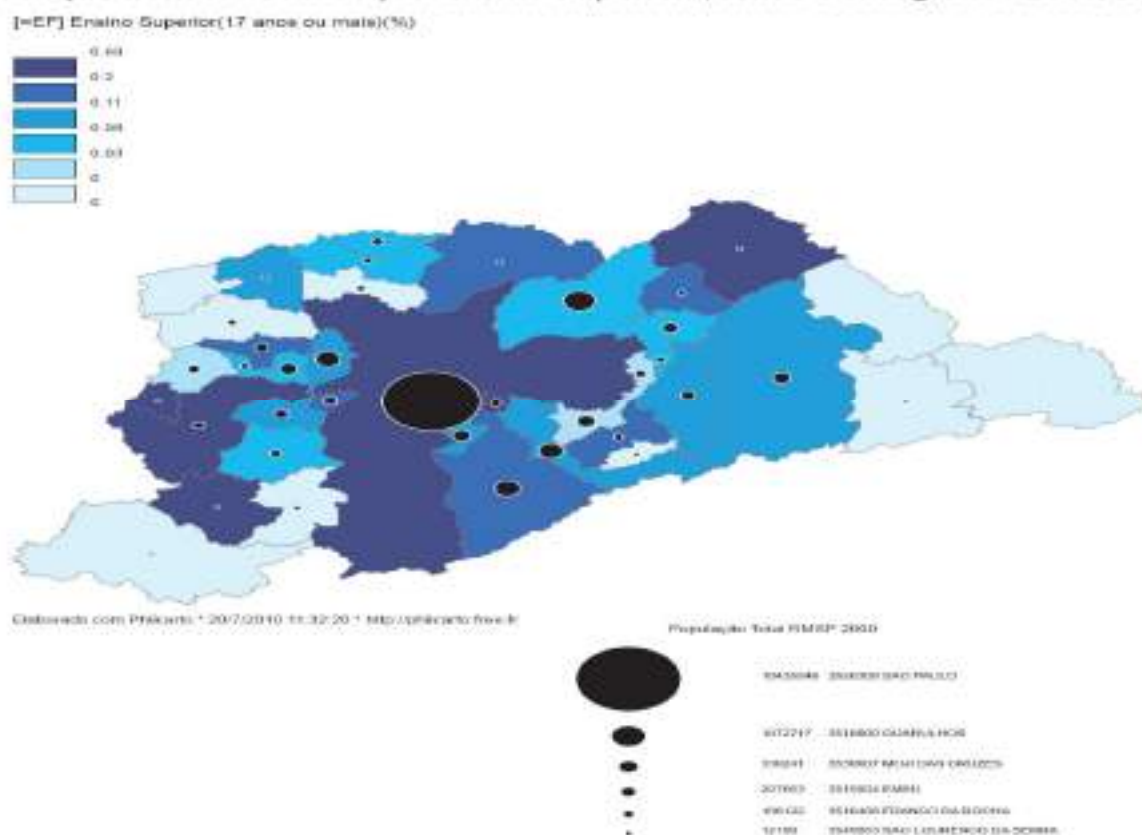
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Outro elemento importante está no fato de que estes mesmos municípios também apresentam altas concentrações de nordestinos na atividade de serviços domésticos, o que corresponde à baixa escolaridade dos indivíduos que trabalham nesta atividade.

O Mapa 3.5.2 ilustra as concentrações de migrantes nordestinos com ensino superior. Observa-se a tendência de aproximação ao centro da Região Metropolitana, evidenciando-se, também, algumas concentrações em municípios que abarcam grande quantidade de nordestinos.

Mapa 3.5.2

Mapa de Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Nível de Instrução: Ensino Superior. (Censo Demográfico 2000/BR).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Como esperado, no município de São Paulo concentram-se grandes contingentes de migrantes nordestinos com mais alta escolaridade, assim como, proporcionalmente, municípios que congregam atividades de maior densidade econômica.

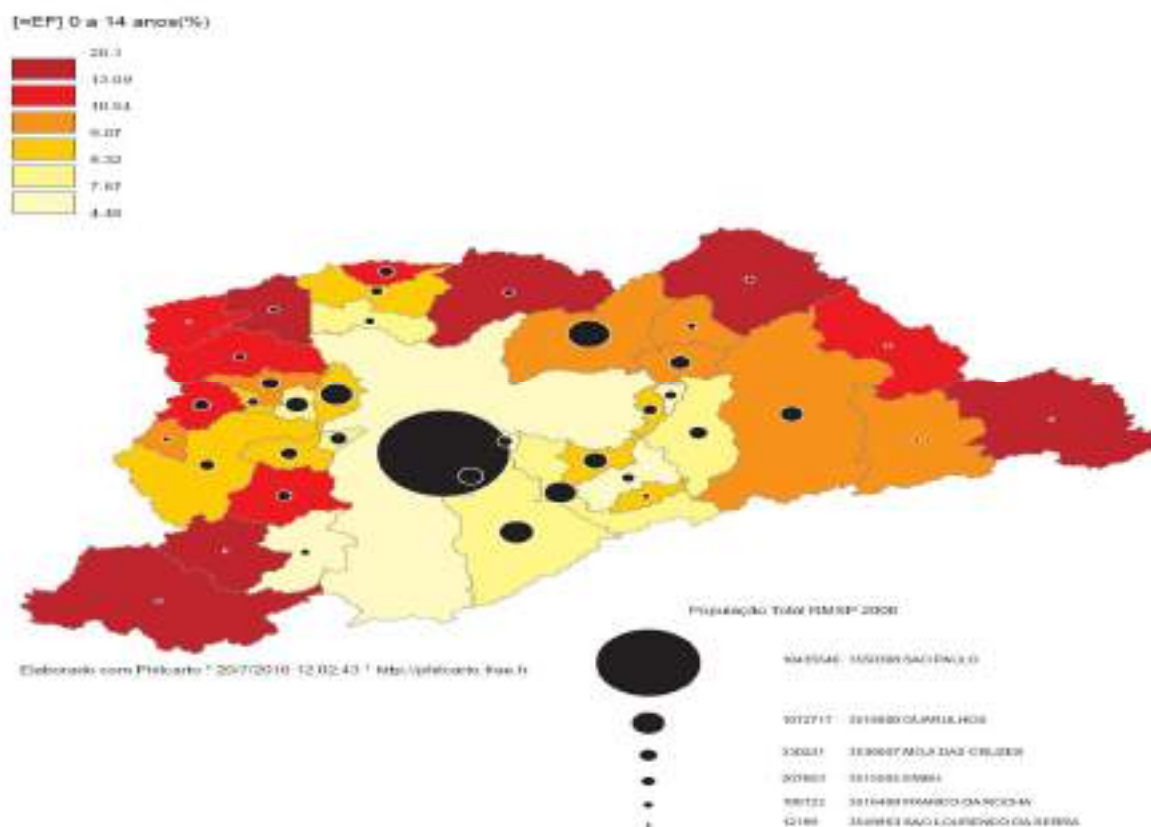
3.6 Idade e tempo de residência

A análise segundo faixa etária é ilustrada em conjunto à de tempo de residência, tendo em vista a correlação que existe entre as duas variáveis. O Mapa 3.6.1 mostra a distribuição proporcional do grupo pertencente à faixa etária de 0 a 14 anos. Esse grupo representa os migrantes que não estão em idade produtiva, e correspondem a uma proporção menor do contingente de

nordestinos residentes na RMSP, como visto anteriormente. Percebe-se que este grupo de migrantes se encontra mais concentrado nos municípios periféricos da RMSP, comportamento típico de migrantes nordestinos mais recentes, reafirmando assim a tendência de periferização deste grupo da população. Distribuição espacial semelhante é observada também com o Mapa 3.6.2, que expõe a distribuição espacial dos migrantes nordestinos com 0 a 9 anos de tempo de residência, ou seja, migrantes recentes.

Mapa 3.6.1

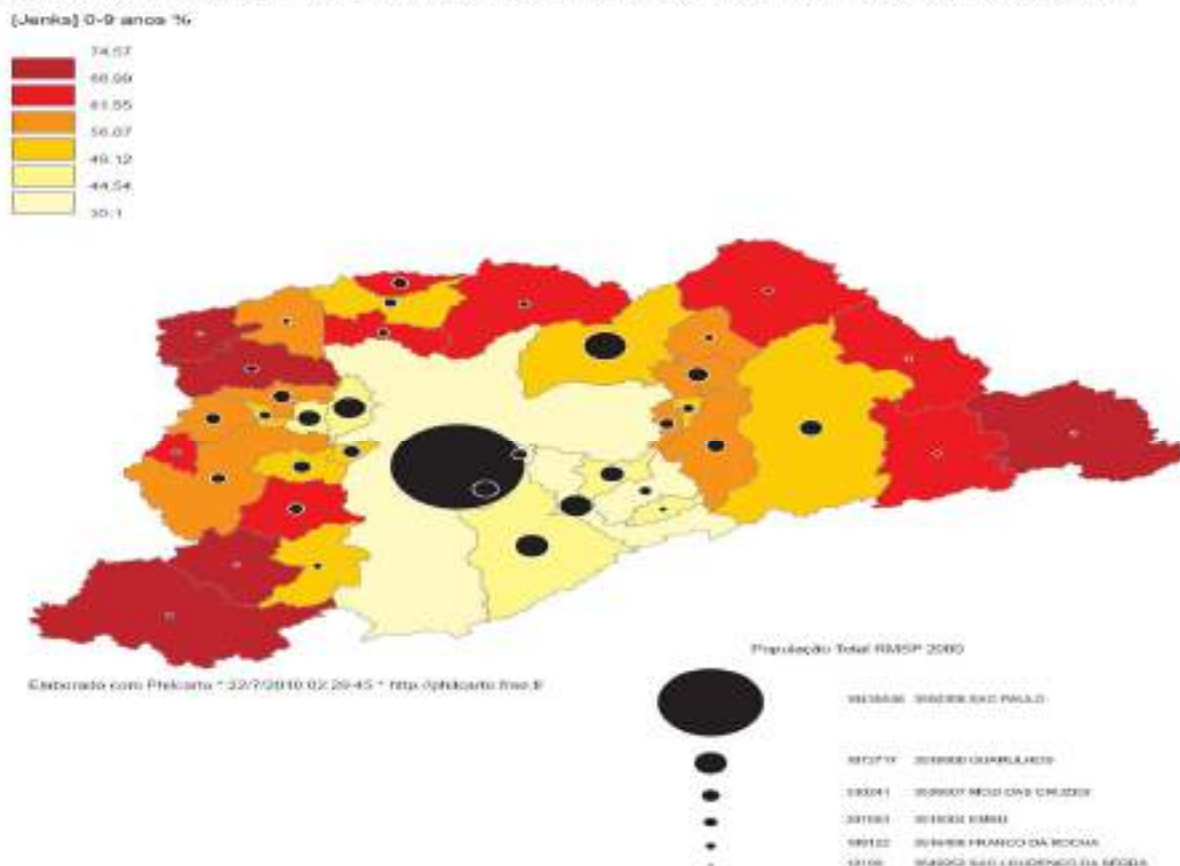
Mapa da Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Faixa Etária de 0 a 14 anos. (Censo Demográfico 2000/BR).s



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Mapa 3.6.2

Mapa da Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Tempo de Residência: 0 a 9 anos. (Censo Demográfico 2000/BR)



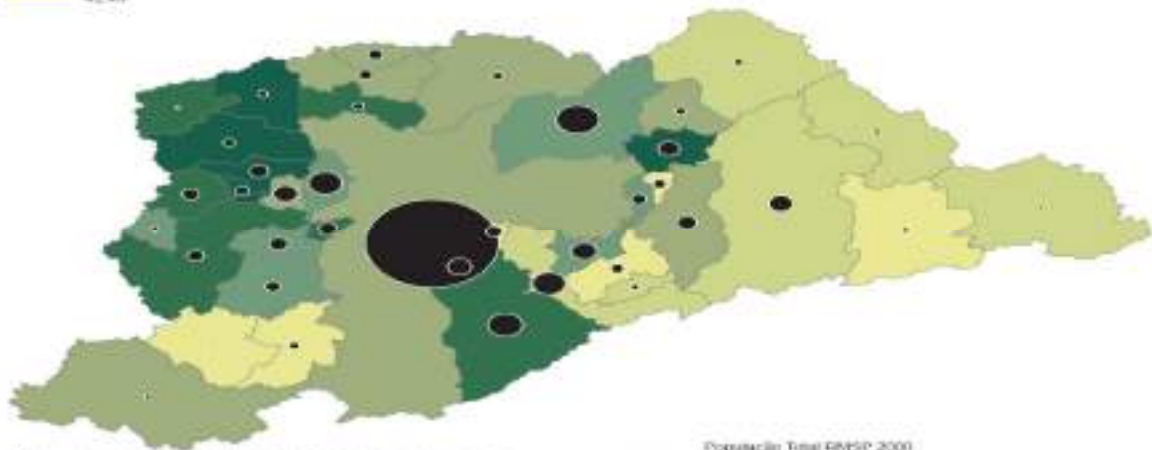
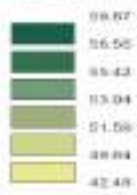
Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Os mapas seguintes ilustram os grupos de 15 a 39 anos de idade e de 10 a 19 anos de residência na RMSP, Mapas 3.6.3 e 3.6.4, respectivamente. Nesses grupos já se torna mais nítida a diferença na concentração, tendo em vista que a faixa etária representa segmento populacional em idade produtiva. As concentrações nos municípios mais desenvolvidos do ponto de vista econômico, com um potencial setor de serviços ou de indústria, como é o caso dos municípios do ABCD paulista, são típicas, já que estes são fortes receptores desta camada da população.

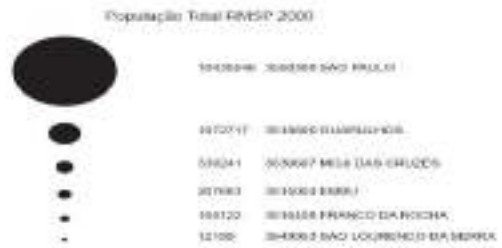
Mapa 3.6.3

Mapa da Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Faixa Etária de 15 a 39 anos.(Censo Demográfico 2000/BR).

[=EP] 15 a 39 anos(%)



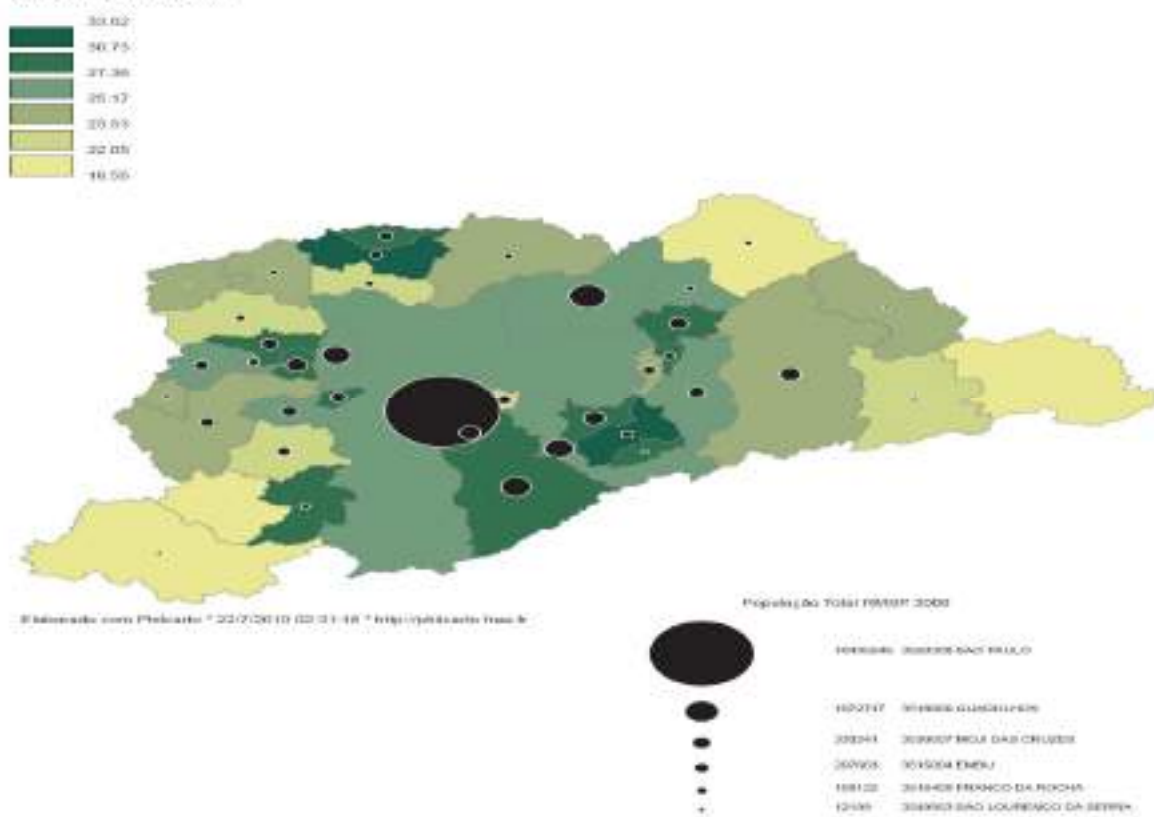
Elaborado com Phycarto * 20/7/2010 12:00:30 * <http://phycarto.free.fr>



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Mapa 3.6.4

Mapa da Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Tempo de Residência: 10 a 19 anos. (Censo Demográfico 2000/BR)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

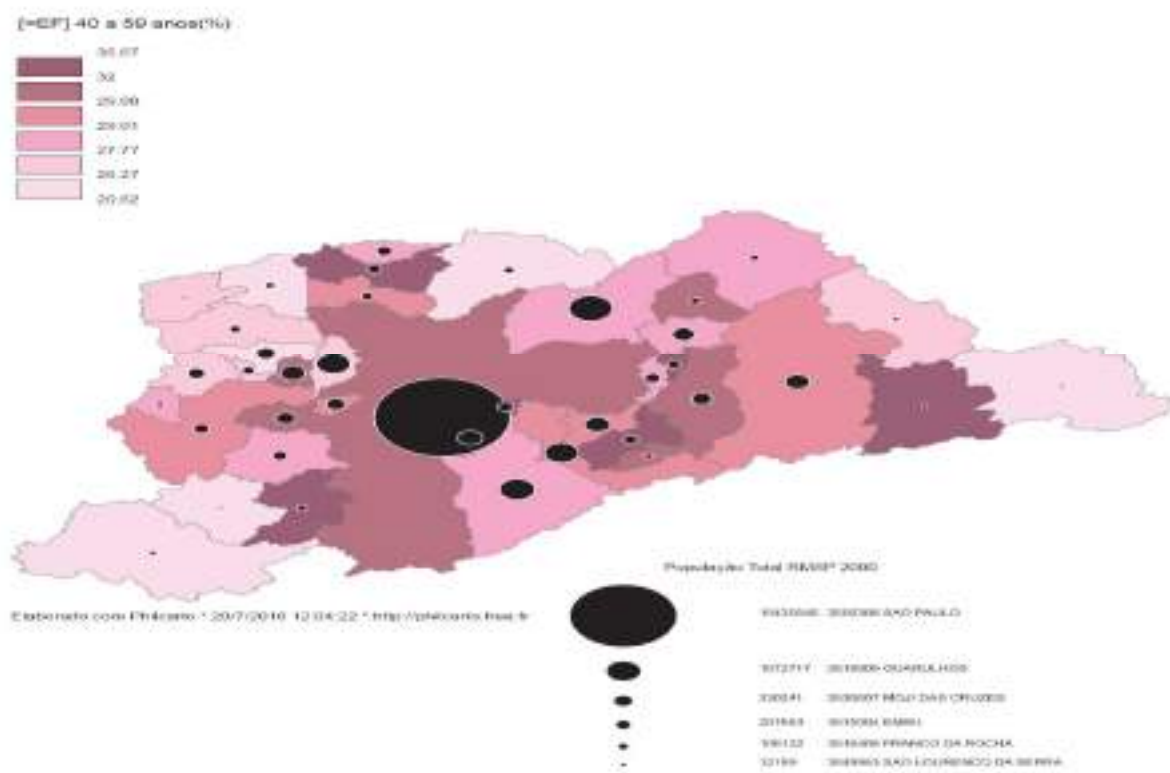
Observa-se também uma forte concentração nos municípios ao noroeste da capital, que são cidades com um considerável parque industrial, a exemplo de Cajamar. Em relação ao tempo de residência, pode-se considerar este grupo de indivíduos como parte dos que sofrem o processo de periferização.

Os Mapas 3.6.5 e 3.6.6 indicam a distribuição proporcional dos migrantes nordestinos na faixa de 40 a 59 anos de idade e aqueles na faixa de 20 a 29 anos de residência na RMSP, respectivamente. O que há de mais interessante nestes mapas é o fato deles ilustrarem dois fatores que indicam concentrações. O primeiro pelo fato de existir uma saída dos migrantes mais antigos da capital São Paulo em direção aos municípios mais distantes da Região Metropolitana, até mesmo para alguns com área rural considerável. O segundo fator é a existência de uma concentração na capital, característica típica de migrantes vindos de outras épocas da migração e que se orientavam para onde se

encontrava o parque industrial paulista e as maiores oportunidades de emprego, qual seja São Paulo. Nos período mais recente, depois da transferência do parque industrial, bem como do aumento da procura por municípios que exibiam um custo de vida menor, verifica-se mais as concentrações de migrantes recentes em outros municípios da RMSP.

Mapa 3.6.5

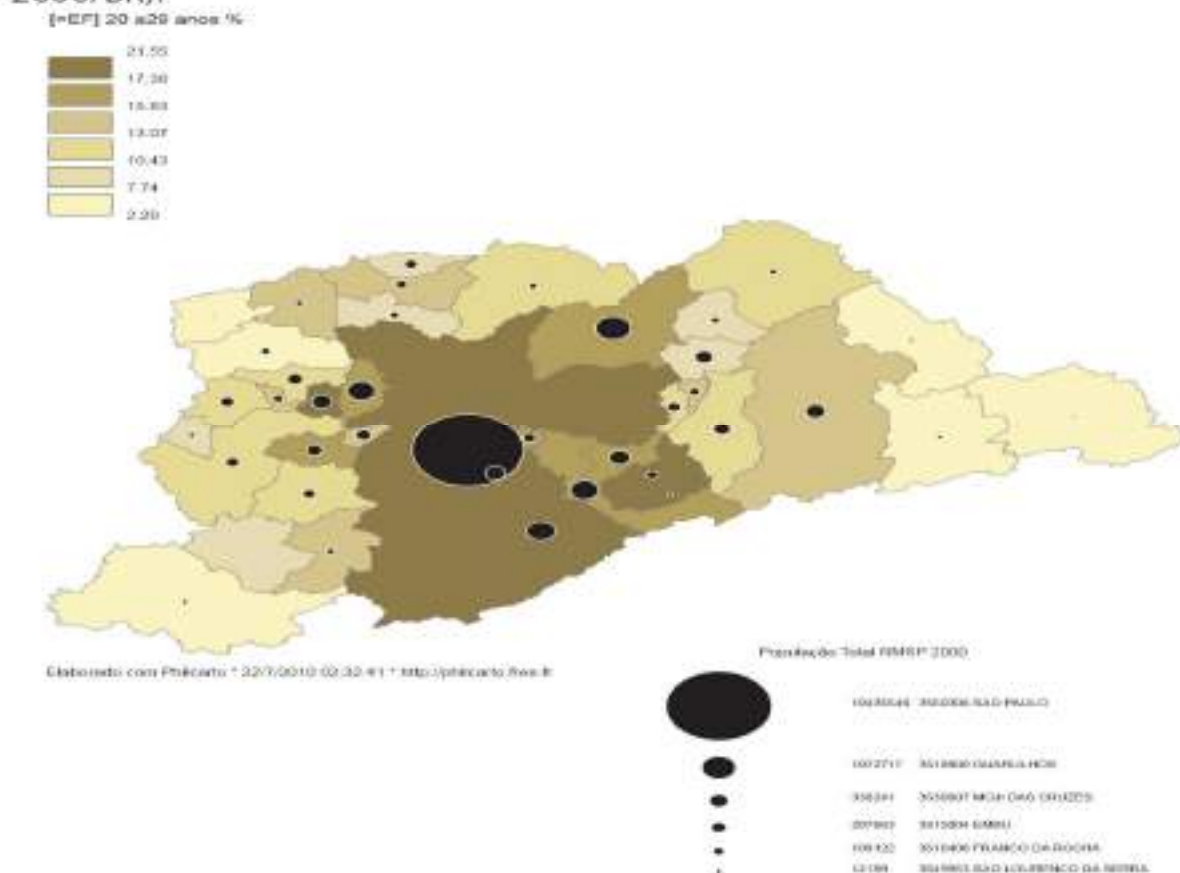
Mapa da Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Faixa Etária de 40 a 59 anos. (Censo Demográfico 2000/BR).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Mapa 3.6.6

Mapa da Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Tempo de Residência: 20 a 29 anos. (Censo Demográfico 2000/BR).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Por fim, os últimos mapas de faixa etária e tempo de residência mostram os grupos de pessoas que possuem 60 anos ou mais, Mapa 3.6.7 e os que possuem 30 anos ou mais de residência, Mapa 3.6.8. Nestes grupos constatam-se com clareza os primórdios da concentração dos nordestinos na RMSP. Com o início da industrialização e da urbanização, São Paulo era o principal destino de milhares de migrantes nordestinos que se fixavam próximos aos seus postos de trabalho, a maioria, sempre que possível, na própria capital.

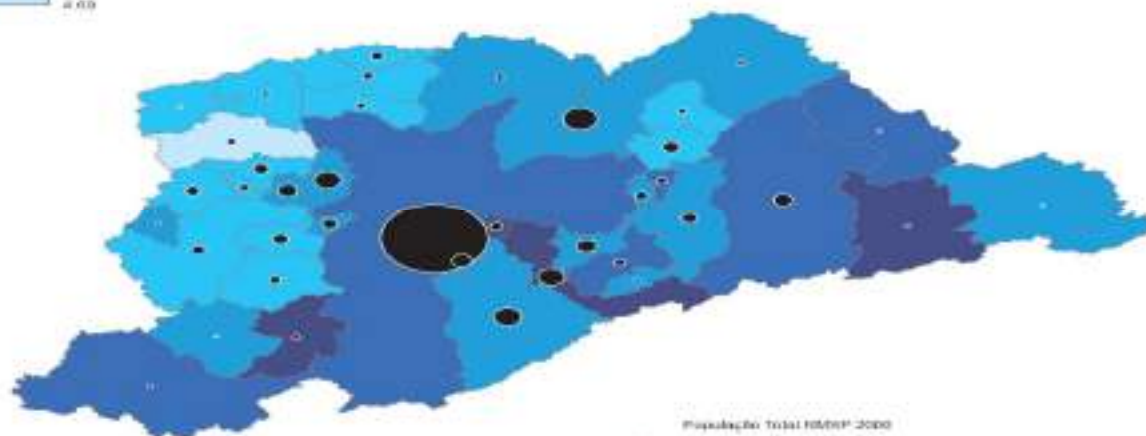
Esse processo se evidencia nos mapas que apontam os nordestinos mais velhos e com maior tempo de residência ainda concentrados na capital São Paulo ou em municípios próximos ao entorno, onde sempre foi seu local de moradia, indicando, assim, que estes migrantes conseguiram aumentar o seu

poder aquisitivo e ter condições de se manter num local onde o custo de vida era mais alto, mesmo com as tendências de periferização da população migrante em função do desenvolvimento econômico de outros municípios e dos crescentes custos de residência em São Paulo.

Mapa 3.6.7

Mapa da Concentração dos migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Faixa Etária de 60 anos ou mais. (Censo Demográfico 2000/BR).

[SB] 60 anos ou mais(%)



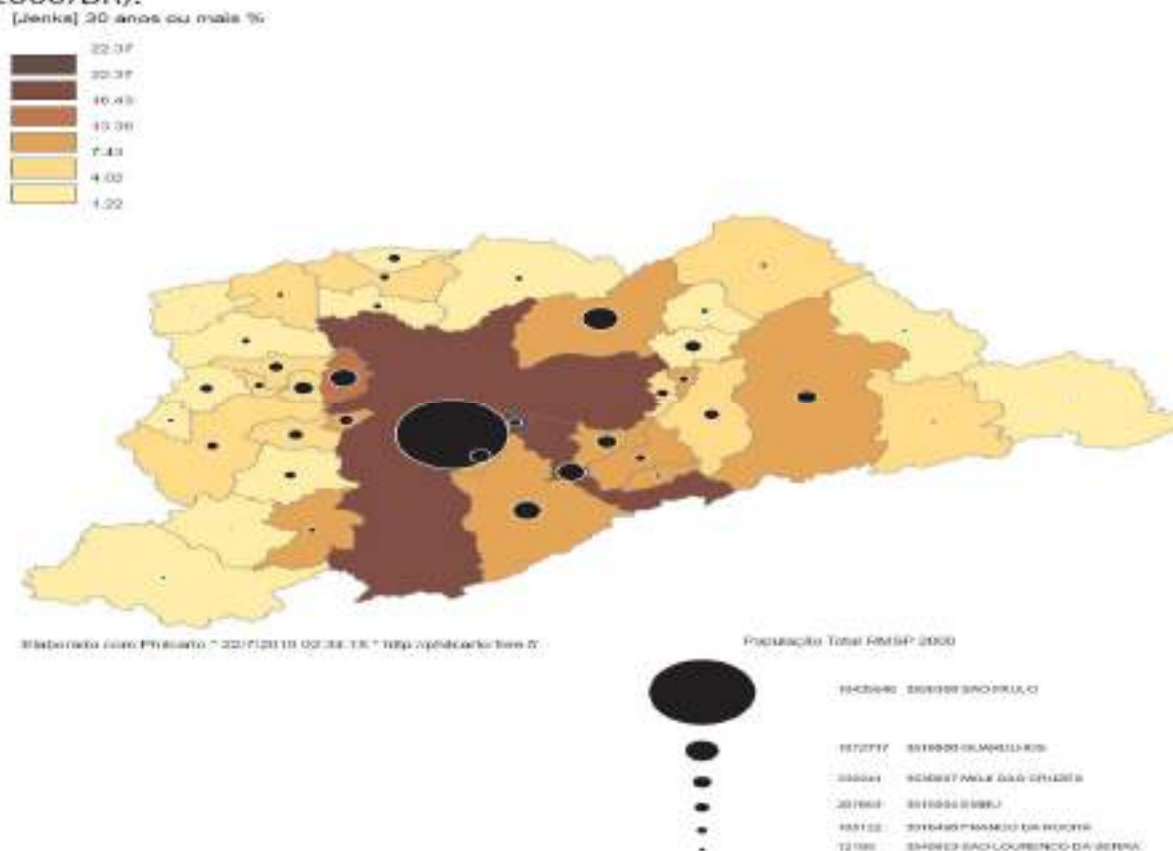
Elaborado com Phicart: 1 30/7/2010 12:55:45 - <http://phicart.com.br/>



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

Mapa 3.6.8

Mapa da Concentração de migrantes nordestinos residentes na RMSP em relação à Tempo de Residência: 30 anos ou mais. (Censo Demográfico 2000/BR).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

3.7 Redes sociais e migração

A análise das redes sociais na migração se encontra mais tipicamente nos casos de migração internacional, tendo em vista a influência que elas podem exercer sobre as decisões do migrante em relação ao local que este vai escolher para morar, oportunidades de trabalho e apoio na fase inicial do processo migratório.

O fato de se residir em um país estrangeiro com hábitos, cultura e principalmente de idioma diferentes faz com que o indivíduo procure uma rede de apoio antes e depois de migrar. Essa rede pode ser formada, segundo Massey (1987), por relações de parentesco, amizade, conterraneidade e por

intermédio de algumas organizações voluntárias formadas por migrantes que já moram em um país estrangeiro.

Outro fato extremamente importante, também evidenciado por Massey é de que em muitos casos, o migrante internacional entra e se mantém clandestinamente no país de destino, e a existência de uma rede social que indique os melhores caminhos a seguir é essencial.

No caso da migração interna o processo ocorre de forma diferente. Os indivíduos que habitam um mesmo país ou região têm a facilidade de falarem a mesma língua e ainda possuem uma adaptação mais flexível aos costumes de diferentes regiões. No entanto, muitas vezes, essas barreiras sócio-culturais implicam em dificuldades que o migrante tende a enfrentar e a existência de uma rede de amigos, familiares ou conterrâneos que o auxilie durante sua fixação no local de destino é essencial, ou seja, o migrante interno precisa, em certa medida, que as redes sociais permeiem o processo migratório e este fator é ilustrado nas concentrações vislumbradas nos mapas apresentados anteriormente.

3.8 Considerações finais

A análise das características migratórias dos nordestinos residentes na RMSP buscou evidências da existência de uma concentração espacial em função de fatores basicamente econômicos, como mais disponibilidade de emprego, um maior setor industrial ou de serviços, um menor custo de vida etc., o que de fato ocorre na maioria dos casos.

Todavia, fica sugerido que ao criar concentrações, a migração interna é, em grande medida, influenciada pela rede social, e a desenvolve ainda mais à medida que se tornam necessários contatos com pessoas que possam auxiliar na migração.

A migração de nordestinos para São Paulo é muito antiga e este fato faz com que existam concentrações em função de relações de conterraneidade ou de parentesco, como apontado nos primeiros mapas de distribuição espacial geral de nordestinos apresentados neste trabalho. Com mais segurança, uma

análise mais profunda por meio de variáveis de distrito e subdistrito apontariam as pequenas concentrações baseadas em alguma rede social mais específica. A existência de municípios com grandes concentrações de nordestinos é um indicativo da existência de uma rede social correspondente ao tempo de residência e de fixação desses migrantes, e esta rede social possuiria um caráter de influência na decisão de migrar ou na escolha do posto de trabalho ou do local de moradia.

3.9 Referências bibliográficas

BAENINGER, Rosana. **Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000.** In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto. Anais do XIII Encontro. 2002. Minas Gerais: ABEP, 2002.

BRAGA, Fernando; MATOS, Ralfo . **Redes Sociais, Redes Territoriais Migrações.** In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. Anais do XIII Encontro. 2004. Minas Gerais: ABEP, 2004.

FUSCO, Wilson, **Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares.** In: **Textos Nepo n. 40.** Unicamp, Campinas. 2002.

LEE, Everett S. **Uma teoria sobre a migração.** In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações Internas, textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 89-114.

MASSEY, Douglas. S.; ALARCON, Rafael; DURAND, Jorge; GONZÁLEZ, , Humberto. **Return to Aztlan.** Los Angeles: University of Califórnia Press. 1987

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino, **Motivos para a migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino.** São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

RAVENSTEIN, E.G. **As leis da migração.** In: MOURA, Hélio A. de (Coord.) **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 19-88

SINGER, Paul I. **Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.** In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações Internas, textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244.

3.10 Anexo

Mapa da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)



LEGENDA

- 1 ITAQUAQUECETUBA
- 2 POÁ
- 3 FERRAZ DE VASCONCELOS
- 4 FRANCISCO MORATO
- 5 FRANCO DA ROCHA
- 6 CAIEIRAS
- 7 PIRAPORA DO BOM JESUS
- 8 BARUERI
- 9 JANDIRA
- 10 CARAPICUIBA
- 11 OSASCO
- 12 VARGEM GRANDE PAULISTA
- 13 TABOÃO DA SERRA
- 14 DIADEMA
- 15 SÃO CAETANO DO SUL
- 16 SANTO ANDRÉ
- 17 RIBEIRÃO PIRES
- 18 RIO GRANDE DA SERRA

4. Estrutura ocupacional e migração na Região Nordeste

Darcilene C. Gomes

4.1 Introdução

A década de 90 representou um momento de inflexão na trajetória da economia brasileira, especialmente no que diz respeito ao papel do Estado. De uma economia fechada com forte presença estatal, rapidamente se transitou para um modelo econômico aberto com menor participação do Estado.

Nesse caminho, várias reformas, de natureza fiscal e no concernente às relações do país com o exterior, foram organizadas sob o pretexto de modernizar a estrutura econômica nacional. A inserção da economia brasileira nos fluxos financeiros e de investimento internacionais passou a ser defendida como sendo fundamental para que a nação retomasse sua trajetória de crescimento.

As novas condições de operação da economia brasileira, entretanto, não viabilizaram crescimento substantivo e, especialmente, sustentado, senão apenas movimentos de *stop and go*. Tal situação repercutiu negativamente sobre a capacidade de geração de empregos do país e o que se viu foi o crescimento sem precedentes da taxa de desemprego.

O desempenho da indústria de transformação contribuiu decisivamente para as dificuldades observadas no mercado de trabalho. O processo de reestruturação do setor, moldado em função das mudanças econômicas, resultou em perda de participação no valor adicionado e mudanças na estrutura em direção a uma maior especialização baseada em produtos de baixo valor agregado. A estrutura patrimonial modificou-se, elevando-se o grau de desnacionalização no setor. Por fim, a indústria brasileira tornou-se estruturalmente mais dependente de insumos do exterior. Os prejuízos não foram maiores porque o país conseguiu construir no passado uma estrutura industrial diversificada e integrada, ainda que a mesma tenha sofrido abalos no período (GOMES, 2009).

Diversos autores enfatizaram a importância da indústria para o crescimento econômico (por meio de seus estímulos a outros setores econômicos), bem como a necessária diversificação da estrutura industrial, em favor de bens mais elaborados¹. Em economias abertas, uma diversificada estrutura industrial propicia uma melhor posição na divisão internacional do trabalho. Além de empregos gerados na própria indústria de transformação, o setor dá a base para o crescimento de serviços mais dinâmicos e sofisticados, os denominados “serviços de apoio à produção”, considerados estratégicos da nova empresa. Além do mais, a indústria é responsável pela geração de postos de trabalho de melhor qualidade (propiciando, entre outros aspectos, maiores rendimentos e benefícios).

Observar o desenvolvimento da indústria e da ocupação industrial é conhecer o eixo da transformação produtiva dos países e das regiões. Neste sentido, O texto tem por objetivo relacionar as alterações experimentadas pela economia brasileira a partir da década de 1990, as mudanças na estrutura ocupacional (com foco na indústria de transformação), enfatizando os efeitos de tais transformações na Região Nordeste, e os movimentos migratórios em direção à Região.

Para tanto, utilizou-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A PNAD é muito utilizada nos estudos sobre mercado de trabalho, mas ainda é pouco explorada em estudos sobre migração.

O texto está dividido em três itens. O primeiro deles abordará o desempenho da ocupação industrial no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. O segundo abordará a desconcentração regional da ocupação industrial, com ênfase na Região Nordeste. Por fim, o terceiro item trará informações sobre a migração no Nordeste brasileiro.

4.2 Desempenho da ocupação industrial no Brasil: dos anos 1990 à década de 2000

Nos anos de 1990 a ocupação industrial no Brasil se comportou em sintonia com o produto industrial, isto é, oscilou sem crescer

¹ Ver Prebisch (2000a, 2000b); Kaldor (apud Pasinetti, 1983); Hirschman (1961); Cepal (2000, 2007); Thirlwall (1979); Thirlwall; Hussain (1982); McCombie; Thirlwall (1994).

significativamente. Considerando o período 1989-1992, observou-se queda de 9,1% na ocupação no setor. A partir de 1993 a ocupação industrial volta a crescer, mas retrocede em 1996 e após 1997. A reversão da redução da ocupação industrial só acontece após 1999, mas ainda de forma tímida e sem alcançar o número de ocupados verificados em 1989. Somente a partir de 2001 este número vai superar o de 1989² - mas apenas em 1,2%. Nos anos seguintes a ocupação industrial cresce de forma consistente e em 2008 é 45% superior a observada em 1989.

Observa-se, dessa forma, que a trajetória da ocupação industrial é marcada por três movimentos distintos ao longo das duas últimas décadas: queda generalizada nos primeiros anos da década de 1990 (1989-1992); pequena recuperação seguida de queda (1993-1998) e crescimento (após 1999).

Esse movimento dependeu da condução da política econômica adotada pelo país, seus arranjos e ajustes em face de determinadas circunstâncias no plano nacional e internacional, que se refletiram no comportamento da atividade econômica e empresarial.

Nos primeiros anos da década a ocupação industrial foi afetada pela recessão econômica (queda no PIB em 1990 e 1992, baixíssimo crescimento em 1991; inflação na casa dos 20% ao mês) e pelo ajuste adotado pelas empresas em resposta às reformas (especialmente a abertura comercial, a qual ampliou o espaço concorrencial).

Em virtude desse quadro, as empresas empreenderam esforços para manter suas atividades (e muitas não conseguiram). O leque de estratégias adotadas foi variado³, mas o sentido foi único - o da redução de custos -, e tiveram como efeito a diminuição de postos de trabalho no interior das empresas industriais (GARCIA, 2007; BIELSCHOWSKY, 2002).

A redução de pessoal causada pela recessão conjugada à reestruturação em procedimentos organizacionais implicou em ganhos de produtividade⁴ nas empresas industriais sobre as quais existem informações por

² Não é possível saber, a partir das PNADs, se a reversão aconteceu já em 2000, pois a pesquisa não é realizada em anos censitários.

³ Focalização da produção em linhas mais lucrativas e eficientes; aquisição de insumos no mercado externo; inovações gerenciais (*just-in-time*, círculos de controle de qualidade) e terceirização especialmente de atividades-meio (Gomes, 2009).

⁴ Conforme aponta Sabóia; Carvalho (1997); Dedecca (2005) as mudanças organizacionais são compatíveis com o aumento de produtividade.

estabelecimento, mas não foram muito expressivos nos primeiros anos da década (Feijó; Carvalho, 2006).

Deste modo, as referências disponíveis parecem indicar que nesses primeiros anos o movimento da ocupação industrial respondia, de forma aproximada, ao movimento da atividade econômica geral. A recessão se refletiu em queda da produção, a qual gerou queda de pessoal, esta última um pouco mais acentuada que a retração da produção devido ao início da adoção mais generalizada de inovações gerenciais.

A ocupação industrial começou a esboçar alguma recuperação após 1993. Entretanto, em 1994 a interrupção da série da PNAD não permite conhecer o comportamento da variável, mas os dados da RAIS mostram crescimento, ainda que de pouco volume, do emprego formalizado.

A pequena recuperação da ocupação/emprego industrial entre 1993-94 coincide com a retomada da atividade econômica. A taxa de variação do PIB alcançada em 1994, por exemplo, foi a mais elevada, considerando toda a década (5,8%). Porém, o crescimento teve fôlego curto, durando apenas cinco anos (1993-1997) e com menor intensidade ano após ano. A produção física da indústria também voltou a crescer, ainda que de forma bastante desequilibrada, considerando as categorias de uso.

Além do bom desempenho do produto, a inflação caiu expressivamente, a partir de meados de 1994, e se manteve em patamares baixos. A queda da inflação esteve intimamente relacionada com a adoção da âncora cambial, a qual foi responsável pela expressiva apreciação da taxa de câmbio.

Isso implicou, por outro lado, em dificuldades para os segmentos produtores de *tradeables* – acirrando as condições de competição. A estabilização produziu efeitos positivos sobre o poder de compra dos salários, que, somados à expansão do crédito ao consumo, ativaram, temporariamente, a demanda interna.

Todavia, mesmo com crescimento da atividade econômica no período 1995-97, o emprego industrial volta a apresentar queda. Essa ocasião coincide com o “mini-ciclo” de modernização apontado por Bielschowsky (2002), no qual as empresas deram seqüência à estratégia redutora de custos com mais ênfase na reposição de máquinas e equipamentos.

A ocupação, por sua vez, não chega a cair no período, mas estagnou-se, o que pode significar a permanência na atividade de algumas empresas e/ou pessoas sem registro formalizado. Os dados mostram que a reativação da economia não foi capaz de impulsionar o crescimento do emprego/ocupação na indústria de transformação no período. Além disso, tais dados mostram que esse período de recuperação econômica ficou aquém do desempenho pretérito esboçado pelo país em relação ao crescimento do produto.

A terceirização assume, por sua vez, características diferenciadas em relação ao período anteriormente analisado. Segundo os dados apresentados por Pochmann (2007b), em meados da década ganha expressão a terceirização de atividades mais estratégicas para as empresas, atividades internas ao processo produtivo, o que passou a exigir maior alinhamento por parte das empresas parceiras e alterou o perfil dos trabalhadores terceirizados. Uma das mudanças apontada pelos dados de Pochmann (2007b) foi o aumento da contratação de pessoas jurídicas (PJ's).

Dessa forma, a continuidade do processo de modernização com foco na redução de custos, robustecida pela substituição de máquinas e equipamentos obsoletos, e que também continuou sendo reforçada pelo recurso à terceirização, implicou em maiores perdas de postos de trabalho na indústria de transformação. A produtividade cresce nesse momento, mas muito mais em decorrência da forte redução no pessoal sem que a produção registre crescimento expressivo (SALM; SABÓIA; CARVALHO, 1997; FEIJÓ; CARVALHO, 2002).

A economia brasileira, mesmo com crescimento em 1997, já apresentava sinais de abalos causados pela crise asiática⁵. No último trimestre de 1997 a perda de reservas foi significativa e os juros foram elevados visando conter a saída de divisas, o que se refletiu no fraco desempenho do PIB – crescimento de apenas 0,5% no quarto trimestre de 1997. No ano de 1998 a economia brasileira se viu em maiores dificuldades, no segundo

⁵ Para Chesnais (1998) as crises e sobressaltos financeiros são parte do modo de funcionamento do sistema financeiro contemporâneo (mundializado). O autor lista os principais abalos financeiros ocorridos desde os anos 70 (até 1995) evidenciando que a quantidade, a variedade e a extensão internacional dos mesmos cresce no decorrer do período considerado.

semestre as reservas voltaram a cair (US\$ 24 bilhões foram perdidas entre agosto e setembro) e o governo adotou um conjunto de medidas de ajuste e teve que recorrer à assistência financeira do Fundo Monetário Internacional. Nesse quadro, o PIB brasileiro não se expandiu e o emprego industrial caiu 4,8% (segundo a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego).

A mudança no regime cambial em janeiro de 1999, bem como a redução das taxas de juros a partir de abril do mesmo ano, não se refletiram, imediatamente, em melhor desempenho do PIB. Observa-se, no entanto, que apesar de praticamente não ter crescido a economia, tanto o emprego formalizado quanto a ocupação na indústria de transformação apresentaram crescimento: 2,8% para ambos.

A economia brasileira delineia uma recuperação após 1999, a qual foi puxada pela melhoria das condições do crédito interno e, especialmente, pelo crescimento nas exportações (de manufaturados em particular), além da boa safra agrícola. O PIB da indústria de transformação cresceu 5,7% e o emprego cresceu 6,1% em 2000. A trajetória da ocupação não é conhecida, pois a PNAD não é realizada em anos censitários, mas é provável que tenha continuado a se expandir.

Contudo, novamente o fôlego foi curto: enquanto em 2000 a economia como um todo cresceu 4,3%, em 2001 o crescimento foi de apenas 1,3%. Novamente o desempenho da economia nacional foi afetado por acontecimentos ocorridos no ambiente internacional (crise argentina, os atentados nos EUA, entre outros), acentuados pelo racionamento interno de energia elétrica. Em decorrência do baixo crescimento, em 2001 o emprego formalizado na indústria de transformação expandiu-se apenas 1,9%. Apesar do crescimento oscilante, nota-se que tanto o emprego formalizado quanto a ocupação na indústria de transformação parecem reagir ao crescimento do produto, diferentemente do período anterior no qual o maior crescimento não se refletiu em maiores oportunidades para ocupação da força de trabalho na indústria. Segundo Kupfer & Rocha (2004), o ritmo de crescimento da produtividade também arrefeceu no período.

Esse novo comportamento do emprego/ocupação frente ao produto pode estar relacionado com o esgotamento do processo de modernização empreendido nos anos 90. Conforme Bielschowsky (2002, p.47) os investimentos em eficiência operacional se “rotinizaram” após 1999, pois o “grande salto” já havia ocorrido. Em outras palavras, a fábrica já estava “enxuta” e qualquer variação na produção refletia-se em aumento do emprego.

Os dados parecem corroborar a percepção de Bielschowsky, pois a ocupação industrial cresce de forma consistente entre 2002-2008 e acompanha, em menor ou maior grau, o movimento do PIB.

Se, por um lado, as incertezas em relação à sucessão presidencial se refletiram sobre as condições de financiamento externo, por outro lado a depreciação do câmbio repercutiu positivamente sobre a produção dos segmentos exportadores que, aliado ao crescimento do comércio mundial propiciou bons resultados para a indústria de transformação entre 2002 e 2004. O crescimento do PIB foi, no período, fortemente influenciado pelo resultado favorável da balança comercial. Deve-se mencionar que a condução da política monetária continuou conservadora, priorizando o combate à inflação através do manejo da taxa de juros (BALTAR, MORETTO, KREIN; 2006).

Em 2004, o PIB apresentou expressivo crescimento (5,7%), a indústria de transformação cresceu 7,7% e a ocupação industrial (6,9%). O setor externo continuou apresentando resultados favoráveis, mas o desempenho do mercado interno foi o maior responsável pela expansão da produção doméstica. A ampliação do crédito ao consumo impulsionou a produção local de bens duráveis (Bacen, 2005). Alguns acontecimentos afetaram o desempenho do PIB entre 2004 e 2008 (como a quebra da safra agrícola em 2005), mas a economia manteve a trajetória de crescimento estimulada por maior investimento (com ampliação do volume e operações de crédito liderado pelos bancos públicos), aumento do consumo (motivado pelo aumento da massa salarial, do crédito e de transferências governamentais) e exportações (com as importações crescendo fortemente). No último trimestre de 2008, no entanto, a crise financeira internacional começa a

impactar as exportações de bens e serviços, as quais apresentam sensível recuo no período.

O mercado de trabalho experimentou um momento de grande dinamização com aumento de empregos (formais, em grande medida e em setores mais estruturados), da renda real, queda no desemprego e até escassez de força de trabalho em alguns segmentos econômicos. Diferindo da deterioração observada na década anterior, na qual se registrou: ampliação do desemprego, queda na renda, aumento da informalização do trabalho. Conforme Barbosa de Oliveira (2010), mesmo sem ter resgatado o atraso histórico, as melhorias recentes no mercado de trabalho foram expressivas e comprovam a importância do crescimento econômico para o avanço deste mercado (ver também Dedecca, 2010).

Nos anos de 1990, além do baixo dinamismo na geração de postos de trabalho em todos os ramos industriais, a ocupação industrial apresentou características diferenciadas em relação aos períodos anteriores. As pesquisas vêm mostrando pelo menos quatro características da ocupação e do emprego industriais no Brasil nos anos 90, quais sejam: desconcentração (ou descentralização) regional/espacial da ocupação/emprego industriais; a redução da formalização no setor; queda nos rendimentos do trabalho e ampliação da jornada de trabalho.

Observa-se, dessa forma, que a característica da ocupação industrial comum aos dois períodos é a desconcentração regional, que será tema do próximo item.

4.3 Desconcentração da Ocupação industrial

Uma das características do processo de industrialização brasileiro foi a sua forte concentração espacial – entre 1919 e 1970 a participação do estado de São Paulo na produção industrial brasileira saltou de 34% para 58%⁶ -, mas que ocorreu com progressiva integração do mercado nacional, cujo resultado foi o de expansão em todas as regiões⁷.

⁶ Dados citados por Caiado (2002).

⁷ Para mais detalhes sobre essa discussão ver Cano (1997).

No período 1970 e 1985, dentre os efeitos dos investimentos previstos no II PND, além de outras políticas⁸, notabilizou-se clara desconcentração produtiva regional⁹, que se deu em simultâneo com elevada taxa de crescimento de São Paulo e com a intensificação de suas articulações com o restante do país. A participação de São Paulo na produção industrial caiu para 51,9% em 1985 e a maioria das demais unidades federativas seguiu ampliando sua participação no VTI.

Registrou-se ainda desconcentração no próprio espaço territorial paulista, com crescimento da participação do interior do estado na produção industrial. O movimento foi também de desconcentração em relação às regiões geográficas, com perda de participação do Sudeste em favor das outras regiões. No restante da década de 80, no entanto, as dificuldades impostas pela crise econômica (e suas implicações, como a queda do nível de investimentos) descontinuaram os efeitos desconcentradores na produção industrial no país. De acordo com Oliveira (2004, p.20):

... o modelo tecnoburocrata-militar – a despeito das inquestionáveis restrições quanto aos métodos utilizados e a ausência de políticas distributivas – assegurou a implementação de políticas econômicas que favoreceram a integração nacional através da ampliação da matriz produtiva. Tendo o Estado como agente condutor e o planejamento como ferramenta (...) alguns avanços foram obtidos na redução das disparidades regionais.

Ainda que tais políticas tenham sido insuficientes para reverter a elevada desigualdade e heterogeneidade existente na economia nacional.

Há um intenso debate sobre a questão da continuidade ou não do movimento de desconcentração industrial no Brasil após 1990 (ver Pacheco, 1999; Cano, 1997; Diniz, 1995). As estatísticas disponíveis¹⁰ mostram a continuidade do movimento de desconcentração¹¹, ainda que em ritmo muito inferior ao observado no período 1970-85 (CAIADO, 2002; PACHECO, 1999). Caiado (2002) busca qualificar o fenômeno e indica que a palavra que melhor traduz o ocorrido nos anos 90 é “seletividade”, isto é, os investimentos realizados nas diversas regiões, ditados pela lógica

⁸ Políticas de incentivos às exportações, de desenvolvimento regional, entre outras (várias anteriores ao II PND).

⁹ Como aponta Caiado (2002), em concordância com Leonardo Guimarães Neto, os determinantes da desconcentração são múltiplos e complexos, sendo composto por movimentos entre os quais a ação do Estado é a de maior importância.

¹⁰ As quais sofreram um processo de deterioração no final dos anos 80 e início dos 90 (Monteiro Neto, 2005; Caiado, 2002).

¹¹ Ainda que, dada a precariedade das fontes disponíveis, esse efeito seja meramente estatístico (Cano, 1997).

privada e ações pontuais das esferas subnacionais, foram fortemente seletivos.

Nos anos 90, em harmonia com as mudanças mais gerais observadas na economia nacional, destaca-se a crescente redução da atuação estatal em políticas de desenvolvimento regional, com a substituição da lógica do planejamento e da integração nacional em favor dos mecanismos de mercado (OLIVEIRA, 2004).

Sem a sinalização, a coordenação e a regulação do Estado, as esferas subnacionais se lançaram em uma disputa fratricida pelos poucos investimentos disponíveis, reacendendo, fortemente, a denominada “guerra fiscal”, que foi o principal mecanismo de alteração das vantagens locais, a qual foi deixada exclusivamente aos interesses do capital privado.

Segundo Silva (2001), além da interferência no processo privado de alocação espacial, as unidades federativas passaram também a intervir no processo de concorrência das empresas já instaladas (de grupos regionais, por exemplo) ao conceder incentivos para proteger determinados segmentos, buscando evitar que os mesmos perdessem posições no mercado¹². A guerra fiscal, neste sentido, pode ter sido o único mecanismo vislumbrado pelos governos estaduais e municipais para dar prosseguimento ao movimento de desconcentração industrial nos anos 90 (SILVA, 2001).

Para as empresas, premidas pelo acirramento da concorrência internacional, a guerra fiscal se inseriu dentro da estratégia de reestruturação dos empreendimentos industriais.

Segundo Arbix (2000), citando pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e CEPAL, as principais motivações empresariais na definição da localização/transferência de projetos industriais foram: os incentivos fiscais e extra-fiscais concedidos pelas unidades federativas e municípios (57,3%)¹³, a proximidade com os

¹² Como foi o caso do setor produtor de cerâmica localizado em São Paulo. Para maiores detalhes ver Silva (2001).

¹³ Silva (2001) mostra que a utilização de incentivos fiscais (o ICMS, em particular) é observada desde os anos 60 no país, não sendo, portanto, algo novo, próprio da década de 90. A novidade, provavelmente, está mais relacionada ao contexto no qual esse acirramento ocorre (tendo como pano de fundo as reformas econômicas liberalizantes, especialmente ao novo papel assumido pelo Estado), o que levou a exploração exaustiva de instrumentos gestados no passado.

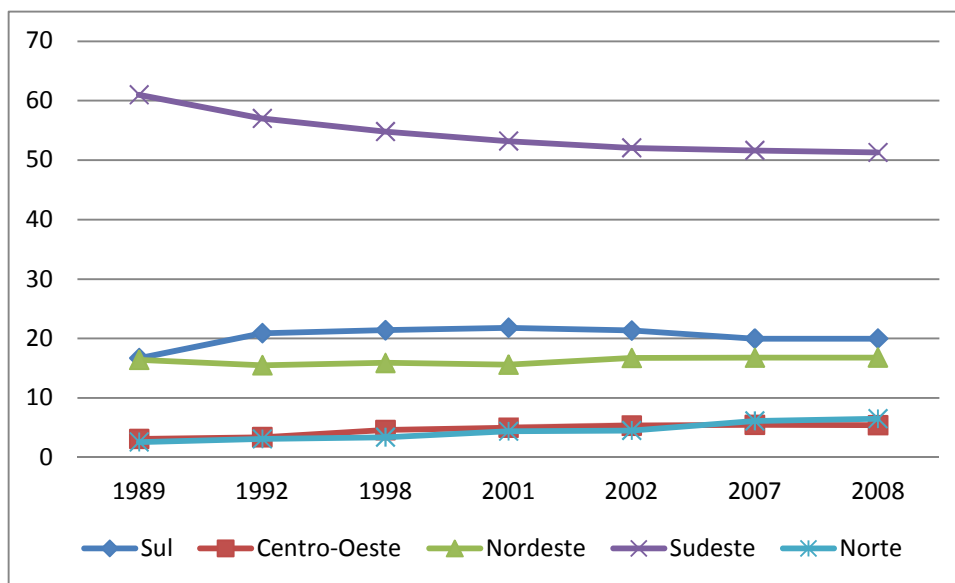
mercados (57,3%) e os custos mais baixos de contratação da força de trabalho (41,5%). Além dessas razões mais importantes, a pesquisa cita também: vantagens específicas das localidades (39%), sindicalismo atuante (24,4%) e saturação espacial (14,6%).

Sobre a influência da existência de organização sindical, tanto a pesquisa da CNI/CEPAL quanto o trabalho de Carvalho Neto & Neves (2002) sobre a instalação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora (Minas Gerais), mostram que a existência ou não de sindicatos organizados pesou de forma pouco significativa na decisão de instalação das novas plantas industriais.

Os incentivos fiscais e extra-fiscais mais comuns foram: doação de terrenos, fornecimento de infra-estrutura, isenções de impostos por períodos não inferiores a 10 anos, concessão de empréstimos a taxas inferiores às de mercado, outros benefícios (transporte público, construção de creches, etc.).

Nesse processo de liberalização, crise, baixos investimentos e guerra fiscal a ocupação industrial sofreu alguma desconcentração nos anos 1990 (Gráfico 4.3.1), a partir da perda contínua de participação da região Sudeste e do crescimento das regiões Sul (especialmente nos primeiros anos da década) e Centro-Oeste (notadamente na segunda metade da década). Nos anos 2000, a participação do Sudeste e do Centro-Oeste na ocupação industrial mantém a tendência delineada na década anterior, isto é, de queda na primeira região e crescimento na segunda. O Sul, por sua vez, perde participação. Já o Nordeste recupera a participação perdida ao longo da década de 1990 e alcança percentual superior a exibida no final da década de 1980.

Gráfico 4.3.1 – Ocupação industrial distribuída por Regiões Geográficas, anos selecionados

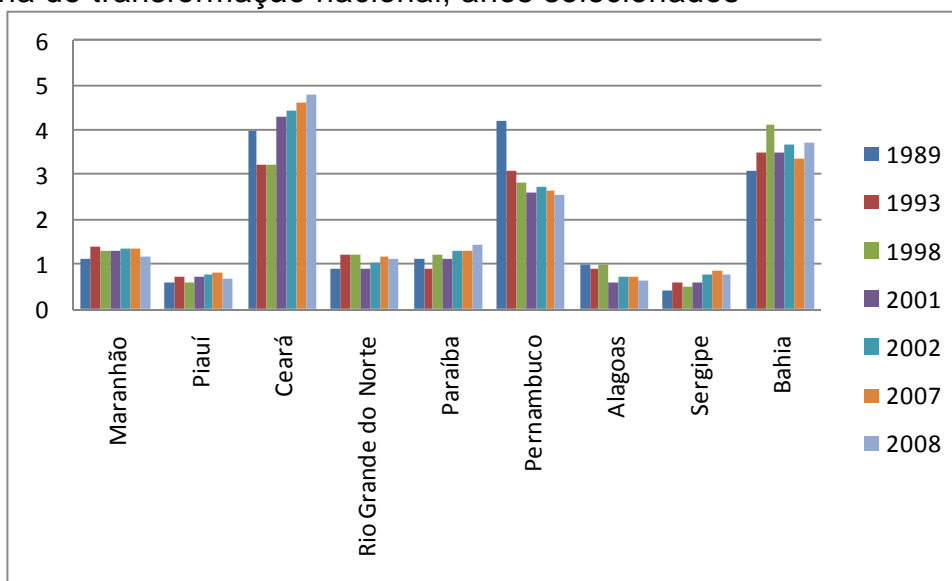


Fonte: IBGE/PNAD – microdados.

O Gráfico 4.3.2 reporta a participação dos estados da região Nordeste na ocupação da indústria de transformação do País. De imediato percebe-se que Ceará, Pernambuco e Bahia destacam-se como os estados com maior percentual de ocupados no setor e, também, como os mais industrializados da região. Cabe mencionar que a estrutura produtiva da região é pouco complexa e pouco diversificada, predominando a indústria de bens duráveis de baixo valor agregado (confeção, calçados, alimentos), a indústria extrativa e a metalurgia básica.

No caso do Nordeste, é interessante observar que nos anos 90 o movimento de transferência de plantas para a região apenas compensou (parcialmente) a perda de participação na ocupação industrial no início da década, mas acarretou movimentações não desprezíveis sobre a distribuição da ocupação industrial por unidades federativas. Embora os estados apresentem comportamento variável ao longo da década, o movimento mais nítido é o da perda de participação contínua de Pernambuco (Gráfico 4.3.2). Também é digna de nota a queda da participação praticamente ininterrupta de Alagoas no total da ocupação nacional.

Gráfico 4.3.2 – Participação dos estados nordestinos na ocupação da indústria de transformação nacional, anos selecionados



Fonte: IBGE/PNAD – microdados.

Destaca-se que a perda de participação de Pernambuco é anterior à década de 90, pois o estado já vinha apresentando menor dinamismo econômico em relação às demais unidades federativas, sendo, inclusive, um dos poucos a perder participação no VTI nacional entre 1970-1985¹⁴ (de 2,2% para 1,9% e 1,4% em 1998).

Segundo Caiado (2002, p.20), o estado “... sofreu diretamente o impacto da integração produtiva, com redução de sua área de influência comercial e efeitos de destruição sobre seu antigo parque produtivo, além de não ter recebido grandes projetos no período”.

A crescente integração do mercado nacional, a decadência da agroindústria canavieira¹⁵, a perda de parte importante do setor têxtil e de vestuário e a ausência de recursos naturais que possibilitasse a participação no movimento nacional de desconcentração industrial fundado na instalação de indústrias de bens intermediários (dos projetos do II PND) explicam a perda de importância do estado na indústria nacional (ARAÚJO, 1995).

No caso de Alagoas, a queda da participação na ocupação nacional provavelmente reflete a menor diversidade industrial no estado, uma vez

¹⁴ Juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro (Caiado, 2002).

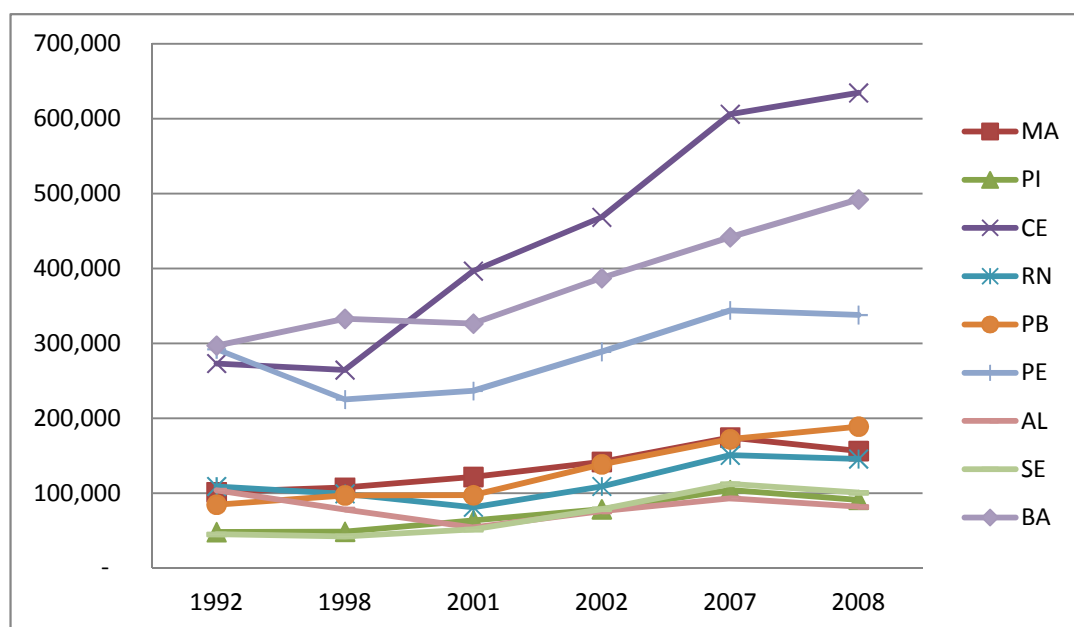
¹⁵ Ver Lima (2006).

que na década de 90 assistiu-se ao fortalecimento da agroindústria canavieira (LIMA, 2006) e a desarticulação de setores como o têxtil. No estado, a fabricação/refino de açúcar empregava 75% da força de trabalho formalizada em 2001 e, em 1989, o mesmo percentual era de 58,5%.

Entre os estados nordestinos que desfrutaram melhor posição no final da década de 1990 está o Ceará. A ampliação da ocupação industrial tem relação com a consolidação do parque têxtil¹⁶/vestuário e calçadista naquele estado, fruto, em grande medida, de agressiva política de atração de empresas¹⁷ e da tradição regional na produção desses segmentos. Observa-se que a estrutura industrial do estado não sofreu alterações importantes, reforçou-se, na verdade, as especializações existentes.

O Gráfico 4.3.3 mostra a evolução da ocupação industrial nas UF's nordestinas em anos selecionados. Observa-se que após 2001 a maioria dos estados apresenta crescimento no número de postos de trabalho industriais.

Gráfico 4.3.3 – Ocupação na indústria de transformação por UF's, anos selecionados



Fonte: IBGE/PNAD – microdados.

¹⁶ Segundo Costa (2001), o Ceará obteve resultados positivos no que diz respeito à modernização da fiação e tecelagem, alcançando elevados níveis de produtividade.

¹⁷ Segundo Rocha (s/d), entre 1987 e 2001 foram atraídas 309 novas indústrias para o Ceará, boa parte delas pertencentes aos setores têxtil/vestuário e coureiro/calçadista. O Ceará é sede da maior indústria têxtil do país – Vicunha - e da segunda maior fabricante de calçados – Grendene (Silva, 2002).

4.4. Trocas migratórias interestaduais

Em anos intercensitários a única fonte que fornece informações de migração é a PNAD¹⁸. Os estudiosos do tema migração utilizam com cautela os dados da PNAD, e citam como importante limitação o caráter amostral do inquérito. Mesmo considerando as restrições apontadas ao uso da PNAD, as informações coletadas anualmente permitem antecipar algumas tendências

As informações apresentadas nos gráficos abaixo foram obtidas a partir da variável “V0507” (Na data de referência – cinco anos antes – morava neste Estado?), a qual permite levantar o número de emigrados e imigrantes para cada UF a cada cinco anos (os chamados migrantes de data fixa)¹⁹. A diferença entre ambos resulta no saldo de trocas migratórias entre as UFs, ou seja, o ganho líquido populacional por UF (BRITO; CARVALHO, 2006).

Os dados da PNAD indicam que a partir dos últimos anos da década de 1990 a movimentação da população ganhou novos contornos na região Nordeste, movimento este que pode ter se consolidando ao longo dos anos 2000. Como a PNAD só fornece dados quinquenais, a última informação conhecida sobre migração data de 2004 (referente à pesquisa de 2009). Assim, ainda vai demorar algum tempo para que a dinâmica da migração da segunda metade da década seja revelada, exatamente quando a economia da região vivenciou seus melhores momentos. Dessa forma, é provável que a tendência delineada tenha se mantido e, até mesmo, se aprofundado.

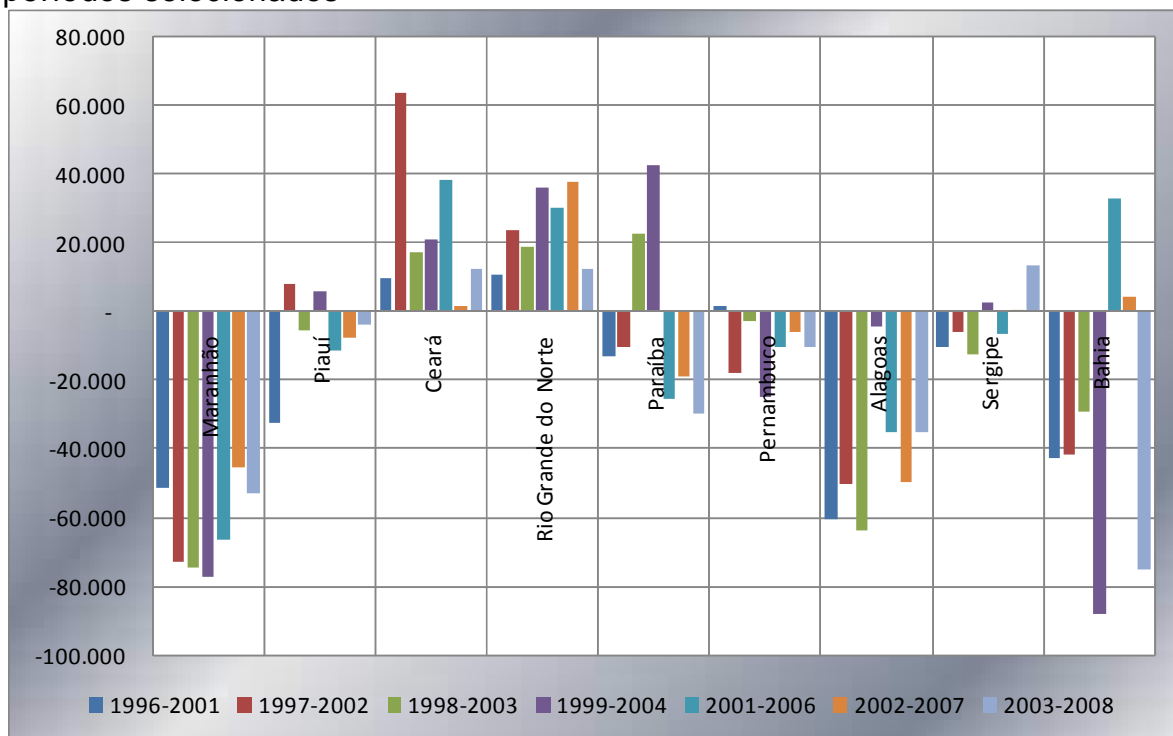
As PNADs disponíveis indicam uma redução das perdas demográficas, o que não é pouca coisa em se tratando de uma região tradicionalmente expulsora de população. No Ceará e Rio Grande do Norte, o saldo das trocas migratórias começou a se tornar positivo já na segunda metade dos anos de 1990. Na Paraíba o saldo se tornou positivo nos últimos anos da década e se reverteu em 2001. Em Sergipe a reversão do saldo negativo

¹⁸ No questionário básico da PNAD são encontradas doze questões sobre o tema migração, as quais abordam: o local de nascimento (identificando a Unidade da Federação (UF) e país estrangeiro), a UF de residência anterior e tempo de residência na UF e no município. Na PNAD-Contínua outros quesitos sobre migração foram introduzidos.

¹⁹ Estão excluídos do cálculo os migrantes de países estrangeiros e as crianças menores de 5 anos.

ocorreu em 2002. A Bahia experimentou saldos positivos em 2001 e 2002 e negativo em 2003. Nas demais UFs, nota-se diminuição do saldo negativo (Gráfico 2.4.1).

Gráfico 3.4.1 – Saldos de trocas migratórias por UFs, Região Nordeste, períodos selecionados



Fonte: IBGE/PNAD – microdados.

Parte importante da emigração para o Nordeste é de retorno. No período 2001-2006, por exemplo, do total de emigrantes para o Ceará, 50,4% eram cearenses retornando. Na Bahia o percentual de baianos retornando era 48,1%. Destinos tradicionais da população nordestina, como São Paulo e Distrito Federal, têm apresentado saldo negativo das trocas migratórias (ver França, 2010; Brito; Carvalho, 2006).

É provável que as mudanças observadas no sentido da migração para a Região Nordeste espelhem, em primeiro lugar, uma menor atratividade das regiões receptoras tradicionais. O Sudeste, como apontado anteriormente, perdeu participação na ocupação industrial no Brasil. Na cidade de São Paulo, a título de exemplo, a retração industrial nos anos 90 foi mais forte do que a média do país.

Em segundo lugar, embora a região Nordeste não tenha apresentado desempenho econômico positivo a ponto de se tornar uma área de atração populacional, não pode ser negligenciado o poder de atração exercido a partir da consolidação de alguns ramos industriais, como, por exemplo, o produtor de vestuário/calçados no Ceará (indústria intensiva em trabalho e, portanto, responsável pela geração não desprezível de postos de trabalho²⁰).

Ainda não é possível avaliar a direção das mudanças econômicas mais recentes no Nordeste, especialmente o efeito do aumento das transferências governamentais e dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento na estrutura produtiva e ocupacional da região. No final dos anos de 1990, no entanto, a estrutura produtiva da região não havia se alterado qualitativamente.

4.5 Considerações Finais

Dada a importância da indústria na estrutura produtiva e ocupacional das economias, o texto buscou relacionar as transformações em tais estruturas e as mudanças observadas nos saldos de trocas migratórias interestaduais.

Atestou-se que a região Nordeste parece apresentar novo padrão migratório, reduzindo seus saldos negativos em relação a outras UFs e, em alguns casos, apresentando saldos positivos.

Tal padrão, no entanto, parece estar mais relacionado a uma menor atratividade das regiões tradicionalmente receptoras. Assim, é possível que as mudanças observadas no sentido da migração para a Região Nordeste espelhem, em primeiro lugar, uma menor atratividade das regiões receptoras. Secundariamente, o crescimento de algumas atividades econômicas também pode ter contribuído para a reversão parcial dos fluxos migratórios.

Deve ser mencionado, ainda, que é provável que os estados nordestinos tenham mantido, e até mesmo estendido, os saldos positivos das trocas migratórias interestaduais.

²⁰ Ainda que de qualidade duvidosa e inferior ao projetado pelo governo local (Cardoso, 2010)

4.6 Referências Bibliográficas

ARBIX, G. “**Da liberalização cega dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento**”. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo, vol. 14, n.º 1, maio de 2002.

ARBIX, G. “**Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimento no setor automotivo brasileiro**”. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, volume 43, n.º 1, 2000.

BACEN. *Relatório do Banco Central*. Brasília, Banco Central, 2005.

BALTAR, P. E. A.; MORETTO, A.; KREIN, J. D. “**Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes**”. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. *Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas, IE/UNICAMP; Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Unitrabalho, 2006.

BALTAR, P.; MORETTO, A. KREIN, J. D. “**O emprego formal no Brasil: início do século XXI**”. In: KREIN, J. D. (org.) *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo, LTr, 2006.

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. “**Trabalho e desenvolvimento no Brasil**”. *Carta Social e do Trabalho*, n.º 10, abril-junho de 2010.

BIELSCHOWSKY, R. *Investimentos e reformas no Brasil: indústria e infra-estrutura nos anos 1990*. Brasília, IPEA, 2002.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. “**As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes**”. ABEP, 2006.

CAIADO, A. S. C. *Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?* Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 2002.

CANO, W. “**Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95**”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.8, p.101-41, jun.1997.

CARDOSO, S. *Guerra fiscal no Brasil e alterações na estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990*. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 2010.

CARVALHO NETO, A.; NEVES, M. A. “**Trabalhadores e ação sindical em novos espaços de produção: a fábrica da Mercedes-Benz em Minas Gerais**”. *Anais da Anpocs*, 2002.

CEPAL. *Transformación productiva con equidad*. Santiago, ONU/CEPAL, 2000.

CEPAL. *Progreso técnico y cambio estructural em América Latina*. Santiago, ONU/CEPAL, 2007.

CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1998.

- COSTA, M. M. *Estudo Sobre o Setor Têxtil do Ceará na Década de 1990. Estudos Dieese/CESIT*. São Paulo: Dieese, Relatório Setorial n. 14, jan., 2001.
- DEDECCA, C. S. “**População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios**”. *Texto para Discussão – IE/UNICAMP*, n.º 185, dez. 2010.
- DEDECCA, C.S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 2005. (Coleção Teses)
- DINIZ, C. C. **A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas**. Brasília, IPEA, 1995. (Texto para Discussão n. 375)
- FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M. *Notas sobre a produtividade industrial*. Niterói, Faculdade de Economia/ Universidade Federal Fluminense, 2006. (Texto para discussão n.º 204)
- FEIJÓ, C. A; CARVALHO, P. G. M. **Produtividade na indústria brasileira – questões metodológicas e análise empírica**. Brasília, IPEA, 1997. (TD n.º 504)
- FRANÇA, M. **Comportamento dos saldos migratórios no Distrito Federal 1992-2007**. Brasília, Codeplan, 2010.
- GARCIA, C. J. **Indústria e capital estrangeiro no Brasil: do pós-guerra aos anos 2000**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- GOMES, D. C. **Estrutura produtiva e emprego industrial no Brasil dos anos 90**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 2009.
- GOMES, D. C. **Coréia: estrutura produtiva e emprego**. Recife, 2008. (mimeo)
- HIRSCHMANN, A. **A estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- KUPFER, D.; ROCHA, F. **Dinâmica da produtividade e heterogeneidade estrutural na indústria brasileira**. In: Seminario El reto de acelerar el crecimiento en América Latina y el Caribe – CEPAL, 2004.
- LIMA, A. A. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 2006.
- MCCOMBIE, J. e THIRLWALL, A. **Economic growth and the balance of payments constraint**. New York, St. Martin’s Press, 1994.
- MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento regional em crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia /Unicamp, Campinas, 2005.
- OLIVEIRA, A. **Território e mercado de trabalho: discursos & teorias**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial**. Brasília, IPEA, 1999. (Texto para discussão n.º 633). Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0633.pdf. Acesso em 23/01/2008.

PASINETTI, L. “**Nicholas Kaldor: a few personal notes**”. *Journal Post Keynesian Economics*, vol. 5, nº 3, 1983.

POCHMANN, M. “**Política social na periferia do capitalismo: a situação recente do Brasil**”. *Ciência e saúde coletiva*. vol. 12, n.º 6, nov.-dez. de 2007a.

POCHMANN, M.. **A superterceirização dos contratos de trabalho**. São Paulo, Sindeepress, 2007b

PREBISCH, R. “**Estudo Econômico da América Latina**”. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000a.

PREBISCH, R. “**Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico**”. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000b.

ROCHA, A. G. T. R. **Velhos instrumentos, enfoque inovador: combinando subsídios fiscais e desenvolvimento local – o caso do Ceará**. Fortaleza, IPECE, s/d.

SALM, C.; SABÓIA, J.; CARVALHO, P. “**Produtividade na indústria brasileira: questões metodológicas e novas evidências empíricas**”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, vol. 27, n.º 2, ago. 1997.

SILVA, M. A. **Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

SILVA, R. A. **Ceará: desaceleração do crescimento econômico e manutenção das desigualdades regionais (1987-1998)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia / Unicamp, Campinas, 2002.

THIRLWALL, A. ; HUSSAIN, M. “**The balance of payments constraint, capital flows and growth rates differences between developing countries**” *Oxford Economic Papers*, Vol. 34, 1982.

THIRLWALL, A. “**The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences**”, *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, Vol. 128, 1979.

4.7 Anexo

Saldos das trocas migratórias interestaduais por UFs, períodos selecionados

Ufs	1996- 2001	1997- 2002	1998- 2003	1999- 2004	2001- 2006	2002- 2007	2003- 2008
Rondônia	-11.236	-42.161	-25.244	- 6.193	-20.801	-6.442	-6.783
Acre	5.556	-2.506	-3.876	1.565	4.608	365	3.560
Amazonas	-2.856	-7.066	2.068	11.073	-2.808	28.962	8.025
Roraima	21.607	19.835	23.178	25.059	29.531	4.355	9.341
Pará	-87.560	846	3.815	47.685	23.432	42.696	2.419
Amapá	3.879	1.316	16.280	14.244	-1.946	1.537	-15.317
Tocantins	-6.894	-10.691	-34.948	-29.692	-22.325	8.251	-5.717
Maranhão	-51.192	-72.710	-74.539	-77.092	-66.707	-45.427	-53.005
Piauí	-32.284	8.073	- 5.554	5.694	-11.352	-7.411	-4.048
Ceará	9.949	63.614	17.170	21.106	38.329	1.671	12.596
Rio Grande do Norte	11.023	23.509	18.907	36.210	30.423	37.693	12.567
Paraíba	-12.896	-10.274	22.883	42.471	-25.661	-19.130	-29.930
Pernambuco	1.603	-18.023	-2.533	-24.936	-10.044	-5.985	-10.114
Alagoas	-60.783	-50.103	-63.504	-4.350	-35.125	-49.813	-35.199
Sergipe	-10.490	-6.117	-12.692	2.585	-6.303	747	13.477
Bahia	-42.663	-41.485	-29.063	-88.275	33.017	4.297	-75.071
Minas Gerais	92.117	67.903	88.783	30.978	39.435	40.980	56.300
Espírito Santo	49.167	35.299	50.403	-1.537	55.351	-2.760	25.799
Rio de Janeiro	-49.743	-76.638	109.913	-89.617	- 41.596	-57.315	12.169
São Paulo	9.447	-94.821	157.064	155.132	207.098	135.232	-19.652
Paraná	-21.388	-13.823	-46.049	-10.704	-11.919	-23.224	11.249
Santa Catarina	40.865	62.680	108.256	75.019	89.946	101.294	69.843
Rio Grande do Sul	-27.702	-35.526	-35.963	-29.729	-37.275	-46.338	-40.810
Mato Grosso do Sul	-16.740	39.500	27.461	-7.200	39.818	28.217	-5.166
Mato Grosso	81.083	69.043	104.284	111.680	56.512	34.437	-16.398
Goiás	125.068	139.264	131.437	146.997	73.560	92.513	99.303
Distrito Federal	-16.372	-46.406	-12.912	-47.909	-12.784	-28.938	-19.438

Fonte: IBGE/PNAD – microdados.